



A Nação

JOURNAL INDEPENDENTE



Acções da Caixa Económica
Ministros e gestor
financeiro na mira do MP

Pág. 16



Bruno Martins, coordenador do estudo
“São Vicente, Território de Riscos”

“Nunca fomos contactados por ninguém”

Págs. 4 e 5

Futebol feminino: Seven Stars é tricampeã nacional

Pág. 20

Parte integrante da edição nº 938 do A Nação de 21 de Agosto de 2025. Não pode ser vendido separadamente.



MUNICÍPIO EM DESTAQUE
Mosteiros

Fábio Vieira, Presidente da Câmara Municipal dos Mosteiros

“Queremos transformar Mosteiros num município inclusivo, resiliente e com identidade”

Pág. 02 a 04



EDEC a energia que nos une

200 51 11 | terra.branca.online@edec.cv | EDECSA | edecast

CV Interilhas

Supremo Tribunal pode anular o contrato de concessão

Págs. 12 a 15

Germano Almeida

“Somos todos São Vicente”

Pág. 24

Afrobasket 2025

Cabo Verde enfrenta Angola sem medo

Pág. 19

Desaparecido



Pág. 25

Nada será como dantes em São Vicente?

É hora de levantar e reconstruir

São Vicente jamais será igual. E talvez não deva ser. A tragédia pode ser o catalisador de uma nova era, mais consciente, mais exigente, mais solidária. Mas isso dependerá da coragem colectiva de romper com o passado e construir, não apenas casas, mas um novo pacto social. Além de arriscado, há quem diga que construir em cima do destruído nunca é igual.

João A. do Rosário

A madrugada de 11 de Agosto marcou São Vicente com uma ferida profunda. As chuvas intensas, não apenas devastaram infraestruturas e habitações, mas também abalaram a estrutura emocional e económica da ilha. Desde então, o quotidiano dos moradores tem sido uma luta constante por abastecimento, estabilidade e dignidade. No espírito dos mindelenses paira a ideia de que nada deve ficar como dantes.

Pouco a pouco, a ilha reergue-se dos escombros, as ruas são limpas e, nos bairros, são os próprios moradores que decidiram lançar mãos à obra, porque a tarefa de reerguer São Vicente é de todos.

Nos mercados, a escassez de hortícolas e legumes tornou-se rotina. A bancária Carla Mendes relata isso mesmo: “A subida dos preços está a afectar até quem tem salário fixo. Imagine quem vive

do dia a dia. Há já famílias em extrema dificuldade, apesar da onda de solidariedade”.

O sector da água também enfrenta dificuldades. A empresa produtora intensificou esforços, mas especialistas alertam: “Sem investimento sério em infraestrutura hídrica, continuaremos vulneráveis. A chuva revelou o que já estava frágil”.

Por outro lado, pescadores como Octávio Alves vêem uma janela de oportunidades, mas que não conseguem chegar a ela: “Com o mar mais agitado, o peixe tem aparecido mais. Mas falta logística para aproveitar isso. O mercado está desorganizado.”

Reconstruir não é repetir

A reconstrução física da ilha está em curso, com fornecimento de materiais de construção a ganhar ritmo. Além do Gabinete de Crise,

encabeçado pelo ministro da Administração Interna, Paulo Rocha, que continua na ilha natal, o governo lançou um pacote de medidas para ajudar a reerguer São Vicente (ver A08eA09).

Mas, desconfiado que anda dos políticos, José Oliveira defende “menos promessas, mais acções”. Como diz, “as autoridades têm de assumir responsabilidades, e nós também”, frisando que “construir em cima do destruído nunca é igual”. Liliana Fonseca, professora aposentada e activista, vê na tragédia do dia 11 de Agosto uma oportunidade: “A catástrofe pode servir como uma lição valiosa. O futuro de São Vicente dependerá das escolhas que a comunidade e os líderes farão.” A nossa entrevistada defende um novo modelo de desenvolvimento, centrado na sustentabilidade e justiça social. “É fundamental que



as autoridades monitorem a situação para evitar abusos e garantir que as famílias mais vulneráveis recebem o apoio necessário.

Vozes da comunidade

A juventude tem sido protagonista na resposta à crise. Kelvin Lopes, estudante de engenharia ambiental, afirma: “Temos de deixar de normalizar o improvisado. A ilha precisa de planeamento sério e educação ambiental.”

A funcionária pública Sandra Rocha destaca a solidariedade que tem surgido de todos os lados: “Nunca vi tanta gente ajudar sem esperar nada em troca. Mas isso não pode substituir políticas públicas eficazes.”

Já o pedreiro Adilson Monteiro é directo: “A gente quer trabalhar, reconstruir. Mas sem apoio, fica difícil. Não dá para esperar só por promessas.”

E a professora aposentada Celina Andrade reflecte com pesar e esperança: “São Vicente mudou. Mas talvez seja essa dor que nos obrigue a mudar para melhor.”

Planeamento e segurança

O especialista em segurança Paulo Brito foi contundente ao avaliar os riscos evitados por pouco: “Dentro do azar, tivemos muita sorte.” A frase, aparentemente paradoxal, revela o que muitos técnicos têm alertado



há anos: a ausência de um Plano Director Municipal (PDM) em São Vicente compromete não só o ordenamento urbano, mas também a capacidade de resposta a emergências.

“Faltam planos de contingência claros, zonas de evacuação definidas, e protocolos de segurança que

envolvam a comunidade. Sem isso, o próximo evento pode não ter a mesma sorte”, reforça Brito.

No entender dos nossos entrevistados, a tragédia de 11 de Agosto expôs a urgência de repensar o território com base em critérios técnicos, ambientais e sociais. A improvisação não pode con-

tinuar a ser a norma e tão-pouco a irresponsabilidade política deve continuar a cavalgar livre e solta pela ilha do Monte Cara.

Nada será como dantes? Esta é a pergunta que se vai ouvindo, aqui e ali, nestes dias em que São Vicente procura reerguer-se dos escombros.

Ivan Fortes, o rosto do desalento em Calhau

“Perdemos tudo”

O jovem agricultor Ivan Fortes viu o seu investimento pessoal — avaliado em mais de cinco mil contos — ser completamente destruído pelas cheias que atingiram a Ribeira de Calhau na madrugada de 11 de Agosto.

Mas o drama não é só dele. Diversos agricultores da zona perderam quase tudo: hortas alagadas, terras cobertas por lama e pedras, estruturas arrastadas pela força da água.

Fortes lamenta a falta de acção preventiva: “Não foi por falta de alertas. Por diversas vezes, pedimos a correcção torrencial, mas nunca chegou.”

A destruição, que em

alguns pontos atingiu dois metros de altura de entulho, compromete a produção local por tempo indeterminado.

A escassez de produtos agrícolas e pecuários já se faz sentir nos mercados de São Vicente, com subida de preços atribuída à quebra na oferta.

Uma equipa da Delegação do Ministério da Agricultura e Ambiente encontra-se no terreno a avaliar os estragos e recolher dados para possíveis medidas de apoio aos agricultores de São Vicente.



Ficha Técnica

A Nação Semanário | Ano XVIII | Nº938 | 21 de Agosto de 2025 | **Registo DGCS:** Nº3/2007 | **Registo ARC:** Nº3/2016 | **Propriedade:** Sociedade A Nação Cabo Verde, Lda.

Director-Geral: Fernando Rui Tavares Ortet | **Endereço:** Caixa Postal: 690 – Cidadela – Praia – Cabo Verde | **Telefone:** (+238) 260.26.90 (PBX) | **Director:** José Augusto Sanches | **Editor-Executivo:** José Vicente Lopes | **Editores:** Daniel Almeida e Gisela Coelho | **Jornalistas:** Natalina Andrade (Fogo), Geremias S. Furtado, João A. Rosário | **Jornalistas Estagiários:** Leliane Semedo | **Colaboradores e Colunistas:** Adriano Miranda Lima, Amadeu Oliveira, Ângela Coutinho, António Carlos Gomes, António Chantre Neves, António Correia e Silva, Carlos Carvalho, Carlos Santos, Carlos Araújo, Cipriano Fernandes, Filinto Elísio, Francisco Mendes, José Manuel Araújo, José Maria Neves, José Pedro Oliveira, José Valdemiro Lopes, Luís Kandjimbo, Marciano Moreira, Paulo Mendes, Pedro Moreira, Pedro Pires Ribeiro, Natacha Magalhães, Nataniel Vicente Barbosa e Silva, Ricardino Neves e Wladimir Brito. | **Designers:** Edson Spencer e Carmem Freire | **Comercial & Marketing:** Verónica Rocha | Edmira Correia (Facturação e Cobranças) e Hélder Afonso | **Telefones:** (+238) 260.26.90 (PBX) – (+238) 260.26.93 (Redacção) | **E-mail:** jornalanacaocv@gmail.com (Redacção) – comercial.grupoalfacv@gmail.com (Comercial) | **Impressão:** Impressral Center | **Tiragem:** 3.500 Exemplares.



www.anacao.cv

Bruno Martins, professor da Universidade de Coimbra, coordenador do estudo “São Vicente, Território de Riscos”

“Nunca fomos contactados por ninguém”

É com esta ideia da chuva como uma coisa orgânica e viva, que o professor no Departamento de Geografia e Turismo da Universidade de Coimbra, Bruno Martins, um dos autores do livro “São Vicente de Cabo Verde: Território de Riscos”, começa por explicar os acontecimentos do passado dia 11, em São Vicente. E este aspecto, diz, está directamente ligado à vulnerabilidade da cidade do Mindelo às fortes precipitações, como já vem acontecendo no passado. Afinal, como deixa a entender, não é de hoje que São Vicente é um território de riscos.

Joaquim Arena

“**A**s vulnerabilidades em São Vicente e no Mindelo, em particular, são imensas. E porquê? Porque efectivamente se constrói em vertentes onde provavelmente não se devia construir, portanto muito íngremes, e muitas vezes ocupar canais, pequenos vales que estão lá e nos passam despercebidos. Mas quando ocorre precipitação a chuva vai reclamar esses canais. Ainda esta manhã falava com alguém que me disse, ‘a chuva tem memória’, e de facto tem, as precipitações, os cursos de água, de facto, têm uma memória, elas vão para os sítios que naturalmente têm que ir. E nós construímos nesses caminhos.”

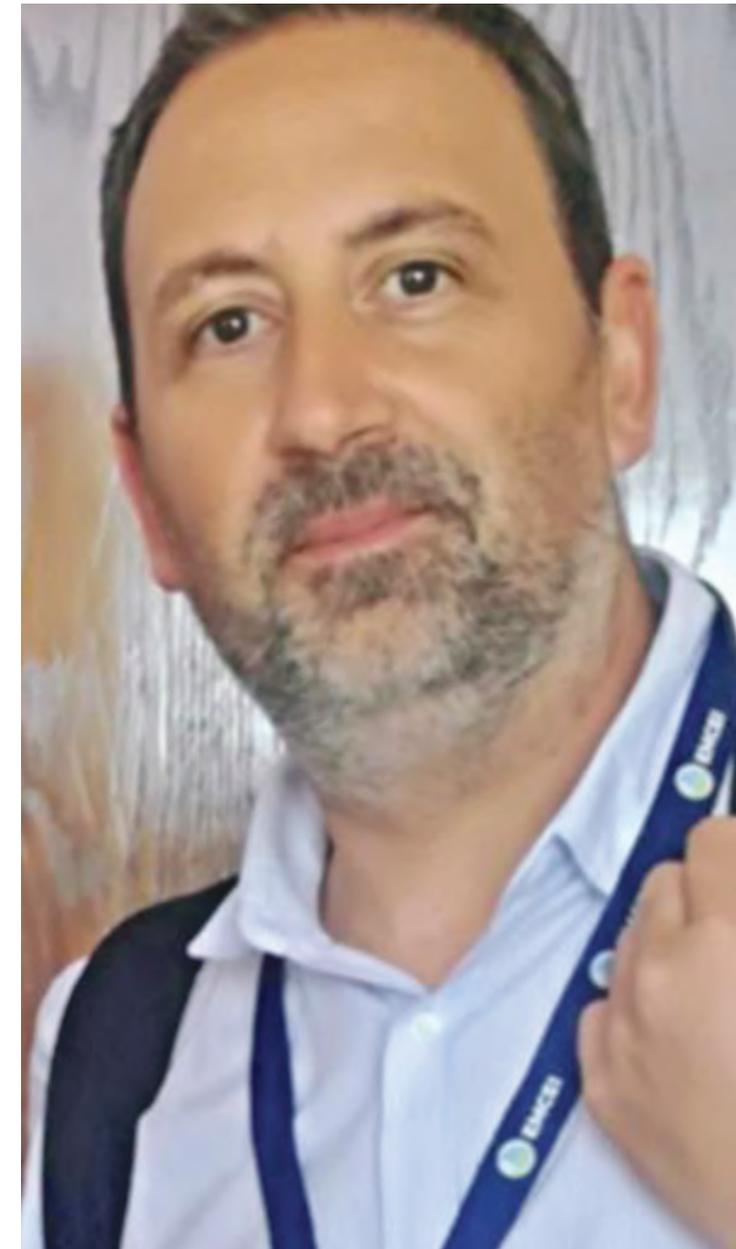
Para além disso, adianta Bruno Martins, a própria expansão da cidade e o prolongamento das suas infraestruturas viárias, colidem com esses próprios caminhos ‘ancestrais’ das chuvas. “Eu recordo a construção de grandes rotundas que truncam canais que foram construídos há muito tempo e que têm um propósito, que é levar a água da chuva para o mar. E o que foi acontecendo, a pouco e pouco, com esta evolução da cidade, é que esses canais foram ocupados. E muitas vezes por estradas e vias de comunicação que são importantes e até estruturais do ponto de vista da mobilidade na cidade”.

Para o entrevistado do A NAÇÃO, “está-se a agravar

uma situação que tem uma natureza física, aliada à própria morfologia da ilha, da cidade, ao contexto climático, aumentando as vulnerabilidades.” E a conclusão é só uma: “Ao aumentarmos essas vulnerabilidades, nós estamos a aumentar o risco.” E com isso, sucedem-se as crises.

Cenário catastrofista e pro-activo

No decurso do trabalho de pesquisas para o livro (com Luciano Lourenço, Adélia Nunes e Fátima Velez de Castro), Bruno Martins esteve em São Vicente e assistiu a um dos episódios de chuva que destruiu algumas partes da cidade com graves prejuízos. “Naquele caso, em 2008, não morreu ninguém,



felizmente, mas destruiu algumas zonas da cidade, uma cidade que se pretende turística, particularmente a praia da Laginha, que ficou impossível para a prática de praia.”

E agora em relação à catástrofe do dia 11 e que deixou nove mortos, o professor de Coimbra diz que Cabo Verde terá de se preparar para estas situações e aprender com elas. E chama a atenção sobre outro aspecto importante e que tem que ver com a forma como se lida com as situações de crise.

“Temos dois cenários: um catastrofista, que é um ce-

nário em que vemos as coisas como que irremediáveis e aqui fala-se, à boca cheia, das alterações climáticas, pois com certeza, teremos de estar mais preparados para chuvas irregulares e provavelmente mais intensas, mas do outro lado desta posição, causadora de alguma inércia, do não haver nada a fazer, podemos ter outro tipo de postura, que é aprender com esta forma das coisas evoluírem - clima é dinâmico, a geografia é dinâmica, as cidades são dinâmicas.”

Portanto, adianta Bruno Martins, “retirar das crises uma capacidade de melho-



rar a nossa forma de olhar a pré-crise, e isto implica um planeamento, olhar para a cidade de uma outra forma, em que temos que conviver com o risco, temos de o mitigar, e no pós-crise, pensar efectivamente que temos que aprender com estes erros, que estão marcados na paisagem e pela cidade, de forma a corrigi-los e diminuir os riscos. Eles vão sempre existir, é incontornável, não há risco zero.”

E chama a atenção para episódios do género voltarem a repetir-se, de as precipitações em dado momento ultrapassarem em muito a média anual, na ordem dos

50 mm. O que é frequente, diz, em climas semelhantes ao de Cabo Verde.

“Por outro lado, é preciso ter em conta a própria morfologia da cidade do Mindelo: as suas encostas, que faz com que toda a precipitação que ocorra não encontra barreiras vegetais pelo caminho e toda ela, toda a precipitação é conduzida para enxurradas, torrentes violentíssimas, a que chamamos de ‘flash-floods’, em inglês, ou inundações rápidas, em português.”

E ao pensar na morfologia aliada ao contexto climático, afirma, sem árvores, com solos despidos, “temos

estas ‘flash-floods’ de origem gravitacional, com os declives muito acentuados, obviamente vamos ter torrentes muito violentas.”

Uma visão pro-activa face aos riscos, o que não aconteceu, mesmo com os alertas deixados pelo próprio estudo e o levantamento dos riscos. A ideia da seca, em Cabo Verde, reconhece, ainda é mais forte do que a das chuvas e daí algum bloqueio psicológico que impede a prevenção.

“Há um ditado que diz, longe da vista, longe do coração, e o problema das chuvas em Cabo Verde parece quase uma contradição, num país onde chove tão pouco, como é que ela depois vai reclamar estas coisas... mas isso não é um problema só de Cabo Verde, é de todos, esta percepção do risco. As situações que não fazem parte do nosso quotidiano, dá a sensação de que elas não nos vão afectar.”

A prevenção deve começar nas escolas

Para Bruno Martins, existe uma forma de contrariar essa forma de pensar, a começar pelas escolas. “Têm um papel importante ao sensibilizar, sobretudo as crianças que estas coisas acontecem, pode não ser no próximo ano, daqui a dois anos, mas vão acontecer, estamos a falar agora, mas muito provavelmente vai voltar a acontecer, a repetir-se esta situação.”

Outro aspecto é a percepção dos riscos entre a população. O estudo, publicado em livro, em 2021, seguiu o modelo que também é praticado em Portugal. E as conclusões são praticamente as mesmas.

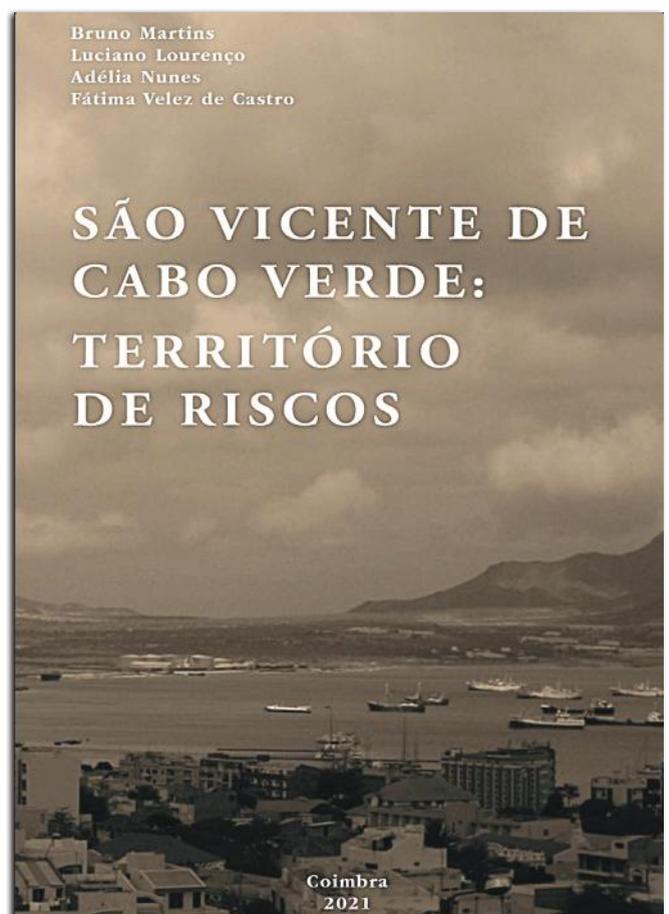
“É a população que tem

mais conhecimentos que tende a ter um maior sentido de responsabilidade e a ser mais pro-activo no sentido de que ‘as minhas acções conduzem para que haja uma diminuição do risco; a população mais instruída tende a adoptar comportamentos mais favoráveis à redução do risco. Enquanto a menos instruída tende a ter uma lógica de externalização, acontece por causas externas a mim, trazem problemas menos racionalizados e menos lógicos para as camadas mais humildes.”

A solução para a sua diminuição, defende, passa pela incorporação do risco na população, “torná-la mais sensível a este tipo de problemas, porque daqui por alguns meses, passou, tudo se esquece. É a memória curta das pessoas que faz com que as crises sejam esquecidas e tudo tende voltar à normalidade”.

Para o investigador português, há questões práticas a resolver, “pela Câmara, pelo governo, a questão de atribuir a culpa apenas a casas ilegais não é correcta, pois muitas estão legais, mas em zonas de risco. Depois, há outra parte, outra questão, para além da gestão do risco, que é mais difícil, menos visível, menos ‘vendável’, politicamente menos interessante, que é a sensibilização e aqui as escolas têm um papel muito importante, a meu ver.”

Quanto ao estudo, publicado em 2022, o entrevistado do A NAÇÃO não sabe se a Câmara Municipal de São Vicente o socializou, se houve alguma discussão interna sobre as suas importantes recomendações. A equipa que preparou e publicou o livro nunca foi contactada pelas autoridades cabo-verdianas nem por qualquer outra entidade do país. ☺



Verónica Pires, especialista em sistemas de abastecimento de água e mudanças climáticas

“Sem rigor técnico e compromisso político, São Vicente continuará vulnerável”

Segundo Verónica Pires, a catástrofe de 11 de Agosto, em São Vicente, não foi apenas provocada pela chuva. A seu ver, foi o resultado de uma combinação explosiva entre vulnerabilidades geográficas e falhas sistémicas no planeamento urbano, na gestão territorial e na governação da ilha, especialmente das suas zonas suburbanas, há muito reclamar por cuidados redobrados. Agora que tudo está visível, a nossa entrevistada entende que o desafio continua a ser grande e complexo, sobretudo caso se quiser aprender com o infortúnio.

“Estamos perante um desafio multifacetado que exige mais do que respostas pontuais. Sem planeamento territorial estratégico e compromisso político, continuaremos a assistir à repetição de tragédias evitáveis”, afirma.

Terreno instável, decisões frágeis

A natureza vulcânica das ilhas de Cabo Verde, com encostas íngremes e solos suscetíveis à saturação, na avaliação desta especialista em sistemas de abastecimento de água e mudanças climáticas, torna o território das ilhas particularmente vulnerável a deslizamentos de ter-



Verónica Pires, engenheira civil e professora universitária, alerta que as escavações realizadas sem supervisão técnica, sobretudo em encostas já fragilizadas, são uma bomba-relógio. Este é um dos problemas que se colocam em São Vicente, numa altura em que a boa vontade das comunidades em recuperar acessos e habitações, sem acompanhamento técnico, pode redundar em riscos de novas tragédias.

João A. do Rosário

ra, por exemplo. Mas a acção humana — ou a falta dela — pode, igualmente, agravar o risco de novos colapsos, com riscos de perdas humanas e materiais.

“A ocupação de encostas instáveis, leitos de ribeiras e zonas costeiras baixas não é apenas imprudente — é perigosa. Sem estudos prévios, estamos a construir sobre fragilidade”, sublinha, em tom de alerta geral.

Esta engenheira civil, formada no Brasil e doutoranda

pela Universidade de Aveiro, sublinha que a expansão urbana desordenada, muitas vezes, impulsionada por necessidades habitacionais urgentes, ignora critérios técnicos essenciais e expõe milhares de famílias a riscos evitáveis.

“O crescimento populacional acelerado nas cidades cabo-verdianas exige uma revisão profunda dos planos directores. Não podemos continuar a urbanizar sem integrar a avaliação de riscos naturais”.

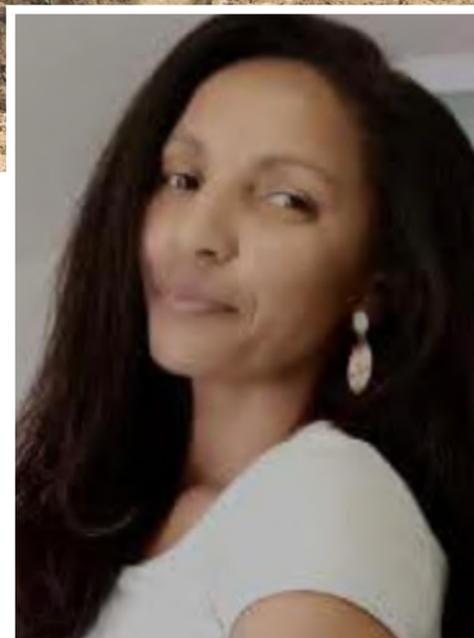
A fragilidade é estrutural e sistémica

A entrevistada do A NAÇÃO alerta, outrossim, para a vulnerabilidade das infraestruturas críticas, que não resistem a eventos extremos por falta de manutenção, dimensionamento adequado e integração com o território.

“Sistemas de drenagem obsoletos, redes de esgotos mal dimensionadas e estradas construídas sem considerar a dinâmica das águas pluviais são exemplos de uma

fragilidade estrutural e sistémica”, afirma também.

Verónica Pires defende que o reforço das infraestruturas deve ser prioritário, especialmente em zonas de alto risco, e que a engenharia geotécnica deve estar no centro das decisões. “Sem engenheiros especializados em mecânica dos solos, qualquer escavação ou construção em encostas é uma roleta russa. A segurança da população depende de decisões técnicas, não de improvisos.”



Escavações sem supervisão podem desencadear tragédias em cascata

A nossa entrevistada mostra-se particularmente preocupada com as escavações realizadas após o desastre de 11 de Agosto, muitas vezes por iniciativa popular, sem qualquer acompanhamento técnico. A seu ver, o que pode parecer louvável comporta sérios riscos num ambiente fragilizado como o que se tem neste momento em várias zonas afectadas de São Vicente.

“Com o solo já saturado e instável, essas escavações podem provocar colapsos adicionais, obstruir ribeiras e danificar ainda mais as infraestruturas existentes. É uma intervenção que, embora bem-intencionada, pode desencadear tragédias em cascata.”

Verónica Pires recorda, entretanto, que a época das chuvas ainda não terminou e que qualquer acção precipitada, agora, pode agravar a situação em caso de novas precipitações: “Estamos a intervir num terreno ferido. Sem diagnóstico técnico, corremos o risco de abrir novas fracturas.”

“Sem compromisso político, não há resiliência”

A entrevistada do A NAÇÃO não poupa críticas à falta de

compromisso político local na integração de políticas de redução de risco e adaptação às mudanças climáticas. Por isso, na sua opinião, “a vulnerabilidade não é apenas geográfica — é política e social”.

“A pobreza, as condições habitacionais precárias e a ausência de políticas públicas eficazes tornam as comunidades indefesas perante os desastres”, acrescenta. “Está comprovado: onde há instituições sólidas e eficazes, há menos vítimas. Cabo Verde precisa de lideranças que coloquem a segurança humana no centro das decisões”.

Precisa-se de uma abordagem integrada e urgente

Para mitigar os riscos e aumentar a capacidade adaptativa das comunidades, Verónica Pires propõe uma estratégia multifacetada: planeamento urbano alinhado com avaliação de riscos, reforço de infraestruturas em zonas críticas, preservação da vegetação natural e reflorestação, intervenção técnica especializada em escavações e construções, integração de políticas de adaptação às mudanças climáticas.

“A resiliência não se constrói com discursos. Constrói-se com ciência, planeamento e vontade política”, conclui Verónica Pires.

Perfil

Natural de Santo Antão, residente na cidade da Praia, Verónica Pires é Mestre em Engenharia Civil no Brasil, doutoranda em Portugal pela Universidade de Aveiro e professora universitária. De entre outras funções, académicas e não só, quer no sector público quer privado, desde 2015 que é ponto focal para o país no programa Horizonte 2020 (H2020) para as alterações climáticas. É autora de vários artigos científicos e participante de várias conferências internacionais.



PRÉMIO NACIONAL DIREITOS HUMANOS 2025

A Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania (CNDHC) lança o Concurso para atribuição do “Prémio Nacional Direitos Humanos 2025”.

O prémio destaca pessoas, estudos, ou instituições que, com as suas ações, conduta ou atividade têm contribuído para a promoção, reflexão e defesa dos Direitos Humanos e da Cidadania em Cabo Verde.

O Prémio é atribuído, de dois em dois anos, e, para a edição de 2025, as categorias a concurso são:

- i. Ativista Social
- ii. Artigo Científico
- iii. ONGs
- iv. Reportagem da Comunicação Social
- v. Escola Amiga dos Direitos Humanos

O vencedor de cada categoria recebe 250.000 ECV, sujeitos a descontos legais, caso aplicáveis, uma escultura e um diploma.

Os interessados poderão submeter as candidaturas mediante entrega do dossier e do formulário disponibilizado pela CNDHC, devidamente preenchido, no período de 22 de agosto a 31 de outubro de 2025. As candidaturas poderão ser entregues presencialmente na sede da Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania, sita em Achada de Santo António, Rua Cidade do Funchal, n.º 2, 1.º andar, Praia, enviadas por correio eletrónico, para os endereços: cndhc@cndhc.gov.cv e Zoraida.Fortes@cndhc.gov.cv com o título ‘Candidatura ao Prémio Nacional Direitos Humanos 2025’, ou remetidas para a Caixa Postal nº 191;

Para mais informações, consulte o regulamento do Concurso na sede da CNDHC e no site www.cndhc.org.cv ou ligue para **2624506/5171389**.



Rendimento emergencial para famílias e medidas de protecção económica para minimizar estragos



Como seria de esperar, em situações de calamidade extrema, como é o caso da tempestade que se abateu sobre São Vicente no passado dia 11 de Agosto, o Governo avançou com um pacote de medidas emergenciais para fazer face à situação e tentar minimizar os impactos.

Nove mortos e dois desaparecidos são a face mais triste da tragédia que assolou São Vicente, mas há um rasto de destruição visível, que provocou estragos avultados, ainda não contabilizados, em casas, barracas, ruas, praças, lojas, sem contar com operadores informais de diferentes sectores.

Fontes do A NAÇÃO ga-

O primeiro-ministro Ulisses Correia e Silva anunciou um conjunto de medidas para minimizar os impactos devastadores para famílias e pequenos negócios. O destaque vai para o Rendimento Social Emergencial, de 25 mil escudos, válido por três meses e destinado aos familiares das pessoas que perderam a vida e desaparecidos.

Gisela Coelho

rantem que os comerciantes, no geral, serão, talvez, os operadores com maiores perdas a registar. Inclusive, segundo dados avançados recentemente por Paulo Rocha, ministro da Administração Interna, das 251 famílias directamente afectadas, 53 perderam quase a totalidade dos seus bens, 17 agregados familiares perderam as suas casas e 124 pes-

soas foram retiradas de zonas de risco face à possibilidade de novas chuvas.

Mais de 150 vendedores e feirantes prejudicados

Só na Praça de Estrela foram identificados 140 feirantes que sofreram prejuízos avultados, além de 14 vendedores de verduras e 20 ven-

dedores de artesanato e vestuário que perderam os seus pontos de venda. Também no mercado de verduras e hortaliças, 20 comerciantes perderam os seus produtos.

A estes estragos somam-se um total de 51 viaturas, 49 particulares, uma do Estado e outra de transporte público, que tinham sido identificadas até há pouco tempo, estando

parcial ou totalmente danificadas, tendo sido várias delas retiradas do mar, conforme garantiu o governante.

Perante este cenário já contabilizado, Ulisses Correia e Silva afirmou no sábado passado, em declarações ao país que o Governo ia tomar medidas emergenciais.

“A gravidade da situação, exige medidas excepcionais e ágeis para proteger as pessoas, a atividade económica atingida e reconstruir as infraestruturas com maior resiliência. Um conjunto de acções foram implementadas de imediato e estão a ser implementadas, em articulação com a Câmara Municipal de São Vicente, a nível de apoio alimentar e de outros bens; realojamento

de famílias e atendimento de apoio psicológico; desobstrução e limpeza de estradas e de ruas. Acções estão em curso para normalizar o fornecimento de água e electricidade”, justificou.

Medidas de protecção das pessoas

Sendo assim, com prioridade centrada nas pessoas, UCS anunciou o Rendimento Social Emergencial, temporário, no valor mensal de 25 mil escudos, destinado aos familiares das pessoas que perderam a vida ou permanecem desaparecidas, em decorrência direta da tempestade de 11 de Agosto. O Rendimento Social Emergencial vigora até à data em que a Pensão Emergencial for fixada e paga a primeira mensalidade.

Igualmente, está previsto o Realojamento Temporário, apoio ao arrendamento, reabilitação de moradia, construção ou atribuição de casa social a famílias cujas habitações foram danificadas ou colocadas em situação de insegurança habitacional.

UCS afirmou ainda que o Governo vai avançar com o

acesso à prestação de serviços de cuidados às famílias com pessoas dependentes no seu agregado familiar, sejam elas crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e doença crónica.

Medidas relativas a viaturas sinistradas

Relativamente às viaturas danificadas, total ou parcialmente, o PM garantiu que foram aprovadas medidas para subvencionar a reparação e aquisição de nova viatura, nos casos em que não estejam cobertos por seguros.

“Aprovaram-se também medidas para mitigar a perda de rendimento de profissionais e proprietários de viaturas de transporte de aluguer ou de transporte colectivo de passageiros”, avançou.

Medidas de protecção da actividade económica

Como é sabido, comerciantes informais e pequenos negócios, assim como agricultores e criadores de gado, foram amplamente afectados, o que levou também o Governo a aprovar medidas de prote-

ção da actividade económica. Igualmente, estão a ser abrangidas as micro, pequenas e médias empresas, que perderam rendimento ou sofreram danos e prejuízos provocados pelas inundações e enxurradas da tempestade do dia 11 de Agosto.

Para os comerciantes informais que operam nos mercados e feiras municipais, operadores de pescas (pescadores e peixeiras), agricultores e criadores de gado, o Executivo vai avançar com a atribuição do Rendimento Solidário de Emergência no valor mensal de 30 mil escudos, por um período de três meses, para mitigar a perda de rendimentos derivada da interrupção da actividade comercial, de pesca, de produção agrícola e de produção pecuária.

Igualmente, foi aprovada a atribuição de Subvenção Financeira a fundo perdido para apoiar a retoma da actividade comercial, de pesca, de produção agrícola e de produção pecuária, através de investimentos prioritários para o efeito.

UCS explicou ainda o acesso preferencial, a bonificação de taxa de juros e a garantia

em financiamento junto de instituições de micro-crédito e instituições bancárias, destes diferentes operadores acima mencionados.

Pacote para as PMEs

Já para Micro e Pequenas e Médias Empresas, formalmente constituídas, foi aprovada a criação de uma linha de crédito emergencial com bonificação de taxa de juro e garantia do Estado e concessão de subvenção financeira a fundo perdido.

Também foi estabelecida a prorrogação de prazos de cumprimento das obrigações acessórias a nível de pagamentos impostos e contribuições para a segurança social e a suspensão dos pagamentos fracionados devidos em 2025.

UCS disse, igualmente, que se ia avançar com a priorização de reembolso do IVA devido pelo fisco e a suspensão das cobranças coercivas e processos de inspeção que impliquem visita física. Entre as medidas económicas consta ainda a agilização de procedimentos necessários para auto de abate do stock inutilizado e destruído.



Governo socorre-se do Fundo Soberano e Nacional de Emergência

Conforme o chefe do Executivo, o Governo utilizará os recursos do Fundo Nacional de Emergência e do Fundo Soberano de Emergência, criado em 2019 para financiar acções de reparação de danos provocados por catástrofes naturais e mitigar os efeitos de choques económicos externos.

Com base nos programas de emergência e protecção social, de emergência infraestrutural e de recuperação e reconstrução de infraestruturas, UCS disse que financiamentos estão a ser mobilizados, a nível dos recursos nacionais e de instituições e parceiros bilaterais e multilaterais. De

recordar, também que o Banco Mundial já garantiu um financiamento de 10 milhões de euros, ficando por saber se é empréstimo ou ajuda.

De notar que o Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros orienta e coordena a execução das acções emergenciais de reacção e resposta no âmbito de protecção civil e das medidas aprovadas pelo Governo no quadro das medidas de protecção e de emergência social, sanitária e infraestrutural. Já o Gabinete de Coordenação Política, presidido pelo primeiro-ministro está encarregue da articulação das medidas, supervisão da sua aplicação e impactos.

Críticas

Contudo, tem havido críticas nas redes sociais sobre a fraca capacidade de resposta do Gabinete de Crise, especialmente junto das comunidades mais afectadas, onde os voluntários têm estado a intervir a nível de limpeza de terras e disponibilização de refeições e bens alimentares, e outros, que chegam à ilha diariamente vindos de vários pontos do país e diáspora.

De notar que a Electra confirmou, esta semana, que a distribuição de água à população de São Vicente será retomada, de forma faseada, a partir

de hoje quinta-feira, 21. Isto, após avanços significativos na recuperação das infraestruturas danificadas pelas chuvas intensas que atingiram a ilha, no passado dia 11 de Agosto.

Desde segunda-feira, 18, a produção de água ronda as 325 toneladas, por hora, resultado da reparação de duas das quatro motobombas na estação de captação de João Ribeiro, em Chã de Alecrim. Conforme a empresa, desde terça-feira, 19, que as sentinas estão a ser abastecidas para tentar dar resposta às necessidades da população.

Diáspora solidária abraça São Vicente

Ainda mal a notícia das enxurradas e dos estragos na cidade do Mindelo tinha começado a circular, já começavam as iniciativas um pouco por toda a diáspora para ajudar a ilha e os desalojados. A mobilização das vontades correu célere, com flyers e publicações no facebook e no Instagram, fazendo das redes sociais o ponto de troca de informação e planeamento da operação de ajuda. São vários os contentores a ser enchidos neste momento, na Europa e nos Estados Unidos, para rumar a São Vicente.

Joaquim Arena

Lisboa, Cova da Moura

Ricardo é artista e rapper, mais conhecido por Ritxa Kursha, na Cova da Moura, em Lisboa. Na hora do contacto com o A NAÇÃO disse estar precisamente naquele instante com um companheiro a arrumar vários produtos acabados de chegar de doadores. Depois de ver as imagens de São Vicente, logo no dia seguinte começou a publicar mensagens pedindo às pessoas que se juntassem e recolhessem produtos.

“As pessoas começaram a chegar com vários tipos de produtos, começamos logo a fazer as recolhas, com várias carrinhas, incluindo da Margem Sul e de vários pontos de Lisboa. Estamos sediados num largo junto à Rua de São Domingos, na Cova da Moura. As pessoas estão a trazer alimentos não perecíveis, roupas, sapatos, tudo o que têm em bom estado e que possam dar, tudo é bem vindo. Não se pode controlar as tragédias, mas podemos ajudar e é importante cada um fazer a sua parte neste momento”, conta.

Também estão em contacto com pessoas no Porto e na Praia. Alguns amigos sugeri-

ram um ponto de entrega, em conjunto com Tibur, outro cabo-verdiano da zona que já tem experiência em campanhas do género, na Cova da Moura. “Falámos com ele e juntámo-nos para constituir um movimento só, não estamos ligados a nenhuma associação e andamos com os nossos próprios pés”, explica. Este movimento independente não teve ainda nenhum contacto com a embaixada de Cabo Verde em Portugal.

“Com o senhor Tibur, que é de São Vicente, conseguimos que nos disponibilizassem dois contentores e um armazém na zona do porto de Lisboa para a entrega dos donativos, depois de separados. Até dia 20 tem de estar tudo no contentor para o barco sair para São Vicente.”

Ritxa defende que a campanha é para continuar, para que outros barcos possam levar ainda mais donativos, como produtos de higiene e limpeza, por exemplo.

Reboleira, repercussão ‘brutal’

Também a Risa Silva, de 42 anos e natural de São Vicente,

do movimento SOS Juntos por São Vicente, a ideia surgiu-lhe “naturalmente”. Conta como “ver isto a acontecer aos meus irmãos da minha ilha entristeceu-me muito e tendo em conta a distância, esta era a única forma de poder ajudar. Por isso, contactei uma amiga, Amariana Lima, de uma casa de estética, e o Black, que é promotor de eventos, vieram mais pessoas, com várias ideias, um grupo cada vez maior que abraçaram esta causa”, conta.

A repercussão, diz, foi muita, “brutal”, não estavam à espera, e diz-se orgulhosa e de “coração cheio” por ver o povo de Cabo Verde “unido de fé e pronto para ajudar os seus irmãos”. A estratégia de comunicação foi igual: partilha de flyers nas redes sociais, chegar até a outros países.

“Neste momento posso dizer-lhe que temos escassez de caixotes para colocar tudo, conseguimos um armazém na Reboleira de uma agência que costuma mandar coisas para Cabo Verde; temos também vários pontos de recolha, onde fazemos a triagem, a separação de roupas, bens alimentares, e temos carrinhas na estação de comboios da Reboleira a receber



donativos. O mesmo em Sacavém, Massamá, Almada, e tivemos um desconto de 50% para o envio. nos contentores de 40 pés, de 6 mil para 3 mil euros.”

Sintra

Ainda na área da grande Lisboa, a ACAS - Associação Luso-caboverdiana de Sintra, logo reuniu a sua direcção, nos dias seguintes à tragédia, como conta Margarida Spencer, a presidente. “Conversamos todos sobre a situação em São Vicente e todos concordaram em fazer alguma coisa, até porque faz parte da filosofia da nossa associação estar com os mais vulneráveis, temos esse princípio.” Para já, aguardam o contacto da embaixada de Cabo Verde, para ver como é que será feita a coordenação dessa ajuda de Portugal para São Vicente.

Cabo Verde na Coraçom

Cabo Verde na Coraçom é uma plataforma de ajuda for-

mada desde a época da Covid 19, para acudir às necessidades das populações, como explica a coordenadora principal, Ângela Coutinho. “Nós constituímos um sistema de intervenção rápida e global, por parte da diáspora, através da sociedade civil, como o Banco Alimentar. E como o envio de contentores é mais demorado, optámos por enviar dinheiro através de um acordo com o BCN, que não cobra as taxas normais, no receptor”, explica.

O sistema, adianta a coordenadora, permite que as pessoas necessitadas, depois de identificadas por organizações parceiras no local, possam adquirir os bens alimentares e o banco, mediante a apresentação de facturas pro-forma, faz as transferências para as casas comerciais.” Com o dinheiro recolhido na diáspora e depois enviado, através de organizações locais como a Caritas e a ONDS, adquirem produtos de primeira necessidade que armazenam para distribuição.



Alexandre Soares Silva

Bia Gomes

Holanda, campanha na televisão e voluntários

Alexandre Soares Silva, 42 anos e nascido na Holanda, também se juntou de imediato a outros companheiros, em Roterdão, à volta do Club de São Nicolau, para verem a melhor forma de ajudar São Vicente e as ilhas de São Nicolau e Santo Antão. “Demos prioridade aos medicamentos, e já fomos ao aeroporto de Amesterdão embarcar, mas o barco tem mais capacidade.”

No clube juntam-se jovens e naturais de todas as ilhas, que vivem nesta cidade portuária de Roterdão. E é aqui que vêm reunindo todos os donativos que não param de chegar de vários pontos da Holanda. “A ideia foi que era preciso fazer alguma coisa e a adesão cresceu, com recolha de donativos, sobretudo depois de a informação so-

bre esta iniciativa passar na televisão nacional e ganhar as redes sociais, ‘explodiu’ de maneira positiva e tem sido incrível, outras organizações quiseram ajudar, com muitos voluntários, com pessoas que nunca tinham ouvido falar de Cabo Verde a fazerem duas horas de caminho para ajudar.”

Roupa, comida enlatada, produtos de limpeza e higiene, medicamentos, tudo reunido nas instalações do clube. Para além disso, adianta, “já temos o acordo com empresa de contentores, temos já seis contentores quase cheios e se precisarmos de mais teremos mais.” O contentor é para sair na segunda-feira (dia 18), mas não há certeza ainda, visto haver muita gente e várias associações a colaborar na campanha, afirma Alexandre, funcionário da Câmara de Roterdão.

Estados Unidos, ‘chocada e triste’

Ao telefone para o A NAÇÃO, Elizabeth Almeida conta que ficou “chocada e triste” com a notícia. Mas é uma mulher feliz por poder ajudar. Faz questão de explicar que não está lá no norte, onde há muitos cabo-verdianos. Vive em Washington DC, onde também há cabo-verdianos, embora menos, e prepara-se para conduzir por mais de oito horas até Providence, na Nova Inglaterra, para ajudar na entrega dos donativos que vão seguir, este sábado, para São Vicente.

“Aqui na América é tudo muito longe, mas falaram comigo e entrei num grupo de ajuda, o lugar de entrega é na minha casa onde tenho estado a receber donativos, desde a semana passada, comprei várias caixas e junto com uma amiga estamos a separar em caixas porque o camiã vem buscar

na sexta-feira, temos um contentor da Atlantic Shipping que os vai receber no sábado, com a ajuda também da Cruz Vermelha.”

São roupas de criança, sopas, açúcar, farinha, arroz, feijão, como explica. “Fui a uma loja e comprei por atacado, grandes quantidades, inclusive materiais escolares, cadernos, lápis, canetas, porque a escola vai abrir, uma senhora trouxe-nos mochilas de escola novinhas.”

Com mais de 40 anos nos Estados Unidos, Elizabeth recorda como ficou chocada com as notícias da tragédia, que soube através da irmã. “Sinto muito por esta ilha onde vivi até aos 18 anos e para onde estou a preparar o meu regresso, já daqui a pouco.”

Itália unida por São Vicente

Todas as associações cabo-verdianas de Itália também se uniram na ajuda a São Vicente. Bia Gomes, da Associação Tabanka Onlus, de Roma, conta como de imediato fizeram um comunicado em italiano, português, crioulo e inglês e colocaram nas redes sociais. “Queríamos fazer uma coisa só, fizemos contacto com a OMCV (Organização da Mulher Cabo-verdiana), com a Caritas de Mindelo, Casa de Idosos da Laginha, abrimos uma conta bancária para mandar dinheiro, também procurámos informação sobre as outras pessoas do Calhau, do interior da ilha, para não ficar ninguém de fora”, diz.

A ideia é serem mais selectivos no tipo de donativos, como ela explica. “Não mandar à toa brinquedos, mas sim mais panelas, pratos, mandar dinheiro para os nossos contactos e parceiros no local, para a compra de colchões, coisas de emergência, como frigoríficos, para as pessoas poderem voltar para

as suas casas, para serem autossuficientes.”

O grupo de Itália é constituído por 15 pessoas e recorda o choque com que a notícia chegou a todos, por toda a Itália e os deixou “transtornados”. Os contactos estão sendo feitos em várias cidades do país e envolve agências de transporte, como a Di Teodório Dario, Agência Campino, CTS Cabo Verde Transport Service, que mesmo de férias abriram as suas portas para também ajudarem na campanha.

Haverá também nos próximos dias um torneio de futebol, seguido de espectáculo e jantar, em Aprillia, perto de Roma, para angariação de fundos para enviar para os desalojados de São Vicente. “Uma das coisas que mais me emocionaram foi um rapaz do Haiti que encheu uma mala com donativos e andou três horas de comboio só para vir entregá-la, ele que nunca foi a Cabo Verde, mas que ficou sensibilizado pelas notícias e pelo que os amigos lhe contaram. Até me arrepiou o corpo.”

França

De Paris, França, também chegou no dia 18, no Mindelo, um avião da TACV com ajuda, em centenas de quilos de bens essenciais e produtos não perecíveis, angariados pela comunidade cabo-verdiana residente nesta cidade, para apoiar as famílias afectadas pela tempestade que varreu a cidade e a ilha no passado dia 11 de Agosto.

Uma reunião entre as associações cabo-verdianas e os vários movimentos espontâneos de solidariedade e representantes da embaixada de Cabo Verde, em Portugal, estava marcada para esta terça-feira, às 17h30, no Centro Cultural Cabo-verdiano, mas foi cancelada em cima da hora, por esta última.

Exclusividade/monopólio é inconstitucional

Supremo Tribunal pode anular o contrato de concessão dos transportes marítimos



A Constituição de 1992 consagra, de forma inequívoca, Cabo Verde como sendo uma economia de mercado, onde a liberdade de iniciativa privada, enquanto direito económico fundamental, existe, sendo-lhe por isto reconhecida aos operadores a natureza análoga aos direitos, liberdades e garantias. A lei magna coloca, também, todos os agentes privados no exercício de actividades económicas em igualdade de circunstância, impedindo que se atribua aos mesmos monopólios, a menos que assim vier a dispor a lei de acesso a actividades económicas.

Mercado aberto

Tal liberdade foi explicitada, pela primeira vez, pelo legislador ordinário, através da Lei nº 93/IV/93, de 15 de Dezembro, que apontava no sentido de, salvo disposição especial em contrário, nenhum sector da actividade económica pode ser vedado à iniciativa económica privada. A citada Lei não colocou, contudo, em causa o monopólio do Estado sobre alguns sectores de actividades.

Como é público, o Estado cabo-verdiano foi recentemente condenado, por um Tribunal Arbitral, a pagar mais de 31 milhões de euros à CVI por violação da cláusula de exclusividade e deliberou no sentido de o Governo pagar uma compensação àquela concessionária no quadro do contrato assinado para a prestação de serviços marítimos inter-ilhas.

A exclusividade reclamada pela CV Interilhas (CVI), na decorrência do contrato de concessão do serviço público de transportes marítimos inter-ilhas de passageiros e cargas, é, ao que tudo indica, inconstitucional. O Supremo Tribunal de Justiça poderá por isso ser accionado para declarar nulo esse contrato rubricado em 2019 e ao obrigo do qual o Estado foi condenado a indemnizar a CVI em mais de 31 milhões de euros por alegados danos causados à companhia detida maioritariamente pelo grupo ETE, de Portugal.

Daniel Almeida

Debate na Rádio Alfa

No debate na Rádio Alfa no passado sábado, 16, o analista e jurista José António dos Reis considerou que algumas decisões do Tribunal Constitucional nesse diferendo entre o Governo e a CVI “ignora a Constituição da República, sobretudo na questão da exclusividade”.

Este antigo governante na década de 1990 e um dos deputados que aprovou a Constituição de 1992 recorda que a Lei Magna estabelece os princípios da organização económica e que “esse princípio é de concorrência, tratamento igualitário entre todos agentes económicos”.

Reis considera, por isso, que a própria decisão do Tri-

bunal Arbitral, estranha e espantosamente, “fere a Constituição” de Cabo Verde, porquanto “pretende impor um monopólio, coisa que a Constituição não admite”.

O jurista Aquiles Almada, que também participou no debate da Rádio Alfa, juntamente com Jorge Lopes, outro antigo governante, este, do PAICV, reforçou a tese de José António dos Reis, afirmando que o Estado “em hipótese alguma poderia colocar essa norma, em termos gerais, que não autorizaria a emissão de mais licenças” a impedir outros operadores de actuarem no mercado de transporte marítimo de passageiros e cargas.

“O Estado não é titular, não é o dono desse serviço.

Só o pode fazer relativamente ao serviço público porque há uma lei habilitante que lhe atribui a exclusividade do serviço público”, explanou Aquiles Almada.

Escapatória possível?

Instalada a celeuma, que muita tinta já fez correr, quando confrontado com o acórdão do Tribunal Arbitral, no último debate do Estado da Nação, em Julho, o ministro das Finanças, Olavo Correia, garantiu que o Governo iria defender “até ao limite” o interesse público e que por isto iria recorrer ao Supremo Tribunal de Justiça. A acontecer, um eventual acórdão favorável do STJ poderá tornar-se na tábua de salvação do

Executivo e dos próprios contribuintes, que correm o risco de indemnizar a CVI em mais de 31 milhões de euros.

Aliás, na sequência do acórdão do Tribunal Arbitral, a própria CVI anunciou que, dos 31 milhões de euros que conta receber, vai retirar 19 milhões para adquirir os navios Chiquinho e Dona Tututa que ela tem a navegar em Cabo Verde em regime de aluguer. Isto quando o compromisso, rubricado com o Estado de Cabo Verde, é que a mesma iria colocar cinco navios novos para transportar pessoas e mercadorias entre as ilhas deste arquipélago.

Espírito Santo pede demissão de Olavo Correia

Ainda ontem, num post na sua página do Facebook, o antigo presidente da Assembleia Nacional e ex-provedor de Justiça, António Espírito Santo, juntou a sua voz àquelas que entendem que, face ao ocorrido, Olavo Correia deixou de reunir condições para permanecer no Governo.

Do ponto de vista de Espírito Santo, diante do “31” em que o país neste momento se encontra, numa altura em que “a nação tem de cuidar das feridas” causadas pela tempestade do passado dia 11, a demissão de Olavo Correia “é inadiável”.

Segundo Espírito Santo, quem pagar os 31 Milhões de euros que o Estado foi condenado a indemnizar a CVI “é INIMIGO DO POVO!” e quem receber esse mesmo montante é também “INIMIGO DO POVO!” e que por isso “NÃO PAGAMOS!”.

De cedência em cedência o Governo pôs-se a jeito perante o Grupo ETE



A minuta aprovada em sede do Conselho de Ministros, através da Resolução nº 14-A/2019, publicada no Boletim Oficial, não reproduziu integralmente o Caderno de Encargos assumido pela Cabo Verde Interilhas (CVI) no quadro do acordo negocial com o Estado para a prestação de serviços de transportes marítimos de cabotagem. Alguns requisitos foram suavizados ou omitidos (frota, frequências mínimas, garantias, fiscalização). Outros foram inovados sem respaldo no caderno de encargos (cláusula arbitral, maior transferência de riscos para o Estado).

Garantias que foram ficando pelo caminho

Ou seja, mesmo antes das alterações feitas no contrato assinado, a minuta já representava uma versão menos exigente que o caderno encar-

Da análise da minuta do contrato de concessão do serviço público de transporte marítimo inter-ilhas de passageiros e cargas, A NAÇÃO identificou discrepâncias relevantes que alteraram significativamente o equilíbrio originalmente aprovado, com impacto directo no interesse público. Ao longo da negociação, o Governo foi cedendo, em vários momentos, ao que tudo indica, consoante pressões exercidas pelo Grupo ETE.

Daniel Almeida

gos, reduzindo garantias do interesse público e aumentando a margem negocial da futura concessionária.

Começando pelo caderno de encargos, nota-se que houve uma certa selectividade por parte do Governo que aprovou uma minuta de contrato com lacunas significativas. Por exemplo, o caderno fixava parâmetros claros tais como tipologia das embarcações, idade máxima permitida, capacidade mínima e normas de segurança, exigências

essa que foram suavizadas na minuta, remetendo para regulamentos posteriores ou para avaliação conjunta com o concessionário, o que reduziu a força vinculativa do caderno.

E, no que concerne a obrigações de serviço público, o caderno previa a cobertura obrigatória de todas as ilhas habitadas com frequência mínima de viagens, porém, na minuta, estas obrigações aparecem mais vagas ou dependentes de negociação de

planos operacionais anuais, abrindo margem para incumprimento.

Outra discrepância está relacionada ao Modelo Financeiro e Riscos. O caderno previa a partilha de riscos equilibrada, com incentivos para eficiência do concessionário, mas a minuta do contrato, aprovada em sede do Conselho de Ministros, transferiu para o Estado responsabilidades adicionais, como compensações por eventuais défices de exploração, que não es-

tavam delineadas com tanto peso no caderno.

Em relação à cláusula arbitral, é de se destacar que o caderno não impunha a arbitragem obrigatória, apenas admitia recurso a litígios contratuais nos termos da lei. Entretanto, a minuta introduziu uma cláusula compromissória vinculando as partes ao Tribunal Arbitral, afastando os tribunais comuns – uma inovação sem cobertura explícita no caderno de encargos.

E, relativamente à fiscalização e controle, o caderno exigia um controlo rigoroso por parte do concedente e a possibilidade de auditorias independentes. Nesta parte a minuta é mais genérica, deixando de prever, por exemplo, prazos e mecanismos detalhados de reporte de contas.

Estado enfraquecido

Em relação a garantias financeiras, o caderno de encargos previa a constituição de garantias robustas para assegurar o cumprimento das obrigações. Porém, a minuta do contrato flexibilizou os requisitos, permitindo garantias de natureza menos exigente, o que enfraqueceu a proteção do Estado.

Ou seja, a minuta do contrato foi uma versão menos exigente que o caderno de encargos, reduzindo a protecção do interesse público e abrindo espaço para desequilíbrios que depois se agravaram no contrato assinado e nos aditamentos.



Diferenças entre minuta e contrato assinado

Uma análise cuidada da minuta do contrato e o contrato de concessão do serviço público de transportes marítimos inter-ilhas de passageiros e cargas, assinado em 15 de Fevereiro de 2019, constata-se que são várias as discrepâncias que alteraram significativamente o equilíbrio originalmente aprovado, com impacto direto no interesse público.

A minuta previa que a sociedade concessionária seria especificamente criada para a gestão do serviço, com controlo nacional maioritário e participação do Estado na sua estrutura, assegurando influência na tomada de decisões estratégicas. Contudo, o contrato assinado eliminou

a exigência clara de controlo nacional, permitindo que a gestão e decisão operacional ficassem sob domínio do grupo privado estrangeiro (Grupo ETE), contrariando a matriz nacional originalmente prevista. Isto significou a perda de soberania operacional sobre um serviço público estratégico.

Em relação às obrigações de investimento e aquisição de navios, a minuta estabelecia um calendário obrigatório e vinculativo para aquisição de navios novos adequados à operação nas águas de Cabo Verde. Porém, no contrato assinado, foi alterado o rigor do calendário e flexibilizou as exigências técnicas, permitindo atrasos ou substituições sem penalidades contratuais efectivas. Um dos im-

pactos dessa discrepância foi o enfraquecimento em relação à exigência de renovação da frota permitindo, assim, a manutenção de navios inadequados, com implicações na qualidade do serviço.

E, no tocante a penalidades por incumprimento, a minuta definia um regime sancionatório objetivo, com multas automáticas por atrasos, supressão de ligações ou incumprimento dos padrões de serviço. Isto caiu por terra, porquanto, o contrato assinado introduziu cláusulas de flexibilização e justificações amplas (“motivos operacionais”, “circunstâncias imprevisíveis”), que permitiram à concessionária evitar penalidades na prática. Com isso, ficou reduzida a capacidade do Estado de fazer cumprir as

obrigações contratuais.

A minuta limitava, por outro lado, o pagamento de indemnizações compensatórias a situações muito específicas e devidamente comprovadas, com mecanismos de auditoria independentes. O contrato assinado suavizou essas exigências, alargando as hipóteses de indemnização e retirou algumas salvaguardas de controlo, aumentando a exposição financeira do Estado. Isso proporcionou maior risco orçamental e a possibilidade de pagamentos injustificados.

A minuta estipulava requisitos de desempenho detalhados, com indicadores de qualidade e auditoria externa periódica, mas o contrato assinado tornou essas exigências menos vinculativas,

remetendo para procedimentos internos e reduzindo a periodicidade e obrigatoriedade de auditorias independentes. Essa “suavização” enfraqueceu a fiscalização e teve impacto na perda de transparência.

Embora o acórdão do Tribunal Arbitral não atribua de forma explícita a autoria das discrepâncias entre a minuta e o contrato assinado, tudo indica que as alterações foram introduzidas na fase de negociação final entre o Governo e o Grupo ETE/CV Interilhas, após a aprovação da minuta pelo Conselho de Ministros, mas antes da assinatura. Esta situação levanta sérias dúvidas sobre a legalidade e a legitimidade do acto administrativo que culminou na assinatura do contrato.

Diferenças entre contrato original e adenda

O contrato original, assinado em 2019, definia montantes e metodologia de cálculo da indemnização compensatória com base em critérios operacionais, mas não previa adiantamentos ou ajustes retroativos de grande dimensão.

Porém, a adenda, de 2023, passou a fixar montantes específicos (por exemplo, 6.600.000 euros) para períodos já decorridos, com prazos e modalidades de pagamento detalhadas, incluindo a possibilidade de compensação de dívidas entre Estado e concessionária. Na prática,

cristalizou valores que anteriormente dependeriam de execução contratual e fiscalização.

Isto proporcionou uma redução da margem de negociação do Estado e reconheceu, de forma quase liquidada, responsabilidades financeiras discutíveis, algumas resultantes de incumprimentos da própria concessionária.

Em relação à frota e investimentos obrigatórios, contrato original obrigava à concessionária a renovar e adequar a frota de acordo com um plano e calendário pré-definidos, garantindo embarcações apropriadas à realidade marítima cabo-verdiana.

Porém a adenda admitiu

que a concessionária cumprisse essa obrigação com meios diferentes dos inicialmente previstos e até através de aquisição de embarcações usadas ou já em posse do grupo controlador, sem assegurar a adequação plena às condições operacionais nacionais.

Por outro lado, o contrato original previa penalizações mais rígidas para incumprimento de obrigações de serviço (qualidade e prazos), mas, na adenda, essas cláusulas tornam-se mais flexíveis ou omissas em relação a prazos e sanções, e aumentam hipóteses de justificação de atrasos por “motivos operacionais” ou “imprevisibilidades”.

PUB

Adenda coloca o Estado num colecte de forças

A adenda ao contrato de concessão do serviço público de transporte marítimo inter-ilhas de passageiros e cargas, assinada em 2023, transformou a indemnização compensatória num valor fixo anual de 6.600.000 euros (preços de 01/01/2023), com actualização automática anual pelo índice de preço no consumidor (IPC) e ajustamento adicional pela variação do custo dos combustíveis, criando uma escalada quase “automática” de custos públicos ano após ano, independentemente do desempenho do serviço.

Com essa adenda, a indemnização compensatória passou a ser paga por adiantamentos trimestrais “independentemente” da apresentação e aprovação de contas anuais – só depois há acerto final –, deslocando o risco financeiro para o Estado e pressionando a tesouraria pública desde o início de cada ano.

Antes da adenda, a regra era pagar a indemnização compensatória apenas após as contas auditadas e aprovadas, com prazos de pagamento subsequen-

tes – um desenho que protegia melhor o erário público.

Inquérito Parlamentar

Na edição anterior do A NAÇÃO, este jornal deu conta que a bancada do PAICV na Assembleia Nacional pretende, no início do próximo ano político, a abertura de um inquérito parlamentar para o cabal esclarecimento deste caso que vem adensar o ambiente em que a concessão do serviço de transporte marítimo à CVI, companhia detida maioritariamente pelo grupo português ETE, acabou por acontecer.

No olho deste furacão encontra-se o vice-primeiro-ministro e ministro das Finanças, Olavo Correia. Alegadamente, foi no seu ministério que as alterações ao contrato com a CVI foram introduzidas no contrato final com essa companhia, que tem à frente Jorge Pimenta Maurício, antigo PCA da Enapor e presidente da Câmara de Comércio de Barlavento.

DA



alfa rádio
A diferença na arte de Comunicar

FREQUÊNCIAS

Praia – **89.9 e 94.4**

Santiago Norte e Sul - Fogo
- Maio – **94.4 e 99.6**

São Vicente - S. Antão
- São Nicolau – **96.7**



Siga Cabo Verde em qualquer parte do mundo através de www.radioalfacv.com

+238 970 95 95 / 930 30 05 / 260 26 96

radioalfacoverde

Venda de acções da Caixa Económica

Ministros e gestor financeiro de topo podem ser alvo do MP

A NAÇÃO sabe que membros do Governo e um dos gestores de topo de uma instituição financeira, detentores de informação privilegiada, adquiriram parte 13.535 acções da CECV, ao preço de 4.079\$/acção, no seguimento da Oferta Pública de Venda. Neste momento o preço de cada acção ronda os 10 mil escudos.

Quando o antigo coordenador da UASE, Sandeney Fernandes, foi alvo de buscas, chegou-se a cogitar que não haveria como incriminá-lo, porquanto terá comprado as acções da CECV através de um processo de venda pública, no mercado secundário.

Esta mesma tese está a ser defendida em relação aos ministros e um destacado gestor da CECV, que compraram acções do referido banco. Contudo, essa tese caiu por terra quando Sandeney Fernandes foi constituído arguido por crimes de abuso de informação e participação ilícita em negócios.

De acordo com um especialista, independentemente de se tratar de uma venda pública, “está-se a falar da venda pública de uma empresa detida maioritariamente pelo Estado” e que qualquer decisão de alienação ou outra operação “deve passar por um processo de decisão por parte de quem tem a competência para colocar as acções no mercado, neste caso o Governo”.

A decisão da venda de activos do Estado, como é o caso 13.535 acções da CECV, é tomada em sede do Conselho de Ministros, onde os governantes podem votar a favor ou contra. Ou seja, pelo sim-

Altas figuras do Estado e do sector financeiro poderão ser alvos de investigação por parte do Ministério Público (MP) por indícios de abuso de informação e participação ilícita em negócios, no caso relacionado com a venda das acções da Caixa Económica de Cabo Verde (CECV). O antigo coordenador da UASE, Sandeney Fernandes, já foi constituído arguido e espera-se que outras entidades sejam chamadas a depor no âmbito deste processo.

Daniel Almeida

ples facto de um ministro ter a possibilidade de estar na posse de informações privilegiadas sobre essa operação “o inibe”, de participar nessa operação. “Neste caso o vendedor estará a posicionar-se como comprador”, explica a nossa fonte.

“No caso concreto do processo de venda das acções da CECV, no Conselho de Ministros circularam informações sobre o balanço, demonstrações de resultados e potenciais cálculos de perspectiva

futura de valorização das acções e, tudo isso, configura detenção de informação privilegiada. E o uso de detenção privilegiada é criminalizado em vários ordenamentos jurídicos”, acrescenta o nosso interlocutor.

O uso de informação privilegiada é considerado crime contra o mercado de capitais, quando for utilizada por alguém que tem acesso legal a ela devido ao seu cargo ou função. O infractor pode ser sancionado administrativa-

mente, com multas e suspensão de cargos, e também com sanções penais, porquanto essa prática afeta a confiança dos investidores e a integridade do mercado de capitais.

Também o uso de informações privilegiadas de informações por membros do Governo para a compra de acções na CECV é condenável no plano ético. “Se um funcionário, como é o caso de Sandeney Fernandes, não pode participar no processo de compra das acções da

CECV, por maioria de razão um membro do Governo, que participa em todo o processo de aprovação no Conselho de Ministros, não pode ter esse privilégio”.

Em relação a um gestor de topo que terá comprado acções no banco em que é membro da administração, o nosso interlocutor considera que é uma situação “mais grave ainda”, porquanto o Código de Sociedades Comerciais impede que pessoas que estão na alta esfera de decisão possam beneficiar de informações privilegiadas que detêm.

Neste caso em concreto, o gestor em causa participa em todo o processo de preparação logística, informacional e financeiro, que será submetida ao Governo que, na qualidade de acionista maioritário toma a decisão de vender as acções. Ou seja, “o preço das acções foi fixado entre o Conselho de Administração da CECV e o Governo”.



Já fez a **PROVA ESCOLAR** anual?



INPS
INSTITUTO NACIONAL
DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

É **segurado** ou **pensionista** do INPS e **tem descendentes a cargo com idade a partir dos 15 anos**, então esta informação é para si!

Garanta os direitos dos seus descendentes à Proteção Social!

Entregue o **documento comprovativo de frequência e aproveitamento escolar até ao dia 31 de Dezembro de cada ano** num dos balcões do INPS.

Para mais informações contactem o INPS. www.inps.cv  INPS Cabo Verde  [inps.cv](https://www.instagram.com/inps.cv)

Santo Antão e São Nicolau ainda lidam com as consequências da tempestade

A tempestade que devastou a ilha de São Vicente na madrugada do dia 11 de Agosto também deixou estragos significativos nas ilhas de Santo Antão e São Nicolau. Centenas de habitações foram destruídas, famílias ficaram desalojadas, campos agrícolas foram dizimados e várias estradas foram cortadas, causando o isolamento de diversas comunidades.

Ilda Fortes, com agências

O Governo também decretou o Estado de Calamidade por seis meses nas ilhas de Santo Antão e São Nicolau devido aos danos significativos registados nessas ilhas. As autoridades já visitaram as zonas mais afectadas e que exigem intervenções urgentes para repor as condições de vida, mobilidade e acessibilidade das populações afectadas.

Santo Antão: estradas cortadas e famílias desalojadas

A cidade do Porto Novo foi uma das mais afectadas pelas cheias, com o registo de deslizamento de terras e queda de pedras que levaram ao corte de várias estradas e à danificação de habitações e infraestruturas. Mais de 300 famílias ficaram isoladas em várias comunidades rurais devido à destruição de vias de acesso. A ligação tem vindo a ser restabelecida gradualmente, embora os povoados de Chã de Manuelinho e Aldeia do Norte continuassem isoladas até esta quarta-feira.

Cerca de duas mil habitações foram afectadas pelas cheias, muitas famílias perderam bens essenciais e enfrentam agora sérias dificuldades e situações de extrema vulnerabilidade. Além disso, as cheias provocaram avarias na rede elétrica, causando constrangimentos no fornecimento de energia em várias comunidades.

Em declarações à imprensa, a autarca do Porto Novo, Elisa Pinheiro, afirmou que o município enfrenta uma “situação caótica e realmente de calamidade”. A autarquia já tem pronto o relatório e orçamento para reparação dos estragos causados pelas cheias.



De acordo com o documento, serão precisos cerca de 140 mil contos para fazer face aos prejuízos registados e repor a normalidade no município.

Para Elisa Pinheiro, a prioridade é o realojamento das famílias e a reabilitação das habitações danificadas, já que cerca de duas mil casas foram afectadas e precisam urgentemente de intervenções. A Câmara Municipal está a recorrer ao arrendamento de casas particulares para realojar famílias cujas habitações fica-

ram seriamente afectadas pela tempestade. No entanto, a autarquia tem enfrentado dificuldades para encontrar casas particulares disponíveis para arrendar.

Pinheiro tem solicitado o envolvimento e a solidariedade da população e das instituições para ajudar a reconstruir o município. Em resposta ao apelo, grupos de ativistas, associações não-governamentais e instituições de cariz social estão a mobilizar-se para apoiar as famílias mais vul-

neráveis e para reabilitar as habitações afectadas pela tempestade.

São Nicolau: destruição de terras e perdas de animais

Na ilha de São Nicolau, as inundações também provocaram estragos em diferentes zonas. Foram registadas situações de deslizamento de terras que destruíram propriedades agrícolas e levaram à perda de animais. Além disso,

alguns acessos ficaram condicionados.

Na cidade do Tarrafal, algumas vias rodoviárias ficaram obstruídas devido à queda de pedras, dificultando a circulação de pessoas e viaturas. Além disso, foram registados diversos estragos nas plantações agrícolas e vários animais terão sido levados pelas enxurradas. Agricultores e criadores das zonas de Fragata e Ribeira Prata anunciaram elevados prejuízos e denunciaram danos nos reservatórios utilizados para a rega e nas vias de distribuição de água.

O presidente da Câmara Municipal local, Neivo Araújo, considerou que o município foi “severamente afectado” pela tempestade, tendo sido registadas inundações e enxurradas que atingiram diversas artérias urbanas. A chuva provocou danos no acesso às zonas de Ribeira Prata, Fragata, Praia Branca e Hortelã. De acordo com o autarca, vais ser elaborado um relatório detalhado a ser enviado ao Governo, com o objectivo de avaliar os danos e definir as medidas necessárias para lidar com os estragos.

No município da Ribeira Brava, de acordo com o edil Nilton Monteiro, não foram registados danos significativos, mas as chuvas provocaram a obstrução de algumas vias e estradas de acesso. Os danos ainda estão a ser avaliados. Entretanto, os acessos já estão transitáveis, embora alguns trechos exijam cautela por parte dos condutores. Além disso, na localidade de Preguiça, doze famílias vão ser realojadas em habitações sociais.

Afrobasket 2025

Cabo Verde enfrenta a poderosa Angola hoje

Para chegar às quartas-de-final a selecção nacional eliminou, com expressiva vitória, os tunisinos, campeões da última edição do Afrobasket, com o resultado de 87-54. O domínio dos cabo-verdianos ficou evidente: não perderam um único período e Cabo Verde terminou a partida com mais 33 pontos do que os magrebinos.

Mas engana-se quem pensa que Cabo Verde terá partida fácil frente aos palancas negras, que detêm 11 títulos do Afrobasket, a última em 2013, e são uma das potências africanas da modalidade.

Também importa ressaltar que em 2007, ano do melhor resultado de sempre de Cabo Verde num Afrobasket – a medalha de bronze – os angolanos ficaram com o lugar mais alto do pódio.

Além disso, nas seis últimas partidas entre as duas



A selecção nacional de basquetebol sénior masculino enfrenta hoje, 21, às 17h, em Luanda, a sua congénere de Angola, num duelo lusófono com muita história. Recorde-se que na última partida realizada entre estas duas equipas para um Afrobasket, que remonta a 2021, Cabo Verde venceu por 77-71 e “Big” Edy quebrou uma tabela, o que levou a uma interrupção do jogo por 25 minutos.

Tiago Ribeiro

formações os palancas levam vantagem, venceram cinco e perderam uma única vez.

A última partida oficial, datada de 25 de Fevereiro de 2023, para as qualificações

africanas para o Mundial de 2023, Angola venceu Cabo Verde por um expressivo 80-

67. Sem contar que a jogar em casa, prevê-se pavilhão cheio hoje em Luanda.

Sem medo

No entanto, nada disto mete medo ao seleccionador nacional Emanuel Trovoada, que já avisou que o tubarão “ele morde mesmo” e “vai morder ainda mais”. Segundo Trovoada, ainda há pessoas que “estão distraídas” com Cabo Verde, mas diz que ele e seus pupilos continuam a fazer o seu trabalho “tentando melhorar jogo após jogo”.

Na estreia Cabo Verde venceu a República Democrática do Congo por 75-66, perdeu a segunda partida diante da Costa do Marfim por 81-82 e encerrou a primeira fase com uma vitória sobre o Ruanda por 75-66. Nas oitavas-de-final Cabo Verde venceu a Tunísia por 87-54.

São Vicente

Início da época desportiva em risco

Segundo Amílcar Rocha, presidente da Associação de Futebol de São Vicente, o estado em que ficou o relvado do Estádio Adérito Sena, após as tempestades do passado dia 11 de Agosto colocam em risco o início da época futebolística, já que o relvado será “impraticável” para a época que se avizinha. Mesmo cenário regista-se no Centro de Alto Rendimento e campos de Tênis.

Em entrevista à televisão pública, Amílcar Rocha disse que o relvado continua 100% soterrado e que a sua limpeza, por ora, não é prioridade nem para ele nem para São Vicente, que atravessa um momento muito complicado.

Ademais, segundo avança, ainda não foi possível fazer um levantamento de todos os estragos no recinto,

principalmente na zona dos vestiários, onde ainda não se conseguiu aceder. Para a associação, uma solução seria a utilização do campo relvado do centro de estágio, que resistiu às enxurradas.

Centro de Alto Rendimento

A situação no Centro de Alto Rendimento, sito nas instalações do estádio também se encontra numa situação complicada, mas, de acordo com Adelino Duarte, delegado do Instituto do Desporto, a maioria dos danos são reversíveis.

A pista de tartan para atletismo, inaugurada há cinco meses, também se encontra debaixo de lama e, como explica Adelino Duarte, só se saberá do real impacto da enxurrada depois de uma boa limpeza e avaliação.

Campos de Golfe e Tênis

No Clube de Golfe, segundo o seu presidente, Gabriel Delgado, a situação é desoladora - esgoto a céu aberto, o campo ficou irreconhecível e a estrada de acesso destruída. Para este dirigente será mesmo necessário a reconstrução total da estrutura desportiva.

No recinto do Clube de Tênis do Mindelo, o cenário é também de avultados estragos, mas segundo o presidente do Clube de Tênis, Lourenço Reis, já se encontram a realizar limpezas no espaço e a avaliar o que se pode fazer e como, deixando claro que serão necessários investimentos de fundo para se voltar à normalidade. TR



Seven Stars é tricampeão nacional de futebol feminino

Na final disputada no Estádio Marcelo Leitão, Cidade Espargos, a equipa da capital venceu o Black Panthers, também representante da região desportiva de Santiago Sul, por 4-2, nas grandes penalidades, após empate a zero no tempo regulamentar e no prolongamento.

A jogadora Loriana, do Black Panthers, foi eleita a MVP da final e também foi a melhor marcadora da competição.

O campeonato nacional de futebol sénior feminino contou com a participação de seis equipas, nomeadamente o Seven Stars (Santiago Sul), Real Sociedade (São Vicente), Delta (Santiago Norte) Onze Estrelas (Boa Vista) Llana (Sal) e Black Panthers (Santiago Norte).

Na primeira fase da prova, cada equipa disputou quatro jogos frente a adversários diferentes, a uma só mão, sendo que as quatro equipas melhores classificadas apuraram-se para as meias-finais: Seven Stars, Black Panthers, Llana e (...) Real Sociedade.

Destaques da competição:

- Melhor Jogadora: Djoise (Llana);
- Melhor Guarda-Redes: Josinha (Seven Stars);
- Taça Fair Play: Real Sociedade (São Vicente);
- Melhor Treinador: Paulo Pires (Seven Stars);
- Vice-Campeã: Black Panthers;



A equipa de futebol sénior feminino, Seven Stars, da cidade da Praia sagrou-se tricampeão nacional da modalidade ao conquistar o campeonato da modalidade que decorreu na ilha do Sal entre 4 e 15 de Agosto na ilha do Sal.

A Nação



Vice-Campeã- Black Panthers (Praia)



Taça Fair Play- Real Sociedade (São Vicente)



Loriana, Black Panthers, MVP da final



Melhor Jogadora- Djoise (Llana)



Melhor Guarda-Redes- Josinha (Seven Stars)



Melhor Treinador: Paulo Pires (Seven Stars)





José Mário Correia
Jornalista



José Rebelo
Docente
Universitário



Anilton Andrade
Diretor Proteção
Civil da CMSV



Job Amado
Bastonário
OACV



Fábio Vieira
Presidente
ANMCV

Casas Clandestinas e Cidades em Risco

O Desafio do Urbanismo nas Mãos das Câmaras e do Governo

23 Agosto 2025

10:00 às 12:00

Contacte-nos através:

 9709595 / 9303005

 Rádio Alfa - CV

 9709595

 **Live radioalfacv** 

FM

89.9 e 94.4 na Praia

94.4 e 99.6 em Santiago Norte e Sul, Fogo e Maio

96.7 em São Vicente, S. Antão e São Nicolau

Web Rádio

www.radioalfacv.com



António Delgado Medina*

Cabo Verde: Entre as Estatísticas de Vidro e a Realidade Quebrada

A poucos meses das eleições legislativas de 2026, Cabo Verde encontra-se numa encruzilhada histórica. Entre promessas repetidas, discursos ensaiados e estatísticas polidas nos gabinetes do poder, a realidade concreta da maioria dos cabo-verdianos continua marcada por dificuldades estruturais, desconfiança nas instituições e uma crescente sensação de abandono.

O país, classificado como “rendimento médio alto” em relatórios que raramente refletem o chão batido das zonas rurais ou os bairros pe-

riféricos das cidades, vive hoje um paradoxo cruel. No papel, tudo parece bem encaminhado — segundo os dados oficiais, o desemprego está a 8%, o crescimento económico é estável e os indicadores sociais estão “controlados”. No entanto, a realidade grita o contrário. A recente tragédia das cheias de 11 de agosto, em São Vicente, revelou o que muitos tentam esconder: uma pobreza estrutural que atinge milhares de famílias e uma fragilidade institucional que não se resolve com comunicados de imprensa.

Os próprios técnicos do INE já levantaram a voz contra a manipulação dos dados estatísticos, denunciando uma prática perigosa: a construção de uma narrativa de progresso que não corresponde ao dia-a-dia

das pessoas. Os números, por mais que se torçam, não conseguem esconder o desalento de uma juventude que abandona o país ou os campos em busca de um futuro melhor. A agricultura, que outrora sustentou comunidades inteiras, é hoje uma atividade quase marginal, sem incentivos reais e sem políticas públicas consistentes.

A fuga de cérebros, cada vez mais acentuada, revela outro aspeto do problema: um Estado que não valoriza a competência, que promove a mediocridade e o compadrio nos cargos públicos, e que continua a confundir fidelidade partidária com mérito profissional. Esta realidade tem um preço. Um país que não investe nos seus melhores quadros está, inevitavelmente, a hipotecar o seu fu-

turo.

Pior ainda, estamos perante uma crise silenciosa: a perda de fé nas instituições da República. O descrédito em relação ao governo e à classe política em geral é alarmante. O cidadão comum já não acredita que as eleições mudem alguma coisa, porque tem assistido, eleição após eleição, à perpetuação de um sistema que serve mais aos interesses de uma elite instalada do que ao bem comum.

Este é o verdadeiro estado da nação: um país com uma população cada vez mais envelhecida, com os jovens a emigrar, com os campos a secar, com as cidades a crescer em desigualdade, e com as instituições a perderem legitimidade. Um país que já teve orgulho na sua democra-

cia e nos seus valores republicanos, mas que hoje parece viver numa bolha de ilusões criadas por relatórios internacionais e por governos que governam mais para o exterior do que para o seu próprio povo.

A poucos meses das eleições, é urgente reabrir o debate nacional com seriedade, com frontalidade e com coragem. Cabo Verde precisa de mais do que promessas: precisa de líderes comprometidos com a verdade, com a justiça social, e com um projeto de país que ponha as pessoas — todas as pessoas — no centro da ação política.

20/08/2025

*Geógrafo, doutorando em Ciências Sociais



Pedro Castro

O Estado deve voar ou essa solução é parte do problema?

Tenho recebido algumas mensagens – boas e más – sobre os artigos que escrevi recentemente. Uma delas causou-me alguma perplexidade: dizia-me um leitor que a Covid alterou radicalmente a sua perceção sobre a necessidade de ter uma companhia de bandeira devido ao comportamento tarifário abusivo da TAP nas rotas entre Portugal e Cabo Verde durante esses meses. Mais adiante, considerou que competiria ao Estado de Cabo Verde garantir ligações internacionais e influenciar os preços praticados nessas rotas através de uma empresa aérea estatal que teria uma estrutura reduzidíssima e com voos apenas para alguns pontos. Não sei quantos pensarão assim,

mas é provável que não seja caso único – a manipulação política do medo e do isolamento em ambientes insulares funciona ainda melhor e, visto de fora, até é fácil imaginar que se pode ter uma companhia estatal “pequenina e lucrativa”. Ignoro se, perante a situação de crise atual que se vive em São Vicente, esse mesmo leitor considera também que o Estado deveria possuir supermercados e gasolinhas para evitar a inflação dos preços dos bens essenciais que assolam a ilha – e, já agora, replicar essa estrutura em todas as ilhas, para o caso de haver novas inundações ou outra qualquer catástrofe. É certo que a geografia cabo-verdiana torna o país mais frágil, vulnerável e com menos alternativas. É certo que o leitor tem razão naquilo que também são funções do Estado na prossecução do interesse público: proteger, evitar e lidar com emergências;

ter um plano adequado para fazer face a estas situações quando acontecem; contornar abusos de posição dominante traduzidos em práticas comerciais que lesam o público. Isto vale para quase tudo, mas vale ainda mais para necessidades básicas. E vale, sobretudo, para o próprio Estado porque também ele cede à prepotência económica, aos favores partidários e aos contratos dos “amigos” com uma enorme vantagem: quase ninguém o controla. No caso específico das empresas aéreas, o investimento de capital inicial para as iniciar, manter e operar é um luxo incompatível com as prioridades e funções essenciais do Estado, mesmo num ambiente insular. No caso de Portugal, um arquipélago entendeu bem essa lição: a Madeira não tem nenhuma companhia aérea regional própria para estar conectada entre si, com o Continente e com o mun-

do; em Espanha, o mesmo se passa nas Baleares; Itália e Croácia também não têm companhias públicas para as suas ilhas. Nestas regiões e países, a conectividade assegura-se de outras formas. No ambiente jurídico-comercial que hoje é permitido em Cabo Verde para a conectividade internacional, o investimento público deveria ser outro baseado num outro tipo de estratégia com o objetivo de atrair mais companhias aéreas para todas as ilhas, de tornar-se base operacional para companhias já existentes e de modo a criar mais concorrência aérea na generalidade das rotas. Depois – mas só depois – poderá o Estado equacionar uma intervenção eficaz, contundente e mais profunda, seja ela inquisitória, de supervisão e até judicial relativamente a abuso de posições dominantes; ou, em casos extremos como foi a Covid, pode até passar à ação

económica e alugar pontualmente aviões a companhias que realizem determinados voos e rotas.

Imaginem agora tudo o que se poderia ter feito em Cabo Verde se o dinheiro enterrado na Cabo Verde Airlines – que dá o prejuízo que dá e não foi remédio para as crises que existiram – tivesse sido investido em educação, saúde, justiça, ambiente e infraestruturas. Quicá até algumas dessas infraestruturas teriam podido evitar ou minimizar aquilo que sucedeu em São Vicente. Quando se fala em companhias aéreas estatais, convém lembrar que um país voa muito mais longe quando investe nas pessoas, quando as protege e estimula. Num arquipélago, mais do que em qualquer outro lugar, o maior ativo não é uma companhia aérea, é a inteligência de aplicar políticas que o mantenham conectado e aberto ao mundo.

O custo da “ignorância económica” do Governo: o caso CV Interilhas



João Serra*

Quando o Governo de Cabo Verde concedeu o transporte marítimo inter-ilhas à CV Interilhas (CVI), apresentou a medida como uma solução quase milagrosa para um problema histórico. A promessa consistia em garantir ligações regulares, previsíveis, seguras e de qualidade, permitindo que cidadãos, empresários, comerciantes e emigrantes deixassem de viver na incerteza quanto à circulação de pessoas e mercadorias entre as ilhas. O Primeiro-Ministro chegou a assegurar que, a partir desse momento, os cabo-verdianos poderiam programar viagens, produções e negócios com confiança. Na teoria, a parceria público-privada entre a Transinsular, do grupo português ETE, com 51 % do capital, e armadores nacionais, com 49 %, parecia perfeita: exclusividade do serviço em troca de investimentos em novos navios, frequências mínimas asseguradas e condições de segurança e conforto.

O que aconteceu na prática foi o oposto. Volvidos mais de seis anos desde a assinatura do contrato, os aspetos fundamentais ainda não foram cumpridos pela CVI. Em vez dos cinco novos navios ROPAX, com menos de quinze anos de idade, prometidos no caderno de encargos, a Transinsular socorreu-se de embarcações antigas de armadores nacionais e fretou navios no exterior, sem nunca investir na renovação da frota. A vetustez das embarcações trouxe consigo avarias constantes, cancelamentos de viagens e incumprimento das frequências contratadas. Linhas essenciais, como a ligação São Vicente–Santo Antão, que deveria ter três viagens diárias, ou a rota Brava–Fogo–Santiago, que deveria ter seis ligações semanais, estão longe de ser cumpridas. Passageiros são deixados em terra sem aviso, comerciantes ficam com mercadorias retidas nos portos, emigrantes em férias perdem dias de trabalho à espera de um barco que não chega. A vida quotidiana de milhares de cabo-verdianos foi diretamente afetada pela in-

capacidade da concessionária em cumprir aquilo a que se comprometeu.

A questão, contudo, não é apenas a falha da CVI, mas sobretudo a irresponsabilidade do Governo. O Estado não só falhou em fiscalizar e exigir o cumprimento do contrato, como aceitou cláusulas lesivas que hoje custam indemnizações milionárias ao erário público. Um exemplo flagrante é a cláusula que garante à concessionária 10 % da receita anual como compensação. O Governo aceitou-a na negociação, tentou depois declará-la inválida, mas continuou a pagar em 2019 e 2020, antes de mudar de posição. Essa contradição fragilizou a defesa do Estado e abriu caminho à vitória da CVI no tribunal arbitral. A gestão da exclusividade foi igualmente desastrosa: o contrato era ambíguo e o Estado licenciou outra operadora sem antes clarificar os termos, fornecendo à concessionária mais um argumento sólido para exigir indemnização. O mesmo sucedeu com os critérios de custos elegíveis: primeiro aprovados e pagos, depois rejeitados sem revisão contratual formal, demonstrando instabilidade regulatória e quebra de confiança. O Governo alterou ainda horários e suspendeu tarifas sem prever compensações, em clara violação do princípio do equilíbrio económico-financeiro dos contratos de serviço público.

O resultado desta ignorância económica é devastador. O tribunal arbitral condenou o Estado de Cabo Verde ao pagamento de indemnizações que, à data, já ascendem a pelo menos 19 milhões de euros (VPM & MF), valor que continuará a aumentar à medida que forem efetuados novos cálculos e o tempo avançar. Trata-se de uma fatura colossal para um país pequeno e com recursos limitados. E tudo isto em virtude de um contrato mal negociado, mal gerido e conduzido sob a ilusão de que o investidor estrangeiro era um parceiro benevolente, quando na reali-

dade apenas procurava rentabilizar ao máximo o capital investido.

É aqui que se expõe a verdadeira falha: a crença ingénuo do Governo de que o grupo ETE agiria movido por uma espécie de solidariedade para com os cabo-verdianos. A realidade da economia é bem diferente. Como lembrava Adam Smith, não é da benevolência do padeiro ou do talhante que esperamos o nosso jantar, mas sim da sua atenção ao próprio interesse. Em outras palavras, as relações económicas são guiadas pelo proveito próprio, não pela compaixão. Schumpeter reforçava a mesma lógica ao explicar que o capitalismo se renova pela incessante procura de novas oportunidades de lucro, e Milton Friedman foi ainda mais direto ao afirmar que a responsabilidade social das empresas é aumentar os seus lucros. Nos negócios não há amigos, não há compaixão, apenas interesses.

O Governo errou ao confundir essa lógica estrutural com uma suposta parceria solidária. Elevou o investidor à condição de “anjo salvador”, quando na verdade estava perante um agente económico guiado pela maximização do retorno. O resultado dessa ingenuidade é visível: um serviço público degradado, indemnizações milionárias e uma população refém.

A tudo isto soma-se um outro problema estrutural: a intransparência. Desde o concurso público que originou a concessão, marcado por exclusões polémicas e impugnações, até à gestão atual do contrato, com contas não validadas e omissões sucessivas, o processo tem sido envolto em opacidade. O Governo assinou compromissos sem os publicitar devidamente, deixou a CVI operar sem cumprir as condições mínimas exigidas e, quando confrontado, limitou-se a negar dívidas ou a prometer revisões futuras. Esta intransparência não é exceção, é regra. É a mesma que marcou a privatização da

TACV: contratos escondidos da opinião pública, compromissos contratuais assumidos pelo comprador que nunca se cumpriram, ocultação dos números reais e, no fim, mais dívida assumida pelo Estado e mais encargos para os contribuintes.

A leviandade com que se tratam os recursos públicos ficou simbolizada na frase do Ministro das Finanças, Olavo Correia, segundo a qual Cabo Verde teria “dinheiro que nunca mais acaba”. Longe de ser uma metáfora infeliz, a frase parece ter-se tornado programa político. O Governo comporta-se como se o erário fosse inesgotável, pronto a ser utilizado para compensar investidores estrangeiros, para resgatar empresas falidas ou para sustentar negócios malparados. Essa atitude, mais do que irresponsabilidade, cria um incentivo perverso: empresas estrangeiras percebem a fragilidade institucional, a falta de escrutínio e a retórica do “dinheiro sem fim” e exploram-na até ao limite. Assim, em vez de proteger o interesse público, o Estado torna-se cúmplice da sua própria captura por interesses privados.

Em suma: a concessão da CVI revelou-se um desastre económico e social, fruto de uma combinação de ideologia cega, ingenuidade política e intransparência governativa. O Estado assinou contratos que não soube gerir, acreditou em promessas que não se concretizaram, deixou-se explorar por um parceiro que, como qualquer outro, só procurava rentabilizar o seu capital. O preço dessa ignorância é agora pago pelos cabo-verdianos, não apenas em perdas materiais e tempo desperdiçado, mas também em indemnizações milionárias que drenam os já escassos recursos públicos.

Praia, 16 de agosto de 2025

*Doutorado em Economia/
Blog:
www.economianaserra.blogspot.com

A concessão da CVI revelou-se um desastre económico e social, fruto de uma combinação de ideologia cega, ingenuidade política e intransparência governativa. O Estado assinou contratos que não soube gerir, acreditou em promessas que não se concretizaram, deixou-se explorar por um parceiro que, como qualquer outro, só procurava rentabilizar o seu capital. O preço dessa ignorância é agora pago pelos cabo-verdianos, não apenas em perdas materiais e tempo desperdiçado, mas também em indemnizações milionárias que drenam os já escassos recursos públicos.



Germano Almeida

“Somos todos S.Vicente”

Gritar e espernear neste momento “somos todos S. Vicente” e acompanhar a comoção geral que atinge este povo numa solidariedade que quem conhece a história das ilhas não estranhará, não pode fazer-nos esquecer a urgente necessidade de exigir contas àqueles que ativa ou passivamente estão na origem desse terrível desastre que praticamente destruiu uma cidade em cujas fraldas se deixou acumular os maiores desmandos a nível urbanístico.

O grande iconoclasta francês de nome Voltaire, poeta para além de filósofo, permitiu-se compor um poema com o objetivo expresso de exprobar o Deus todo-poderoso pelo seu desnecessário, mas violento e destrutivo comportamento no terramoto que devastou Lisboa em 1755. Uma cidade florescente e rica e festiva, lamentou Voltaire, arrasada gratuitamente apenas para satisfazer a cólera insana de um Deus vingativo.

Naquele tempo ainda era comum atribuir-se à cólera divina esses excessos da Natureza e de facto nesse caso concreto não faltaram padres em diversas igrejas a justificar essas violências perversas com o ateísmo do Marques de Pombal, então primeiro-ministro de Portugal.

Hoje já não é assim! Hoje já sabemos que são homens como nós os responsáveis pela criação das condições essenciais para o surgimento dessas situações dolorosas. E é muito importante que o povo aprenda não já a consolar-se com a graça de Deus, mas a exigir responsabilidade aos governantes, a exigir que prestem contas dos seus atos, sobretudo aqueles que acabam sendo nefastos para as ilhas e seus habitantes.

Torna-se, pois, necessária a criação de uma consciência coletiva que aprenda a ser vigilante e exigente para com aqueles que, com tanta azáfama, se empenham em nos querer governar, quando afinal apenas visam governar-se.

O Governo está do lado da população, disse o primeiro-ministro. Muito bem! Posicionou-se finalmente do lado donde nunca deveria ter-se afastado, porque todos são eleitos para servir o povo e não para se servirem do povo!

Com união e determinação, transformamos este desafio em força para o futuro, também disse o primeiro-ministro.

Mas este não é um desafio, senhor primeiro-ministro, está longe de ser alguma coisa parecida com um simples desafio. Desafio podemos chamar ao jogo de futebol que o presidente da República foi assistir na Reboleira entre Estrela-de-Amadora e o Benfica. Nós aqui estamos na Tapadinha, longe das alegrias de um desafio; estamos diante de uma tragédia, estamos a viver uma tragédia que inesperada e impiedosamente atingiu esta ilha que aos poucos foi ficando cada vez menos preparada para a receber e suportar.

Ora essa cada vez maior preparação para a tragédia, sabemos que tem uma razão: a ganância! E tem também responsáveis. Governantes responsáveis que se fizeram eleger pela população a troco de promessas mil que na realidade nunca tiveram intenção de cumprir.

Essa tragédia de uma noite está a pôr a nu a imensidão da miséria que os bairros periféricos escondem. Nos dias da pandemia, quando a palavra d'ordem era fechar-se em casa, permiti-me chamar a atenção para o facto evidente de que se estava a exigir de mais a este povo, a vida em S. Vicente decorre na rua porque é na rua que ele angaria o pão de cada dia. E a tempestade do dia 11 de agosto veio trazer para a rua a imensa miséria que se escondia por esses subúrbios afora, a indignidade e indignância em que grande parte do nosso povo ainda vive, 50 anos após a independência.

Toda a gente está a pedir um djunta mon; ninguém pa-

rece lembrar-se da necessidade de um djunta cabeça para se pensar estas ilhas. Os claridosos juntaram-se nos anos trinta do século passado para pensar Cabo Verde; parece estar na hora, quase cem anos depois, de de novo nos juntarmos para pensar Cabo Verde.

Estamos a viver numa sociedade enfeudada aos partidos políticos. A sociedade civil cabo-verdiana precisa urgente de despertar desse amorfismo que acaba caucionando todos os desmandos e má governação de quem está no poder.

Gritar e espernear neste momento “somos todos S. Vicente” e acompanhar a comoção geral que atinge este povo numa solidariedade que quem conhece a história das ilhas não estranhará, não pode fazer-nos esquecer a urgente necessidade de exigir contas àqueles que ativa ou passivamente estão na origem desse terrível desastre que praticamente destruiu uma cidade em cujas fraldas se deixou acumular os maiores desmandos a nível urbanístico.

Ao longo dos anos fui lendo inúmeras chamadas de atenção de munícipes atentos protestando contra o desrespeito dos direitos da natureza que verificavam na construção urbana. Inutilmente! Agora a natureza mostrou quem manda e da forma mais cruel.

Porém, a sina de Cabo Verde (si tchuba ca bem, morrê di sede/ si tchuba bem, morrê fogóde) tem que deixar de ser uma fatalidade 50 anos após a independência nacional. A independência não pode ter outro objetivo que não seja criar na nossa terra condições de vida digna para todos. Quando Cabral exortava a pequena burguesia nacional a suicidar-se como classe

para se ressuscitar como trabalhador revolucionário, ele sabia como esse sacrifício seria necessário se quiséssemos construir um país de direitos iguais. Mas infelizmente essa abnegação durou os dez primeiros anos da independência nacional. Depois disso, como aliás já tinha esconjurado Cabral numa inútil tentativa de afastar o mal, paulatinamente, a maior parte da nossa elite no poder ou próximo dele começou a “deixar agir livremente as suas tendências naturais de emburguesamento, permitindo o desenvolvimento duma burguesia burocrática... transformar-se em pseudo-burguesia nacional, isto é, negar a revolução e enfeudar-se necessariamente ao capitalismo imperialista. Ora isso corresponde à situação neocolonial, quer dizer, à traição dos objectivos da libertação nacional”.

Cabral não poderia ter sido mais certo. E hoje temos a governar o país um grupo transversal às forças políticas, que está no poder seja qual for o partido a ganhar as eleições. E daí nunca ter havido um único processo no tribunal contra “os graúdos” do poder, pese embora as grandes e graves acusações que se vão acumulando ao longo dos mandatos eleitorais. Com efeito às cumplicidades partidárias, juntam-se as cumplicidades familiares, a que se acrescentam as amizades dos tempos do liceu, da faculdade e o resto. É por isso que desde a independência até hoje não conheço um único processo movido contra fosse quem fosse de nenhum dos partidos que se têm revezado no poder. Esperemos, pois, que a comoção pela justiça que neste momento atravessa a sociedade cabo-verdiana não seja fogo de palha.



Ausente

Bastou Augusto Neves tomar um conveniente chá de sumiço, por dois ou três dias, nos briefings sobre a calamidade em São Vicente, deixando a amarga missão de dar a cara ao seu vereador José Carlos da Luz, para o Povo clamar pela sua presença. A ausência, até um samba gerou, não fosse São Vicente um conhecido e famoso “pedacin” do Brasil. “Gust cadê você”, o samba do momento, segue, deslizando, pela Avenida, como se fosse Carnaval.



**Gust,
cadê você?**

Clamor

Ouvindo o clamor do Povo, o autarca emitiu um comunicado para dizer que se encontra vivo e em acção, no terreno, para reerguer São Vicente. Pelo número de comentários à notícia do A NAÇÃO online, Gust já teve dias melhores. No meio das reacções não são poucos que lhe pedem para meter reforma e deixar Soncent em paz. É claro que também não faltam os indefectíveis, a dar aquela força. Ah, Pov, Ah Gust!...

Desaparecido

Qual animal político, à procura da sobrevivência, Gust socorreu-se da popularidade do tic-toker Seba, que arrecadou milhares de dólares para ajudar as pessoas afectadas pelo dilúvio de 11 de Agosto, como prova de vida e para tentar suavizar as críticas relacionadas com o seu alegado descaso em relação ao sofrimento de dezenas de famílias que precisam do básico para sobreviverem. Ao fim de vários dias, pelo que se vê da foto, Augusto já consegue sorrir.



Seguro

A chuvada do dia 11 em São Vicente deixou expostas várias aberrações. Esta imagem é apenas uma delas. Faz parte do conjunto habitacional já inaugurado e destinado a alguns pobres da ilha do Monte Cara. Ao que parece, a entidade responsável pela obra já veio dizer que, ao contrário daquilo que a imagem sugere, a construção é segura. ZIG pergunta a esse “irresponsável” se ele seria capaz de habitar num tal imóvel?



Marítimo

Mais um que não foi deixado para trás pelo “sistema” ventoinha, na linha da promessa feita por Ulisses na última campanha eleitoral que, com ele, ninguém da sua “camada” ficaria no desemprego. José Freitas de Brito, ex-autarca do Tarrafal de São Nicolau, pelo MpD, acaba de ser nomeado Director-Geral dos Transportes Marítimos. De tanto viajar de navio, para sair e entrar em São Nicolau, a escolha não podia ser mais acertada. ZIG deseja sucessos à Direcção Geral dos Transportes Marítimos.



Solidário

A caminho de Marrocos, devidamente transportado por um jacto privado, Sissoco esteve na Praia para falar mantenha e apresentar a sua solidariedade ao povo Berdianu pelo desastre do passado dia 11. A recebê-lo teve o “compas” Ulisses. Nisso, a começar pela cara de poucos amigos de Ulisses, houve gente que não gostou da forma como Rosana Almeida questionou Sissoco por ter mandado fechar as delegações da Lusa, RTP África e RDP, coisa que qualquer jornalista, na primeira oportunidade, não deixaria de fazer. Os que ficaram “xatiadu”, no fundo, é gente muito parecida com Sissoco. Podendo, fariam o mesmo ao ZIG.



Subserviência

Donald Trump persegue o prémio Nobel da Paz e por isso não quer dividir os louros com ninguém. Depois de negociar, com Putin, a paz na guerra entre a Rússia e a Ucrânia, recebeu Zelenski, a líder da Comissão Europeia, o presidente francês, o chanceler alemão, o primeiro-ministro da Finlândia e a primeira-ministra da Itália, que ficaram sentados como se estivessem numa sala de aulas a ouvir uma lição de Trump, que, sem se importar com o protocolo, ficou sentado na sua secretária. O chanceler alemão levou um puxão de orelhas por ter questionado os métodos do anfitrião. Faz Trump muito bem. Quem não se dá respeito, não merece respeito.





GARANTIA

SEGUROS



GARANTA QUE FAZ O QUE MAIS GOSTA SEM PREOCUPAÇÕES.

Quer a sua paixão seja correr, nadar ou até pintar, o importante é aproveitar esse tempo livre ao máximo. Por isso, criámos o Garantia Acidentes Pessoais Individual, um seguro que o protege nas atividades de lazer, quando os seguros obrigatórios não o cobrem. Assim, é garantido que desfruta do momento.

Juntos para que as paixões não parem.

Contacte-nos e saiba mais sobre este produto.

garantia.cv    

GARANTIA
ACIDENTES
PESSOAIS
INDIVIDUAL

Esta informação não dispensa a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida.

Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. - Matrícula N.º 13 - Sede: Chã de Areia,
C.P. 138 - Praia, Cabo Verde • NIF: 200110322 • Capital Social: 400.000.000 CVE • www.garantia.cv
Telefone: (238) 260 86 00

 **FIDELIDADE
SEGUROS
DESDE 1808**

Etc.



Paixão por São Vicente

O marinheiro do Rio que caiu nas graças do Mindelo

Gustavo Pacheco tem 67 anos e nasceu no Rio de Janeiro, filho de um marinheiro, por isso a paixão pelo mar e pelos barcos chegou-lhe desde muito cedo. Depois de estudar arquitetura e fotografia e de viver uma temporada na fazenda dos sogros, em Minas Gerais - onde construiu o seu primeiro barco -, voltou a Rio de Janeiro e entrou mais a sério nas coisas do mar: regatas, provas, etc. “Em 1998, os veleiros que chegavam a São Vicente ainda ficavam ancorados na baía, não existia ainda a Marina do Mindelo. Havia uns rapazes que ficavam por ali, à beira do cais velho, querendo ganhar um dinheirinho tomando conta dos barcos e dos insufláveis. E um deles era o John, que ficou logo nosso amigo”, conta.

Hoje, Gustavo e a esposa, Marina, têm um restaurante na ponta da praia de Paraty, pequena cidade barroca, a 250 quilómetros a sul da cidade do Rio de Janeiro. É com os olhos nas águas esverdeadas do mar de Paraty que ele recorda a baía de Porto Grande e todo esse ambiente do Centro Cultural do Mindelo no edifício da Alfândega Velha, do Clube Naval, das festas que testemunhou e da forte impressão que a cidade portuária cabo-verdiana causou e ainda causa nele.

“Eu faço muitas travessias oceânicas e posso dizer que o melhor são as pessoas que vamos encontrando, é aquilo que nos marca, não é o trajeto, não é a época do ano, nem o mar, nem a comida, nem o

A primeira vez que o brasileiro Gustavo Pacheco colocou os olhos nas ilhas de Cabo Verde foi em 1998, durante a sua primeira travessia atlântica, da Europa para o Brasil, Rio de Janeiro. Ele e o seu ajudante deixaram um porto francês na Biscaia e rumaram para Portugal. Passaram as ilhas Canárias e chegaram a São Vicente, com a cidade do Mindelo a recebê-los em festa e “de braços abertos”. Vinte e sete anos depois recorda: “Até hoje trago essa felicidade comigo, de ter por lá passado e poder contar aos meus amigos como é essa ilha maravilhosa de Cabo Verde, os passeios que fiz, as pessoas que eu conheci e as coisas que por lá eu experimentei”.

Joaquim Arena



Gustavo Pacheco

barco. As pessoas ficam em nós por muito tempo, algumas para sempre.”

E Gustavo mostra uma foto grande, a preto e branco, que ele tirou dessa primeira vez, quando conheceu o rapaz que por ali andava. “John era um negro bonito, do tipo Milton Nascimento, veio a bordo e ficámos a conversar, eu, ele e o Alexandre, meu colega. Comeu e bebeu aqui com a gente e depois foi comigo reabastecer o veleiro de água ali no porto comercial. Estava um barco grande em frente, ele foi para a proa e mergulhou lá do alto desse barco e eu fiz essa foto, que eu chamo das Cinco Âncoras: a que se vê na bandeira americana do nosso veleiro, a do navio grande, aquela que o seu corpo no ar forma e a outra da sua sombra... E foi o dia em que cortei um dedo, na corrente da âncora do veleiro, e quase fiquei sem ele, ao deitá-la ao mar. John foi de urgência buscar socorro e estive seis dias a ser tratado no hospital do Mindelo, de graça, nem os remédios eu paguei e salvaram o meu dedo.”

Cachupa às 6 horas da manhã...

Mas haveria ainda mais experiências a aguardar o marinheiro-skipper carioca, nas suas mais de dez passagens por São Vicente. “Numa outra vez, conhecemos outro rapaz que nos abordou, também procurando ganhar um dinheiro com os seus serviços, falava muito, contava muitas histórias, por entre cervejas. E perguntou se

não queríamos ir a um festa de quinze anos. Subimos um morro, entrámos numa rua e chegámos, era 1 hora da manhã, encontrámos a festa com música e ficámos impressionados como as pessoas dançavam, de uma forma muito sensual, sexualizada, dissemos esse cara deve ser o namorado, dali a pouco ela estava fazendo o mesmo com outro e depois outro... até que entendemos que aquilo era o estilo de dança local. Às seis da manhã, a mãe da aniversariante serviu-nos cachupa, foi uma experiência incrível que nunca esqueci, todo o mundo ali se 'sarrando', como dizemos..."

Gustavo é um marinheiro experiente e destaca a forma educada com que é recebido em São Vicente, para além do conhecimento que os locais têm sobre o Brasil e o mundo. "Falavam do Lula e de outros assuntos do Brasil, das novelas... Uma vez reparei que uma das notas de cem escudos tinha um belo veleiro, o Ernestina, outras tinham referências ao mar, achei aquilo muito bonito. E um dos garotos que conheci disse que o avô tinha sido capitão desse barco, na época eu usava vídeo e fiz um filme da conversa com esse velho marinheiro, mas infelizmente perdi o 'tape', onde ele contava como tinha de início casco duplo e foi transformado e depois oferecido a uma fundação americana".

Nas contas de Gustavo terão sido já umas 28 travessias do Atlântico, com 20 passagens por Cabo Verde e umas dez paragens no Mindelo. Mas conta que pelo ano 2000, durante a passagem da regata internacional, descobriu, com muita pena, como o John já estava mergulhado nas drogas e a perder-se. "Mas

aí veio o Ivan, outro garoto da beira do cais, que levava a nossa roupa para lavar e ajudava a vigiar o barco."

Por causa da responsabilidade seu trabalho, Gustavo nunca se ausentou muito do porto, nunca visitou Santo Antão, nem as outras ilhas, como gostaria. "Outros skippers podem fazê-lo, mas eu nunca perdi de vista o barco por muito tempo, são veleiros de 500 mil, 1 milhão de euros, muita responsabilidade nas nossas mãos e o meu trabalho é tomá-los na Europa e entregar no Brasil, sem qualquer problema. Quanto mais rápido, menos riscos."

A rádio no ar e Mindelo no meio do mar

E para a sua segurança, conta Gustavo, na época os velejadores de passagem por Cabo Verde contavam com o trabalho de alguns radio-amadores. "Tínhamos o Rafael Castelhana, nas Canárias, o Pulu, em São Vicente, a dona América no Brasil e outro na Argentina, que cobriam todo o Atlântico, certa vez até seguimos em directo a Copa do Mundo...", lembra.

A última passagem de Gustavo por Mindelo foi há dois anos, mas é com muito entusiasmo que refere as misturas no povo da ilha e a sua conclusão: "Tem mulato de cabelo preto, cabelo sarará, negro africano, elas de cadeiras largas, africanos esbeltos, tal como conhecemos no Brasil, portanto o povo do Brasil só pode ter passado por ali."

Nunca ficou mais de três dias de cada vez, tirando quando teve o acidente, que ele não deixa de recordar: "Fui atendido numa sala enorme no hospital, com todo esse equipamento, só por um dedo, tudo gratuito, fiquei

muito grato".

Gustavo conta como leva 30 dias entre um porto francês no Golfo da Biscaia até ao seu destino, no Brasil, passando por Portugal, Canárias, Cabo Verde, Fernão de Noronha e Rio. "Mas é no Mindelo que acontecem as experiências mais interessantes, em todos estes anos." Recordava também o velho restaurante Pica-pau, onde ia comer lagosta, as festas no Hotel Porto Grande e Nhelas, o seu barbeiro preferido, na Barbearia Benfica, na Rua da Praia, para pôr a conversa em dia.

Aos 67 anos, o marinheiro carioca acha que poderá estar ainda ao leme por mais uns oito anos. Os olhos brilham quando recorda essa primeira vez, em cima do revellion de 1998, quando entrou no Porto Grande. "Íamos de boite em boite, vimos a Lua de manhãzinha, bebemos vinho Chã, comemos pastel de peixe, são muitas lembranças de Mindelo."

Mas, curiosamente, o brasileiro não gosta muito da música de Cesária Évora: "Prefiro o lado africano e não o português, na música de Cabo Verde. Quando estamos chegando das Canárias, ligamos o rádio sintonizamos o FM para captar essa musiquinha boa da Lura e de outras vozes. Certa vez, fui recebido por um instrumental de uma musicalidade fantástica, me disseram depois o nome e fui comprar o CD: Hernani Almeida".

Já por fim da nossa conversa, revela como não dispensa, a cada passagem, um "carregamento" especial, que ele considera de uma qualidade extraordinária: as latas de atum vermelhas de Cabo Verde. E, ao despedir-se, o skipper do Rio diz que não vê a hora de "rever o seu Mindelo".



Ambiente

Baleias-piloto voltam a encontrar a morte na Boa Vista

A união fez a força, durante mais de quatro horas, para tentar salvar, mais uma vez, baleias-piloto que deram à costa no passado fim de semana na praia da Varandinha, Boa Vista.

Apesar do empenho coletivo, os trabalhos realizados não conseguiram salvar os cetáceos. Ainda assim, as entidades envolvidas destacaram a importância da solidariedade e da ação conjunta em situações de emergência ambiental, como foi o caso. Passados alguns dias da morte das baleias há relatos de um cheiro nauseabundo na zona devido à morte dos animais.

Causas desconhecidas

Segundo a Cabo Verde Natura 2000, as razões des-

O fenómeno está longe de ser o primeiro e, certamente, o último. Cerca de 40 baleias-piloto (*Globicephala macrorhynchus*) encalharam no passado fim de semana, na praia da Varandinha, na ilha da Boa Vista. Apesar do esforço dos Técnicos da Bios.CV, Fundação Tartaruga, Cabo Verde Natura 2000 e do Ministério da Agricultura e Ambiente, com o apoio da comunidade local, não foi possível salvar os cetáceos.

A NAÇÃO



tes encalhes permanecem incertas, mas podem estar ligadas a doenças, desorientação, dinâmicas sociais, ou à própria morfologia da costa.

O episódio volta a expor a fragilidade da fauna marinha em Cabo Verde e, ao mesmo tempo, evidencia a força da comunidade que, mais uma vez, não hesitou em unir esforços pela conservação.

Mas este não é um caso isolado. A Boa Vista já registou encalhes semelhantes em 2007, 2019, 2024 e 2025, o que aumenta a preocupação das organizações de conservação locais, que volta e meia têm de lidar com este problema.



Praia

Carcaça de tartaruga ainda com sangue encontrada na Quebra Canela

Uma carcaça de tartaruga, ainda com sangue e vestígios de ter sido esquartejada durante a madrugada deste sábado, 16, foi encontrada por banhistas na praia de Quebra Canela. Pelas marcas visíveis no areal e constatadas por banhistas, e o A NAÇÃO in loco, o animal foi morto ali na área e a carcaça, ainda com sangue e vestígios de carne, foi deixada ali na praia.

Os poucos banhistas que se encontram na praia condenaram o acto, uma vez que se trata de uma espécie protegida e cuja apanha,

abate e comercialização da respectiva carne é crime por lei, num quadro jurídico em vigor desde 2015, havendo inclusive registos de pessoas detidas por causa desta prática.

Recorde-se que Cabo Verde é um dos principais pontos de desova de tartarugas marinhas a nível mundial e nos últimos anos tem-se investido na protecção e preservação desta espécie, que é também fonte de atracção turística, especialmente no Sal e Boa Vista, onde os turistas chegam a pagar cerca de 50 euros para poder ver

a desova de tartarugas e o eclodir dos ninhos, e as tartarugas bebés a serem encaminhadas para o mar.

Só em 2024, mais de 150 mil crias de tartarugas-comuns, *Caretta caretta*, foram libertadas no mar durante a temporada de nidificação, segundo dados divulgados pelas organizações ambientais Projecto Biodiversidade e BIOS Cabo Verde, citados pelo Expresso das Ilhas. A maioria dos nascimentos foi registada na ilha do Sal, com um total de 115.962 crias libertadas, e mais de 34.500 na Boa Vista.





A Nação
JORNAL INDEPENDENTE
Cabo Verde

A SUA MULTI-PLATAFORMA DE CONFIANÇA!

Telefone: (+238) 260 26 90/91/93
Email: comercial.grupoalfacv@gmail.com
Site: www.anacao.cv

MUNDO
Novo Pleito é a 13 de
Abril: Ramos-Horta
vence Primeira Volta
das Presidenciais em
Timor-Leste

anacaocaboverde



Jorge Lopes

Da proteção à exposição: como o interesse público se eclipsou na concessão interilhas

A concessão do transporte marítimo interilhas foi apresentada como solução para um problema histórico de mobilidade e integração em Cabo Verde. Porém, aquilo que começou com promessas de modernização e proteção do interesse público acabou por se transformar num processo marcado por cedências sucessivas, fragilização contratual e exposição financeira do Estado. Neste artigo de opinião, Jorge Lopes analisa, passo a passo, como a lógica inicial de proteção foi sendo desvirtuada, identifica responsabilidades políticas inadiáveis e aponta os caminhos possíveis — da reformulação à resolução do contrato — para que o país não continue refém de um modelo que já se revelou falhado.

Nesse contexto, não basta minimizar os danos ou diluir responsabilidades. A pressão da sociedade civil, legítima e cada vez mais intensa, demanda uma resposta inequívoca: a demissão é inevitável. Seja por iniciativa própria, como um ato de accountability e respeito às instituições, seja por decisão do Chefe do Governo, a renúncia não é apenas uma questão de preservação da dignidade do cargo, mas uma condição indispensável para a reconstrução da confiança pública, já profundamente abalada.

O ponto de partida: o Caderno de Encargos

A concessão do transporte marítimo interilhas em Cabo Verde foi anunciada como um instrumento decisivo para modernizar a mobilidade marítima, integrar as ilhas, reduzir desigualdades e criar condições para uma maior coesão nacional. Era, em teoria, uma oportunidade histórica para transformar um setor cronicamente fragilizado, marcado por irregularidades, frotas envelhecidas e um serviço que não respondia às necessidades dos cidadãos.

O processo começou com intenções claras e instrumentos legais que procuravam conferir solidez, mas acabou por se transformar num percurso de erosão do interesse público. O **Caderno de Encargos do concurso**, publicado em 2018, delineava de forma detalhada os parâmetros técnicos, financeiros e operacionais da futura concessão. Embora apresentasse insuficiências e deixasse de fora algumas orientações importantes, constituiu ainda assim uma referência relevante para a proteção do interesse coletivo. Nesse momento, o Estado posicionava-se como guardião do equilíbrio contratual, assumindo formalmente o compromisso de assegurar que

o serviço público fosse prestado em condições de qualidade, acessibilidade e regularidade.

Da minuta à flexibilização das garantias

A elaboração da minuta do contrato de concessão, aprovada em Conselho de Ministros em 2019, introduziu as primeiras cedências. A redação começou a flexibilizar exigências, diluindo responsabilidades da concessionária e enfraquecendo mecanismos de fiscalização. Alterações aparentemente subtis, justificadas pela necessidade de atrair o investidor privado, revelaram-se o primeiro sinal de enfraquecimento. O equilíbrio começou a deslocar-se, e a prioridade deixou de ser a salvaguarda do interesse público

para se tornar a viabilização do negócio.

O contrato assinado: da cedência à rutura

A rutura deu-se com o contrato de concessão efetivamente assinado. O que antes eram flexibilizações transformou-se em alterações estruturais. O Estado passou a assumir encargos que caberiam à concessionária, a fiscalização prévia do Tribunal de Contas foi afastada e várias cláusulas resultaram em profundo desequilíbrio contratual. O que deveria ser uma parceria transformou-se num instrumento de transferência de riscos e custos para o setor público. A credibilidade do Estado como parte contratual ficou seriamente fragilizada.

Os aditamentos: a consolidação da fragilidade

Se os aditamentos de 2023 tivessem corrigido falhas, ainda haveria espaço para restabelecer o interesse público. Mas sucedeu o contrário. Em vez de corrigir, agravaram. O Estado assumiu mais responsabilidades financeiras e consolidou a sua dependência da concessionária. O país passou a estar amarrado a compromissos desvantajosos, sem margem negocial e sujeito a penalizações severas em caso de litígio. O interesse público, que no início tinha proteção elevada, chegou aqui praticamente desprotegido.

Tabela consolidada: da proteção à fragilidade

Etapa	Aspetos-chave	Impacto no interesse público
Caderno de Encargos (2018)	Regras claras, exigências técnicas e financeiras robustas; forte ênfase na proteção do Estado	Elevada proteção
Minuta do Contrato (2019)	Primeiras flexibilizações; diluição de garantias e de fiscalização	Proteção começa a ceder
Contrato Assinado (2019)	Alterações estruturais; riscos e custos transferidos para o Estado; enfraquecimento do equilíbrio contratual	Rutura evidente
Aditamentos (2023)	Consolidação de fragilidades; maior exposição financeira do Estado; agravamento da dependência	Desproteção quase total

A tabela mostra de forma objetiva a degradação progressiva: cada fase retirou uma camada de proteção ao Estado e ao interesse coletivo, invertendo a lógica inicial do concurso.

O fio condutor da erosão do interesse público

O percurso revela uma linha descendente clara: o Caderno de Encargos representava alguma solidez; a minuta cedeu; o contrato representou rutura; e os aditamentos consolidaram a exposição. A cada etapa, a proteção do interesse público perdeu força.

Se representarmos graficamente esta trajetória, percebemos um declínio contínuo: começa alto, desce ligeiramente, cai abruptamente e atinge níveis mínimos. O gráfico não é apenas simbólico; é a demonstração visual da degradação da posição do Estado.

As consequências de uma trajetória de cedências

O caso da concessão interilhas não é apenas um episódio infeliz. É um exemplo paradigmático de como o Estado se fragiliza por dentro quando abdica da coerência entre o que define e o que assina. Esta incoerência mina a confiança dos cidadãos, enfraquece a autoridade do país perante parceiros externos e cria precedentes perigosos para futuras negociações.

O transporte marítimo interilhas não é um simples negócio, é uma ala-

vanca de desenvolvimento e coesão social. Tratar esta concessão como uma mera transação comercial foi um erro de enormes proporções.

Lições e exigências para o futuro

Cabo Verde precisa de recuperar a condição de guardião intransigente do interesse coletivo. Não basta elaborar bons Cadernos de Encargos: é preciso garantir consistência em todas as fases, da minuta ao contrato e aos aditamentos. É preciso escrutínio, transparência e responsabilização. O futuro do país exige que os processos estratégicos não voltem a seguir este caminho de erosão.

Se a lição desta concessão não for aprendida, corremos o risco de repetir erros e comprometer, mais uma vez, a confiança dos cidadãos no Estado e a credibilidade do país no plano internacional.

Responsabilidade política e demissão inadiável

Chegados ao ponto em que nos encontramos, a evidência é clara: não estamos perante meras falhas técnicas ou deslizamentos administrativos. Estamos perante um processo de concessão pública que, em várias etapas — desde o caderno de encargos até ao contrato assinado e ao aditamento — foi sendo progressivamente desvirtuado, afastando-se das garantias de transparência, legalidade e defesa do interesse pú-

blico. Cada omissão, cada alteração não validada, cada desvio ao que fora aprovado em Conselho de Ministros contribuiu para enfraquecer a posição do Estado e, por consequência, lesar a confiança dos cidadãos.

Num Estado de direito democrático, a responsabilidade política não é uma abstração: é o cimento que sustenta a legitimidade de quem governa. Quando um ministro assina, permite ou consente que se assine um contrato em moldes distintos da minuta aprovada, viola o princípio da lealdade institucional e coloca em causa a própria autoridade do Conselho de Ministros. Mais do que uma irregularidade, estamos perante um ato político grave, com efeitos duradouros na economia, na imagem do Estado e no bolso dos cabo-verdianos.

Nesse contexto, não basta minimizar os danos ou diluir responsabilidades. A pressão da sociedade civil, legítima e cada vez mais intensa, demanda uma resposta inequívoca: a demissão é inevitável. Seja por iniciativa própria, como um ato de accountability e respeito às instituições, seja por decisão do Chefe do Governo, a renúncia não é apenas uma questão de preservação da dignidade do cargo, mas uma condição indispensável para a reconstrução da confiança pública, já profundamente abalada.

Manter-se em funções após tamanha erosão da credibilidade é insustentável. A responsabilidade política não se confunde com responsabilidade penal ou administrativa, mas é igualmente exigente: ou se assume,

ou o Estado de direito democrático perde consistência. Neste caso, não há como fugir — a demissão é inadiável e incontornável.

Não se trata de retaliação política, mas de afirmação de princípios. A responsabilidade política não admite evasivas: ou se assume, ou o Estado perde consistência. E neste caso, a demissão é um imperativo inadiável.

Desde a primeira hora deste processo, não faltaram vozes da sociedade civil e da oposição a denunciar as opções inaceitáveis que o Governo foi tomando. As críticas ganharam ainda maior acuidade quando veio a público a minuta de aditamento (Resolução n.º 32/2023), onde se consolidaram desvios inaceitáveis face ao que havia sido aprovado em Conselho de Ministros.

Num Estado de direito democrático, a Presidência do Conselho de Ministros tem a obrigação de zelar para que os mandatos e as autorizações dadas a membros do Governo sejam cumpridos com rigor. Ora, a resolução que mandou os ministros das Finanças e dos Transportes Marítimos para celebrarem o contrato de concessão não foi respeitada nos seus termos. E o Primeiro-Ministro, que além de chefe do Governo tem no Ministro das Finanças o seu Vice-Primeiro-Ministro, não pode alegar desconhecimento. Pior ainda: sempre que confrontado, inclusive no Parlamento, o Chefe do Governo respondeu com arrogância às legítimas interpelações.

Os prejuízos desta concessão não são apenas materiais, mas também morais e políticos: lesaram a economia, fragilizaram a confiança dos cidadãos nas instituições e abalaram a imagem internacional de Cabo Verde. Por isso, a responsabilização política não pode ser adiada. O Primeiro-Ministro não está isento — pelo contrário, deve ser o primeiro a assumir as suas responsabilidades por inteiro e em toda a linha, devendo ainda uma explicação clara e transparente aos cabo-verdianos.

A responsabilização não se limita ao Chefe do Governo. Os responsáveis diretos por este processo devem igualmente responder pelas decisões tomadas, e assumir as suas responsabilidades políticas, pela forma como

deturparam os mandatos recebidos e pelas consequências que delas resultaram. Para além da dimensão política, cabe às entidades competentes avaliar se existem responsabilidades de outra natureza — administrativas, financeiras ou até jurídicas — que devam ser apuradas. Só assim será possível restaurar a confiança no Estado de direito democrático e garantir que tamanha erosão do interesse público não volte a repetir-se.

O futuro da concessão: coragem ou perpetuação do erro?

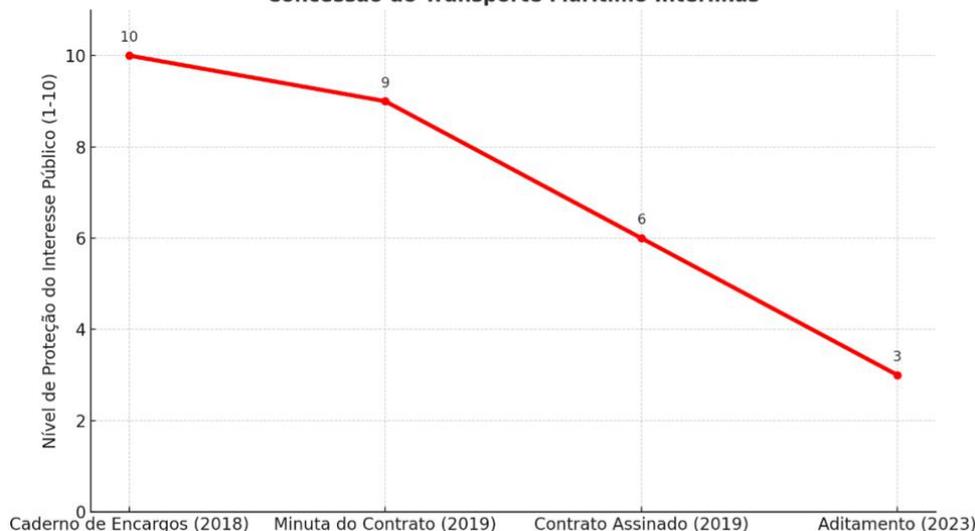
O futuro da concessão interilhas não pode ser decidido pela inércia ou pelo medo. O contrato em vigor já demonstrou ser um fardo desproporcional para o Estado e para os cidadãos: custos elevados, incumprimentos reiterados e uma perda progressiva do interesse público. Reformar apenas na superfície seria perpetuar o mesmo modelo que levou Cabo Verde a esta situação.

É verdade que a resolução comporta riscos — custos indemnizatórios, perceção internacional negativa, perturbações transitórias no serviço. Mas há um risco ainda maior: o de manter viva uma concessão que já se revelou insustentável. Esse risco traduz-se em serviços precários, dependência de um operador único e degradação da confiança dos cidadãos na capacidade do Estado de defender o bem comum.

O país não pode permanecer rém de más escolhas contratuais. A solução exige coragem política: resolver o contrato ou reformulá-lo de raiz, garantindo que qualquer novo modelo assente na concorrência, na diversificação de operadores e na proteção clara do interesse nacional. Sem isso, não haverá mobilidade marítima digna desse nome, nem confiança no futuro.

Cabo Verde tem de decidir entre prolongar a hemorragia ou cortar, de uma vez por todas, com um modelo falhado. E nesta encruzilhada, a única decisão responsável é a que recoloca o interesse público no centro — mesmo que isso implique enfrentar tempestades jurídicas e políticas.

**Evolução da Proteção do Interesse Público
Concessão do Transporte Marítimo Interilhas**





Karina de Fátima Gomes*

Da seca ao dilúvio: a literatura como memória e alerta climático em Cabo Verde

Em Cabo Verde, a literatura nos lembra que o clima não é pano de fundo: é protagonista da vida e da morte. Ignorar sua força é arriscar-se a transformar tragédias do passado em repetições inevitáveis. Que possamos ouvir a voz das nossas histórias antes que a natureza volte a gritar, e que saibamos responder não apenas com memória, mas com ação. Afinal, como escreveu Manuel Lopes, “o vento leste não sopra só na terra: sopra também dentro das pessoas”.

Entre as páginas amareladas por décadas de poeira e as folhas encharcadas por chuvas recentes, repousa a história de Cabo Verde. Um país insular que aprendeu a ler a vida através do clima: ora no silêncio rachado da terra seca, ora no estrondo impiedoso das águas. A literatura guardou cada uma dessas paisagens extremas, transformando tragédia em memória, e memória em alerta.

Na década de 1940, a seca de 1947–1948 foi uma das mais severas já registradas, dizimando colheitas e ceifando cerca de 45.000 vidas. São Nicolau perdeu 28% da população; o Fogo, 31%; Santiago, 65%. Uma tragédia que forçou ondas de emigração e deixou cicatrizes duradouras.

Esses acontecimentos não ficaram apenas nas estatísticas: encontraram na literatura uma forma de eternidade. Chiquinho, de Baltasar Lopes da Silva, encerra-se com um retrato pungente da fome e da diáspora, onde a partida deixa de ser opção e se torna destino. Em *Flagelados do Vento Leste*, Manuel Lopes transforma a seca em personagem central, um antagonista silencioso que corrói vidas e esperanças. Já *Hora di Bai*, de Manuel Ferreira, mergulha no ato de partir como única forma de sobreviver...narrativa de perda e, paradoxalmente, de resistência. Essas obras não são apenas testemunhos artísticos: são arquivos emocionais de um povo, capazes de

traduzir em palavras o que a estatística jamais alcança.

Atualmente, a tragédia assume outra face. A tempestade provocada pela Depressão Tropical Erin gerou inundações históricas em São Vicente, destruindo casas, arrastando ruas, ceifando vidas (entre elas, de quatro crianças) e deixando desaparecidos. O clima, outrora sinônimo de ausência de água, agora se apresenta como excesso devastador. A literatura que um dia nos ensinou a ler o silêncio das terras áridas talvez precise, agora, nos ensinar a interpretar o rugido das águas.

Esse dilema não é exclusivo de Cabo Verde. Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) enfrentam o mesmo paradoxo: vulneráveis tanto à escassez quanto ao excesso, embora pouco contribuam para as causas globais da crise climática. O aumento da temperatura média intensifica fenômenos extremos e reescreve, a cada temporada, o enredo da sobrevivência.

Em arquipélagos como o nosso, a geografia fragmentada, a dependência de importações e a limitação de recursos hídricos tornam cada evento extremo um capítulo caro e doloroso. É como se cada ilha fosse uma página isolada: quando o desastre atinge uma, toda a narrativa nacional sofre uma ruptura.

A literatura, no entanto, sempre esteve um passo à frente, oferecendo não só memória, mas também um mapa simbólico para

atravessar tempos incertos. Ler *Flagelados do Vento Leste* hoje é perceber que a aridez não é apenas física, mas também política e social; visitar Chiquinho é reconhecer que a diáspora ainda molda identidades e estratégias de sobrevivência; retornar a *Hora di Bai* é confrontar a persistência da partida como solução, mesmo em pleno século XXI.

Se a literatura nos deu memória e consciência das secas, cabe a nós escrever (nas políticas públicas, na ciência e na ação coletiva) uma nova narrativa: a da adaptação e da resiliência. Integrar saberes tradicionais e inovações tecnológicas, restaurar ecossistemas,

investir em infraestrutura resiliente e garantir justiça climática são capítulos urgentes.

Em Cabo Verde, a literatura nos lembra que o clima não é pano de fundo: é protagonista da vida e da morte. Ignorar sua força é arriscar-se a transformar tragédias do passado em repetições inevitáveis.

Que possamos ouvir a voz das nossas histórias antes que a natureza volte a gritar, e que saibamos responder não apenas com memória, mas com ação. Afinal, como escreveu Manuel Lopes, “o vento leste não sopra só na terra: sopra também dentro das pessoas”.

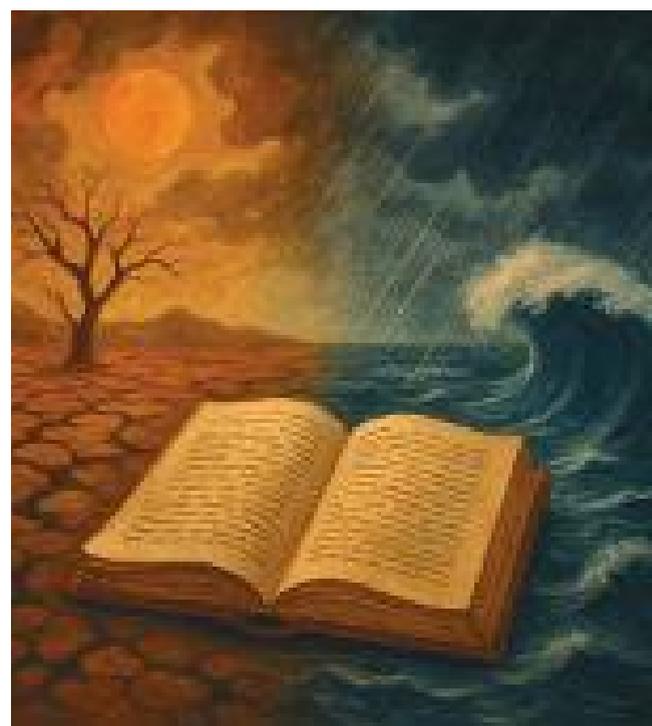


Imagem gerada com recurso de IA ChatGPT em 14 de agosto de 2025.

*Prof^a. Dr^a. , Leitora do Instituto Guimarães Rosa/Universidade de Cabo Verde

A Nação
JORNAL INDEPENDENTE
Cabo Verde

**Sempre no
coração!**

Telefone: (+238) 260 26 90/91/93
Email: comercial.grupoalfacv@gmail.com
Site: www.anacao.cv





Marciano Ramos Moreira*

Nu ben konta partis

Nton nhos sigi ku enteru!

Era un bes, tenba un omi prigisozu, prigisozu, ki sima el ka tenba di Ilha di Montanhas kanba Ilha di Floris, ku skala na Diaspura. Nen siker el ta xintiba burgonha di fla ma el era malandru. Mas el ta kumeba txeu! Ta kumeba sima un boi. Se nomi era Txuntxun Prigisozu i dja el staba ku serka di 40 anu na kosta.

Na verdadi, Txuntxun Prigisozu ba ta bira prigisozu poku poku, ku idadi. Kantu el kaza, el ta trabadjaba inda un poku. Enbora, dja na kel tenpu, omi ta daba sinal di prigisa:

- Mas pamodi ki nha maridu dja ben po es moxu frenti kama? – se mudjer, Txutxa, purgunta-l na primeru noti di ses kazamentu.

- E pa N diskansa nel ti ki N labanta sedu palmanhan.

- Diskansa?! Mas, nho, nhu ta deta pa diskansa!

- Asves N ta sunha ma N sa ta trabadja. Ti ki N ten es pizadelu li, N ta manxe kansadu.

- Oh omi, nen ka nhu tor na fla un kuza di kel li! Ka ta da-nho burgonha? Nunka N obi ma algen meste diskansa ti ki labanta sedu palmanhan!

- Npos, ami, nha donu konta-m ma, na Sul di Purtugal, asi ki ta fazeda. I el tenba kostela alentejanu!

- Oh Deus, nhu perduad-l! – Txutxa labanta mon ku kara pa seu, da rinkada faxi pa kuzinha, ta bai, ta bana kabesa di inkredulidadi.

Sima idadi ba ta entra na korpu, Txuntxun bira kada bes mas prigisozu. Kada bes ta trabadja menus. Nton se familia kumesa ta padese. Txutxa, mudjer di Txuntxun, kaba pa ranja un amanti pa odja si ta parti mizeria dentu kaza.

Sertu dia, Txuntxun sai na parodia i volta altas-ora di noti. El atxa djanta na meza. Kumida, kel dia, staba mas sabi ki otus dia. Txuntxun xinta, el da un ban.

Dipos, Txuntxun ba kuartu. Kantu el txiga, el da ku amanti di se mudjer nunpriti riba kama detadu djuntu ku Txutxa:

- Mas, Txutxa, ki poka-burgonha e kel li?!

- Poka-burgonha e bo ki ten ki dja ten kantu tenpu ka ta traze kaza nada, ta dexa bu familia ta more mingua. Kel kumida ki dja bu kaba nsoli, e es sinhor ki da-nu! Si ka era es sinhor, oji bu al fikaba ku fomi! Bu kre fika ku fomi?

Ku ar priokupadu, mas dja kalmu, Txuntxun riaji:

- Nton kubri-l pa el ka panha konstipason!

Bai ti te, Txuntxun Prigisozu finji ma el sta duenti so pa el ka trabadja. Duenti, mas boka mufinu el ka teneba. Fastiu go ka ta kolegaba ku se duensa propi. Mudjer fika ta trabadja el so pa sustenta familia. Enkuantu isu, Txuntxun Prigisozu ba ta fika kada dia mas gordu. El ngorda tantu ki el bira sima un porku.

Mudjer, sen diskunfia ma maridu staba na bidjakaria, ta staba la so na faze-l ramedidi. Senpri ki Txuntxun Prigisozu tenba oportunidadi, el ta botaba ramedidi na basia di kama. Se kexa prinsipal era frakeza. Frakeza ki el ka podeba nen sai na rua pa panha sol. Mudjer ta tentaba da-l kumida sabi i di forsa, so bons kumida.

Mas, un dia, se mudjer dizanima. Se maridu ka sa ta komodaba di ninhun maneira. Nton Txutxa disidi txoma un korderu pabia Txutxa

fika ta pensa ma era korda ki dja fazeda se maridu.

Korderu ki txomadu, tenba fama. Korderu, antis di txiga kaza Txutxa, informa ben informadu sobri verdaderu duensa di Txuntxun Prigisozu.

- Mudjer grandi, manhan antis meu dia, maridu dinha ta bira prontu san di saudi. – prumeti korderu, dipos di el faze ses salama-leki na tudu kantu kaza.

Kel otu dia me banda 10 ora palmanhan di dentu kaza di Txutxa, fika ta obidu, kada bes mas rixu i mas klaru, un grupu di gentis, ki sa ta benba di otu aldeia, ta grita, ta txora i ta anunsia:

- Kalamidadi!!! Kalamidadi!!! Kalamidadi!!! Pesti dja parse na tera!!! Pesti dja parse na teraaa!!! Pa kaba ku mortandadi, tropas sa ta buska duenti, ta mata duenti, ta buska duenti, ta mata duentiiii!!!

Kantu Txuntxun Prigisozu ntende nobas ki sa ta gritada na rua kada bes mas pertu se kaza, el labanta frakati di kama:

- Mudjer, nha da-m ropa pa N bisti! Faxi, faxi antis di tropas txiga na nos kaza!

Txutxa traze ropa. Mas ninhun ropa ka sa ta bisti-ba Txuntxun Prigisozu di ton gordu ki dja el biraba. Nton Txuntxun Prigisozu panha lansol, ratxa ku faka dentu meu pa faze buraku pa mete kabesa, mete se kabesa na kel buraku, mara ku korda na sintura (pabia sintus bira-l kurtu), fika sima nhu padri na batina, i sai na rua, ta salta, ta sarakotia ku mo ku pe, ta ripiti rixu pa tudu algen obi:

- Ami Txuntxun di Txutxa, gordu rixu balenti, ta anda, txon ta treme!

Kantu Txutxa odja ma Txuntxun pasa anus ta splora-l, anus ta finji duenti riba po di kama un stiku bai, Txutxa graba. El graba di me disisu:

- Txuntxun, di li pa dian-ti, nha kumida, nhu ka ta tranka na kadera sinamas! – Txutxa disidi.

Sima oras ba ta pasa, fomi ba ta ben. Txuntxun Prigisozu fika ku fomi. Kada bes ku mas fomi. Nton Txuntxun Prigisozu fika ta padese di fomi. Na dia siginti, dja el ka sa ta podeba aguenta mas sufrimentu. Trokadu disu, el pidi ses amigu pa ba ntera-l bibu pabia, pa el trabadja, el ta prifiri more.

Na kaminhu pa simite-ri, gentis kontra ku un bedja ku un balai di laranja na kabesa. Bedja purgunta:

- Kenha ki more?

- Ningen ka more. E Txuntxun Prigisozu ki ka sa aguenta fomi mas. Pabia disu, el pidi-nu pa nu ba ntera-l bibu.

- Oh Nhordes, Nhu perduad-l. Disel e kastigu! Mas, ku fomi, ka nhos ntera es koitadu di Deus! Nhos dexa-m N da-l laranja pa el kume ti farta, antis di nhos ba ntera-l.

Gentis abri kaxon:

- Txuntxun, labanta, bu kume laranja ki iaia Txentxa dja da-bu!

- E ku kaska o diskaskadu?

- E ku kaska.

- Nton nhos sigi ku enteru!

Sapatinha rubera riba, sapatinha rubera baxu, kenha ki sabe mas, konta midjor!

*Marsianu nha Ida padri Nikulau Ferera

Prato cheio

Alheira de Mirandela

Ingredientes

- 1 raminho de tomilho;
- 2 alheiras de Mirandela;
- 2 ovos;
- 200 g de grelos de nabijas;
- 2 dentes de alho;
- azeite q.b.;
- batatas;
- sal q.b.;

Modo de preparo

- 1- Coza as batatas com a pele em água com sal e o tomilho. em azeite, e reservar.
- 2- Dê um golpe nas alheiras pela parte de trás.
- 3- Deite um pouco de azeite numa frigideira e frite a alheira quando estiver bem quente. Vire-a assim que a pele enrolar de um dos lados.
- 4- Retire as alheiras e reserve.
- 5- À parte, estrole os ovos, também
- 6- Salteie, no mesmo azeite, os alhos esmagados, juntamente com as batatas cozidas com, cortadas às rodelas.
- 7- Retire as batatas e os alhos e proceda de igual modo com os grelos.
- 8- Coloque a alheira num prato e o ovo por cima, ladeados das batatas salteadas e dos grelos.



Caça-palavras



Encontre palavras de imigração:

- SOLUÇÕES:
- DESPEDIDA
 - IMIGRANTE
 - TRABALHO
 - SONHO
 - ADAPTAÇÃO
 - DOCUMENTOS
 - RECOMENÇO
 - ESPERANÇA
 - VISTO
 - PASSAPORTE

Encontre 10 diferenças



Talento

Sondeia Gonçalves, natural da Assomada, Santa Catarina, é um exemplo de resiliência e superação. Licenciada em Contabilidade e Administração pelo ISCEE na Praia, rumou a Portugal em 2019 para fazer mestrado em Fiscalidade. A mudança, no entanto, foi marcada por desafios: para pagar os estudos e sobreviver, trabalhou na limpeza, acordando às 4h30 e regressando a casa à meia-noite.

Enfrentou burocracias complicadas e dificuldades com documentação para obter o título de residência. Cada instituição dava informações diferentes, o que tornou o processo ainda mais desgastante. Mesmo assim, não desistiu.

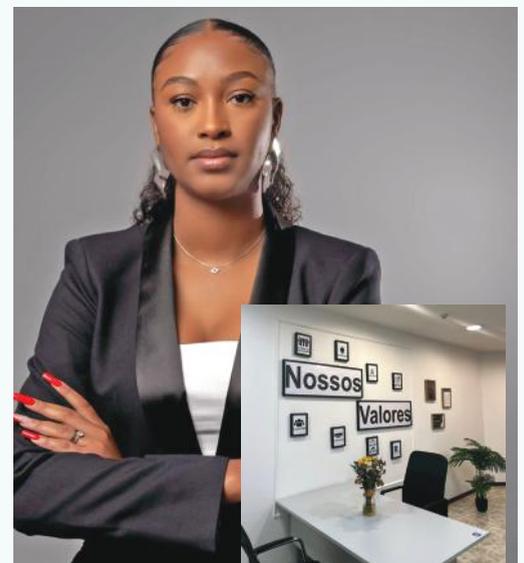
Durante a pandemia, começou a ajudar amigos e familiares com serviços administrativos simples, como pedidos de senha nas finanças ou preenchimento de formulários. O que começou como um apoio informal transformou-se numa verdadeira vocação. Os pedidos cresceram, surgiram recomenda-

ções, e Sondeia decidiu investir a sério nesse novo caminho.

Abandonou o emprego fixo, arriscou e criou a Vertentágil, a sua própria agência de apoio à imigração e serviços administrativos. Começou com uma mesa na sala de casa e hoje conta com um escritório físico em Portugal, símbolo da sua dedicação, foco, fé e coragem.

Para Sondeia, o espaço não é apenas um negócio, mas um ponto de apoio seguro para a comunidade, especialmente num tempo marcado por fraudes e desinformação. O seu conselho a quem pretende emigrar é claro: "Planeamento é essencial tanto como financeiro, emocional e legal. Com objectivo, força e organização, é possível transformar dificuldades em oportunidades reais."

Adelise Furtado – Estagiária



Santo Antão

Espectáculo beneficente a favor das famílias afectadas pelas tempestade do dia 11

O recinto 5 de Julho, no Porto Novo, em Santo Antão, recebe neste sábado, 23, pelas 21h, um espectáculo beneficente a favor das populações atingidas pela tempestade em Santo Antão, São Vicente e São Nicolau. O espectáculo terá as apresentações de Cordas do Sol, Djudjuk Alves, Eddy Fortes e Juventude em Marcha.

A Nação

Segundo Jorge Martins, líder da companhia teatral Juventude em Marcha, toda a receita arrecadada reverter-se-á a favor das populações vulneráveis nas três ilhas, que foram atingidas pelas tempestades do dia 11 de Agosto, com maior incidência em São Vicente.

A iniciativa é uma ação conjunta do promotor de eventos Nelson Bartolomeu, da empresa de som 3S, da companhia teatral Juventude em Marcha, da banda Cordas do Sol e dos artistas Djudjuk Alves e Eddy Fortes.

O evento conta igualmente com o patrocínio da Câmara Municipal do Porto Novo.



Acontece

- Evento "As Revoltas de Santiago", com caminhada histórica, mesa redonda, momento cultural e desportivo, em Assomada e Ribeirão Manuel, Santa Catarina de Santiago, domingo, 24, com início às 08h



- Show Dany Silva, no B.Leza, em Lisboa, Portugal, sábado, 23, às 22h30



- Hoje, quinta-feira, 21 - George Tavaresm Caluca Tavares, Adão Brito e Tidey
- Quintal da Música, cidade da Praia, sempre às 21h
- Sexta-feira, 22 - Nataniel Simas, Zeca Couto, Adão Brito e Jorge Pimpa
- Sábado, 23 - Tino, Yuri da Graça, Ejay Santos e Tidey,



Aconteceu...



- Primeira edição do Festival Nacional de Teatro "Albiça" na ilha do Maio, de 14 a 17 de agosto



CADERNO DO JORNAL A NAÇÃO | EDIÇÃO Nº938 | 21/08/2025

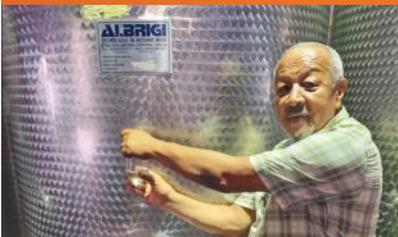
MUNICÍPIO EM DESTAQUE

Mosteiros

Fábio Vieira, Presidente da Câmara Municipal dos Mosteiros

“Queremos transformar Mosteiros num município inclusivo, resiliente e com identidade”

Pág. 02 a 04



Adega Sodade: o sabor da saudade em forma de vinho



Entre o mar, o fogo e a memória



Terra da Talaia Baxu e do café



Onde o património natural molda a identidade cultural

EDEC

Empresa de Distribuição de Eletricidade de Cabo Verde

a energia que nos une

☎ 800 51 11

✉ livro.branco.online@edec.cv

📘 EDECSA1

📷 edecsa1

TEM A PALAVRA

Fábio Vieira

“Queremos transformar Mosteiros num município inclusivo, resiliente e com identidade”

Texto: Ilda Fortes

O Presidente da Câmara Municipal dos Mosteiros faz um balanço positivo do percurso do concelho, destacando os avanços a nível da habitação, educação, turismo e inclusão social. Apesar dos desafios financeiros, reafirma o compromisso com o desenvolvimento do município para um futuro sustentável e culturalmente vibrante, com foco na juventude. Fábio Vieira já vai no segundo mandato à frente da autarquia, pelo que conhece bem os desafios do concelho. Apesar das dificuldades, considera que há projectos estruturantes e com potencial para transformar o panorama local.

Como avalia a evolução do concelho nos últimos anos e quais foram os projectos mais impactantes?

Mosteiros tem registado progressos significativos a nível económico e social. Contudo, enfrentamos desafios estruturais, como a necessidade de diversificar a economia, modernizar as infraestruturas e amenizar o défice habitacional. Por isso, um dos projectos mais marcantes é o Programa Nha Kaza Nha Grandeza, que já beneficiou dezenas de famílias e jovens com habitação condigna. Destaco ainda o programa de construção e requalificação de escolas, em parceria com o Governo e a ONG luxemburguesa Beetebuerg Helleft. De referir, ainda, o Programa de Requalificação Urbana, que está a transformar o município com infraestruturas modernas e sustentáveis, e valorização da identidade local.

No que se refere à gestão da autarquia, quais têm sido os principais desafios e quais as prioridades para o futuro?

Um dos principais desafios é o financiamento, pois a escassez de recursos financeiros é um obstáculo



constante, especialmente para projetos de grande escala. Temos procurado diversificar as fontes de financiamento, reforçando parcerias com o Governo, cooperação internacional e investidores privados, otimizando a gestão orçamental e priorizando projetos com maior impacto social e económico.

Para o futuro, estamos focados em transformar Mosteiros num município mais justo, desenvolvido e sustentável, com base em cinco eixos: melhorar a qualidade de vida e do ambiente, a habitação, o ordenamento do território e o planeamento urbanístico; reforçar a inclusão social, para não deixar ninguém

para trás; *empowerment* da economia local, apostando no turismo sustentável e no desenvolvimento de uma agricultura ecológica, resiliente e garante da segurança alimentar; território cultural, visando a preservação da identidade cultural e a valorização do património histórico-cultural; e governação de pro-

ximidade e participativa, alargando os canais de participação dos munícipes na vida pública municipal e reforçando os mecanismos de transparência.

Que legado gostaria de deixar no final do seu mandato?

A minha visão para Mosteiros é a de um município

FICHA TÉCNICA

A Nação – “Caderno Município em Destaque” – Mosteiros – Parte integrante da edição nº 938 do A Nação de 21 de Agosto de 2025. Não pode ser vendido separadamente.

Editor: António Alte Pinho | **Jornalistas:** António Alte Pinho, Ilda Fortes, José Mário Correia | **Jornalistas Estagiários:** Adelise Furtado, Cláudia da Cruz e Paulo Galvão | **Designer:** Alfa-Comunicações | **Comercial & Marketing:** Verónica Rocha | Edmíra Correia (Facturação e Cobranças) | **E-mail:** jornalanaoacv@gmail.com (Redacção) – comercial_grupoalfacv@gmail.com (Comercial)

TEM A PALAVRA 

“

A escassez de recursos financeiros é um obstáculo para projectos de grande escala.

”

PUB

moderno, resiliente e competitivo, onde o progresso económico se reflete na melhoria das condições de vida dos munícipes. Quero que Mosteiros seja reconhecido como um exemplo de desenvolvimento inclusivo em Cabo Verde, onde todos tenham oportunidades para realizarem os seus sonhos e desenvolverem os seus potenciais. Aspiro deixar um Mosteiros mais orgulhoso de si mesmo e espero ser lembrado como um Presidente ousado, ambicioso e inovador, que lançou as bases para um futuro próspero.

Quais os principais desafios para o desenvolvimento do concelho?

Gerir um município pequeno e de fraca base tributária como Mosteiros é gerir impossibilidades, e nós nos confrontamos diariamente com desafios estruturais que são obstáculos de desenvolvimento. No plano social, os principais são o acesso à habitação condigna, o envelhecimento da população, a emigração, a qualificação técnico-profissional e a criação de emprego. A nível económico, os maiores desafios são a diversificação económica, a dependência e a vulnerabilidade da agricultura às alterações climáticas, as dificuldades de acesso ao financiamento e problemas de conectividade e transportes, que dificultam o escoamento dos produtos. Apesar das dificuldades, Mosteiros tem um potencial enorme para transformar estes desafios em oportunidades de desenvolvimento.

Quais as principais atividades económicas a nível local e que apoios têm sido dados?

A economia local assenta em setores tradicionais como a agricultura (café, fruticultura, vinha e culturas de subsistência), a pecuária, o turismo (ecoturismo

sustentável, turismo cultural), comércio e serviços. No entanto, estamos a apostar na agroindústria para o processamento de produtos agrícolas, frutas e café, nas energias renováveis e na economia criativa para valorizar os produtos made in Mosteiros, criando uma economia resiliente e diversificada para gerar mais emprego e rendimentos.

Na agricultura, temos apoiado a capacitação em técnicas modernas e a melhoria do sistema de produção e abastecimento de água, prestado assistência técnica aos agricultores e criadores e feito a distribuição de insumos. O objetivo é garantir que Mosteiros mantenha a sua vocação agrícola, mas com mais tecnologia, sustentabilidade e rentabilidade. No setor das pescas, destacam-se os investimentos em infraestruturas, a qualificação dos pescadores e peixeiras, a distribuição de equipamentos e kits de segurança, a criação da loja dos pescadores, os apoios financeiros para a manutenção das embarcações, entre outros.

Que estratégias estão a ser implementadas para promover o turismo no município?

Temos uma agenda para posicionar o concelho como um destino que procura um casamento autêntico entre a natureza, a cultura e a originalidade, com base na valorização do património natural, com a criação das rotas do café e do vinho, do museu do café, promoção de Monte Velha enquanto reserva natural e de biodiversidade, promoção das 7 maravilhas municipais, início do projeto aldeia rural de Pai António e a requalificação da orla marítima do Beco. Refira-se ainda a aposta no turismo cultural e de eventos, como o Festival do Café do Fogo, o Museu do Café do Fogo, as festas do município e a Gala Talaia Baxu. Por fim, destacamos a melho-



REVISTA INICIATIVA
Já nas bancas

Assim como na vida, também nos negócios, a INICIATIVA é fundamental!

A diferença na arte de comunicar!

Contactos: 2602690/95
comercial.grupoalfacv@gmail.com
geral.grupoalfa23@gmail.com


TEM A PALAVRA

66

Queremos posicionar o concelho como um destino turístico sustentável, que procura um casamento autêntico entre a natureza, a cultura e a originalidade.

99

ria da oferta hoteleira e de restauração, com incentivos para atrair o investimento privado, e a melhoria da conectividade e acessibilidade, com a modernização da rede viária.

A nível do desenvolvimento urbanístico e do saneamento básico, qual o panorama atual?

Nesta área, enfrentamos desafios críticos para a qualidade de vida, relacionados com o ordenamento do território e com a necessidade de atualização do Plano Diretor Municipal, com a inexistência de uma rede pública de esgotos, com as dificuldades no tratamento de resíduos sólidos e com a falta de um sistema de drenagem de águas pluviais. Temos em curso alguns investimentos, com enfoque na requalificação urbana e melhoria das acessibilidades, com obras de arruamento e construção de passeios e iluminação pública LED, na gestão de resíduos sólidos com a aquisição de viaturas para a recolha do lixo, recolha porta a porta e selagem da lixeira municipal, e na construção de sistemas de drenagem de águas pluviais.

No que se refere à juventude, que políticas ou programas têm sido desenvolvidos a nível da formação profissional e do desporto?

Temos implementado programas a nível da educação, emprego, formação profissional e desporto, visando o alargamento das oportunidades e a redução da emigração. Neste sentido, temos assinados protocolos de cooperação com instituições de ensino profissional e superior nacionais e estrangeiras, disponibilizamos vagas para estágios na Câmara Municipal e temos incentivos de apoio às iniciativas empreendedoras dos jovens. Está ainda prevista a remodelação do Centro de Formação Profissional. No desporto, temos apostado na modernização das infraestruturas desportivas, for-

mação dos agentes desportivos e dinamização dos conselhos municipais. O nosso compromisso é dar aos jovens as ferramentas para construírem o seu futuro aqui e serem os protagonistas da transformação do município.

Que medidas têm sido adotadas em relação à gestão ambiental no município?

Eventos climáticos extremos, como a seca, ondas de calor, incêndios florestais e subida do nível do mar, que nos têm assolado, são claramente consequências das mudanças climáticas, que tendem a se intensificar. Por isso, temos apostado na resiliência climática, com medidas como a aprovação do Plano Local de Ação Climática, a adesão ao Pacto de Autarcas para a África Subsariana, a modernização do sistema municipal de gestão dos resíduos sólidos, a solarização dos edifícios públicos municipais, a implementação do projeto de promoção da mobilidade elétrica e da Loja do Clima para apoiar na implementação de soluções de sustentabilidade energética.

A nível cultural, que iniciativas estão em curso?

A cultura é a alma dos Mosteiros e queremos transformar o nosso património material e imaterial num pilar estratégico de desenvolvimento, identidade e orgulho local. As nossas iniciativas visam a preservação das raízes culturais e do legado histórico-cultural e a criação de oportunidades para os criadores locais. Destacamos a instalação do Museu do Café do Fogo, a elevação de “Talaia Baxu” a património cultural municipal, o Festival do Café do Fogo, a Gala “Talaia Baxu”; a institucionalização do Prémio Municipal do Artesanato e do concurso municipal de “Canizade”, a instalação do Museu do Povo e a promoção do Festival do Livro de Mosteiros – o Beco Literário.

PUB



alfa rádio
A diferença na arte de Comunicar

FREQUÊNCIAS

Praia – **89.9 e 94.4**

Santiago Norte e Sul - Fogo
- Maio – **94.4 e 99.6**

São Vicente - S. Antão
- São Nicolau – **96.7**



Siga Cabo Verde em qualquer parte do mundo através de www.radioalfacv.com

+238 970 95 95 / 930 30 05 / 260 26 96


radioalfacaboverde



caixa



DIRETO NA CONTA

RECEBA OU ENVIE DINHEIRO COM FACILIDADE, SEM SAIR DE CASA!

Do conforto do seu lar, basta ligar para a linha gratuita 8002480, telefone 2603571 ou WhatsApp e Viber pelo número 9949774.

Com a Caixa, é fácil!



Aponte a câmera aqui e saiba mais

Câmara Municipal cancela Festas do Município 2025

Texto: Adelise Furtado
Estagiária

Fonte e fotos: Câmara Municipal dos Mosteiros

Este ano, as Festas do Município dos Mosteiros foram canceladas em solidariedade às vítimas do temporal que se abateu sobre a ilha de São Vicente na madrugada de 11 de Agosto. Neste sentido, o presidente da Câmara Municipal dos Mosteiros, que é o actual Presidente da Associação Nacional dos Municípios Cabo-verdianos (ANMCV), Fábio Vieira, visitou as ilhas de São Vicente e Santo Antão.

A Câmara Municipal de Mosteiros cancelou as Festas do Município de 2025 em solidariedade com São Vicente, atingida por um temporal que provocou mortes e destruição. O cancelamento foi decidido após análise do decreto de Luto Nacional e da situação crítica enfrentada em São Vicente. A medida visou demonstrar respeito e apoio às famílias afetadas. A Câmara apelou à solidariedade de todos os mosteirenses, artistas e agentes culturais, reiterando o compromisso com a prevenção e mitigação de desastres naturais, bem como a colaboração com as autoridades de São Vicente.

ANMCV: Presidente Fábio Vieira desloca-se a São Vicente e Santo Antão

Fábio Vieira, presidente da ANMCV, visitou São Vicente e Santo Antão para acompanhar os efeitos das recentes chuvas e levar solidariedade às famílias afectadas. A missão incluiu encontros com autoridades locais e com a população, assim como visitas no terreno a alguns pontos.

Vieira comprometeu-se a colaborar com instituições nacionais e municipais, propondo uma campanha de solidariedade envolvendo municípios e a diáspora,



com o objectivo de mobilizar apoio financeiro e logístico para as famílias afetadas.

Embaixadora dos Estados Unidos da América recebida na autarquia

A embaixadora dos Estados Unidos da América em Cabo Verde, Jennifer Ada-

ms, foi recebida no dia 11 de Agosto na Câmara Municipal dos Mosteiros, pelo presidente Fábio Vieira.

A diplomata chefiou uma delegação composta ainda pela adida cultural, Seanta Stafford, e pela conselheira da Education USA Cabo Verde, Suely Neves.

Depois do encontro, a delegação visitou o Ameri-

can Corner Mosteiros, uma associação que tem como principal objectivo criar uma ponte entre os EUA e Cabo Verde, onde teve uma receção preparada pela coordenação do espaço. Foi ainda realizado um encontro com cidadãos cabo-verdianos e americanos e com estudantes. Na ocasião, a embaixadora procedeu à

entrega formal de livros ao espaço e à Biblioteca Municipal dos Mosteiros.

Empreendedorismo: vencedoras do Prémio Mulher de Fibra 2025

Iza Barros venceu o Prémio Mulher de Fibra 2025, com o projecto "Atelier de Corte e Costura", destacando-se pelo incentivo ao empreendedorismo feminino em Mosteiros.

O concurso premiou três projectos inovadores, com um total de 250 mil escudos distribuídos em kits de materiais, assessoria técnica e divulgação. Em segundo lugar ficou 'Charme & Beleza', focado em serviços de estética, e em terceiro 'Bar Lopes Santos', voltado para a modernização de um negócio local.

O Prémio Mulher de Fibra visa estimular a inovação e o empreendedorismo, assim como capacitar mulheres empreendedoras e apoiar o desenvolvimento de negócios no município.



Visita da Embaixadora dos EUA a Mosteiros



Adega Sodade: o sabor da saudade em forma de vinho

Texto: Ilda Fortes

Entre paisagens vulcânicas e caminhos desafiantes, a Adega Sodade, única dos Mosteiros, resiste ao tempo e à expectativa de um futuro mais promissor. A pequena cooperativa carrega nas suas garrafas a alma, a história, a tradição e a persistência de uma comunidade que resiste aos desafios com o sabor da saudade. Eduíno Lopes, vitivinicultor com mais de 25 anos de experiência, lidera o projecto desde a sua criação em 2007, desafiando as limitações para manter viva a produção vinícola local.

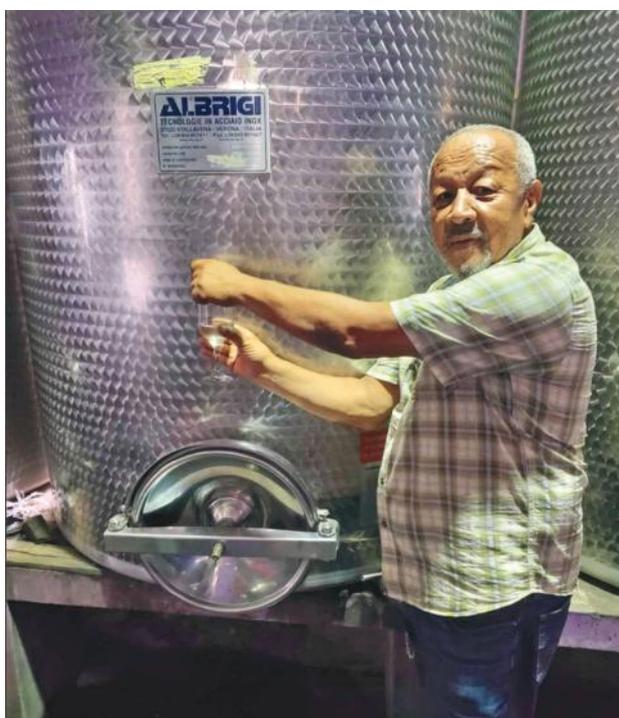
Criada com o apoio da União Europeia, a Adega Sodade nasceu da vontade de valorizar a produção local de vinho e criar oportunidades de trabalho. Nascida como cooperativa, a Sodade envolve pequenos produtores de zonas como Achada Grande, Relva e Corvo.

O nome “Sodade” — escolhido entre várias sugestões de um enólogo italiano — é um tributo ao sentimento que molda a identidade cabo-verdiana. “Queríamos algo que tivesse significado, e ‘Sodade’ é o que define Cabo Verde”, salienta Eduíno Lopes, responsável pela cooperativa. Desde então, a adega tem enfrentado uma série de desafios, mantendo-se viva graças à resiliência de quem nela trabalha.

No seu catálogo, conta com uma diversidade de produtos: vinhos branco, tinto e rosé, vinhos doces, passitos, bagaceira, licores e espumantes. Tudo é feito de forma artesanal, sem grandes máquinas, o que permite garantir a autenticidade, manter viva a tradição manual e empregar mais pessoas. Durante a vindima, são contratadas até 30 pessoas por dia e, no resto do ano, o núcleo da produção conta com cerca de sete trabalhadores, na sua maioria, mulheres.

Muitos pedidos, mas desafios a nível do transporte

Gerir o negócio não tem sido fácil, de acordo com Eduíno Lopes, e manter a



adega tem sido um verdadeiro exercício de resistência devido aos inúmeros obstáculos, a começar pelos custos de produção.

Mas o maior desafio é o transporte, tanto dos materiais importados de Itália, como garrafas, cortiça e rótulos, quanto do próprio vinho para as outras ilhas ou para o exterior, o que tem afetado a comercialização dos produtos. “Temos pedidos do Canadá, Holanda, Suécia, EUA, Brasil, mas não há como enviar. Não há transporte regular ou é muito caro e demorado”, desabafa. Mesmo dentro de Cabo Verde, e apesar dos pedidos das ilhas do Sal, Boa Vista e São Vicente, há constrangimentos. “Muitas vezes recebemos pedidos e demoramos um mês para enviar os produtos, porque não há

transporte”, descreve.

Outro problema é a inacessibilidade às zonas agrícolas de onde vêm as uvas, como Chã das Caldeiras, zona de qualidade reconhecida, e as zonas altas de Achada Grande, Relva e Corvo. A falta de estradas obriga os agricultores a caminhar por horas, o que desmotiva os mais jovens e obriga os mais velhos a abandonar a produção.

Sem apoios, o futuro é incerto

Segundo Eduíno Lopes, a cooperativa não conta com qualquer apoio institucional e sobrevive com esforço próprio, mesmo pagando altos impostos como o IVA. “O pior é pagar IVA de vinho que o cliente nem pagou”, afirma.

Mesmo os turistas e emi-

grantes que visitam a adega, atraídos pela autenticidade e pelo sabor único do vinho, encontram uma estrutura limitada. O espaço é pequeno e sem possibilidade de ampliação, o que dificulta a sua transformação e exploração como um ponto turístico mais estruturado.

Apesar dos constrangimentos e limitações, a Adega Sodade tem registado um aumento das encomendas de vários pontos do país e de outras partes do mundo, motivadas pelo sabor peculiar dos produtos.

Sabor de terra e emoção

Questionado sobre o que distingue os vinhos da Sodade de outros vinhos, Eduíno Lopes indica a origem das uvas e o modo de produção. Vindas de Chã das Caldeiras,

as uvas são únicas, adaptadas ao solo vulcânico e ao microclima da região. “Cada terra tem o seu gosto. A nossa uva é de Chã, e isso dá ao vinho um carácter especial”, explica.

Após 25 anos na viticultura, Eduíno Lopes vê o futuro com cautela e ceticismo, afirmando: “Se alguém quiser comprar a terra, vendo e deixo isto. Já estou a ficar velho e não vejo futuro nessas condições”, reitera. Apesar das dificuldades, o orgulho é visível quando fala dos vinhos produzidos na adega. “O nosso vinho é feito com alma. Quando o bebes, sentes a saudade dentro de ti, como uma música da Cesária Évora. Isso nada nos pode tirar”, revela. E é este sentimento que alimenta a resistência da Adega Sodade, como um brinde teimoso à terra, à memória e ao futuro.




ECONOMIA LOCAL & EMPREENDEDORISMO

Empreender nos Mosteiros: Poucos clientes, mas muita determinação

Texto: Cláudia da Cruz
Estagiária

Numa pequena localidade onde o turismo ainda caminha lentamente, Avelina Gomes, uma jovem empreendedora de 37 anos, natural da Ribeira do Ilhéu, decidiu acreditar no potencial da sua terra natal, apostando no ramo do comércio, hotelaria e restauração. Há cerca de três anos, com o apoio do irmão, abriu um espaço multifuncional que junta bar, loja e pensão no município dos Mosteiros, na ilha do Fogo.

“**N**um local com poucas oportunidades, nós é que temos de criar as nossas”, diz Avelina Gomes. O projecto nasceu da união de sonhos e sacrifícios entre irmãos. O irmão, mais conhecido por Kaká Gomes, emigrante nos Estados Unidos da América, financiou o projecto e Avelina ficou responsável pela gerência.

O espaço, embora pequeno, oferece um pouco de tudo: bebidas e petiscos no bar, produtos de primeira necessidade na loja e quartos simples na pensão “Piscina Kaká”. Segundo Avelina, os momentos de maior procura coincidem com a época das festas do município, quando pessoas das redondezas ou emigrantes em férias regressam ao concelho. “É nessa altura que sentimos algum movimento. Fora disso, a procura é normalmente baixa”, diz.

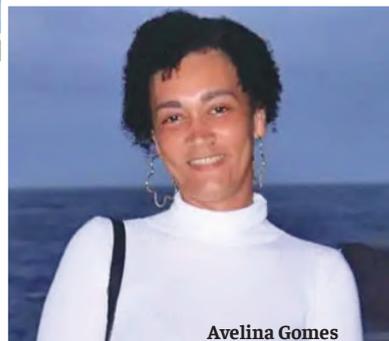
Assim, apesar do investimento inicial e da dedicação diária, o empreendimento não gera muito lucro. A falta de visitantes e o fraco movimento económico na região impedem uma maior rentabilidade do negócio. “Infelizmente, os Mosteiros não recebem muitos turistas. As pessoas que cá vêm normalmente são os próprios emigrantes da ilha, ou artistas que venham cá realizar espetáculos no concelho”, explica.

Mesmo enfrentando as dificuldades de manter um negócio numa zona de fraca actividade económica, Avelina não pensa em desistir. A pensão recebe poucos

hóspedes, é certo, mas o bar tem clientes fiéis da comunidade, e a loja ajuda a suprir necessidades básicas da zona. Tudo isso somado, afirma, “garante alguma sobrevivência do negócio”.

Entre os desafios com o fornecimento, as contas a pagar e a baixa procura, a responsável continua firme. “Desistir não está nos meus planos. Acredito que um dia as coisas vão melhorar”, reitera.

A história de Avelina é o reflexo dos desafios enfrentados por muitos empreendedores cabo-verdianos que, mesmo em contextos desfavoráveis, seguem apostando no país e nas suas comunidades, com o objectivo de promover o desenvolvimento local.



Avelina Gomes



Kaká Gomes





GARANTIA
SEGUROS

**GARANTA
SEGURANÇA E
TRANQUILIDADE
NAS SUAS VIAGENS**

O nosso seguro de Assistência proporciona assistência médica em caso de enfermidade ou acidente, cobertura de gastos com medicamentos, despesas de hospitalização, intervenções cirúrgicas, honorários médicos e produtos farmacêuticos recomendados pelo médico.
Juntos, em qualquer parte do mundo.

**GARANTIA
ASSISTÊNCIA EM
VIAGEM**

Contacte-nos e saiba mais sobre este produto.
garantia.cv

Esta informação não dispensa a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida.

Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. - Matrícula N.º 13 - Sede: Chã de Areia,
C.P. 138 - Praia, Cabo Verde • NIF: 200110322 • Capital Social: 400.000.000 CVE • www.garantia.cv
Telefone: (238) 260 86 00

 **FIDELIDADE
SEGUROS
DESDE 1808**


CURIOSIDADES

Mosteiros: entre o mar, o fogo e a memória

Texto: José Mário Correia

Entre o sopé do vulcão e o azul profundo do Atlântico, Mosteiros guarda segredos de um tempo e de uma gente. Lá onde outrora um pequeno aeródromo ousava ligar Vila da Igreja às ilhas, hoje ecoam passos, corridas e lembranças. A natureza ergue-se em maravilhas – baías de rochas coloridas, cafezais que perfumam encostas, miradouros que revelam horizontes, florestas que resistem à aridez. Mas Mosteiros não vive só da pedra e da seiva. Cultiva também a palavra e a memória que Mané de Tchinina recolhe... e vibra com a energia do desporto, simbolizada no talento inesquecível de João-di-Lelé. Lembram-se dele?

Mosteiros, seu antigo aeródromo e o Dove

Mosteiros teve, na década de 1950, um aeródromo localizado nas proximidades da actual cidade, outrora designada Vila da Igreja. Dinamizado pelo então Aero Clube de Cabo Verde, recebia regularmente uma aeronave de reduzidas dimensões – o Dove, uma avioneta com capacidade para nove passageiros, que ali iniciou uma rota pioneira. A pista carecia de infraestruturas básicas: nunca chegou a ser pavimentada, mantinha-se em terra batida e não dispunha de torre de controlo ou hangares. O espaço era exíguo e rudimentar. Do que se sabe, acabou por ser desativado nos finais de 1990, sendo progressivamente substituído pelo aeródromo de São Filipe, que permanece como o único ponto de entrada aérea da ilha do Fogo.

Hoje, a área ganhou uma nova função, de cariz mais comunitário: serve de palco para corridas informais, treinos matinais e vespertinos e, não raras vezes, para corridas de cavalos. Ainda assim, as marcas da sua antiga função de aeródromo continuam visíveis. Coisa para turista ver. Testemunho silencioso de um tempo em que Mosteiros mantinha a sua própria ligação aérea ao arquipélago.

As Maravilhas Naturais dos Mosteiros

Em tempos de maravilhas, também Mosteiros



Foto: <https://ilhadefogo.org/mosteiros>. Monte Sumbango. A pedra vulcânica conta histórias milenares. A rudeza da natureza e a poesia cruzam-se. O passado e o presente de um povo que transformou a sua memória em identidade.

tem as suas – todas ligadas à pureza da natureza: Baía da Fajãzinha, onde rochas multicoloridas combinam com uma nascente de água cristalina; a segunda encontra-se nos cafezais dos Mosteiros, que dão origem ao célebre Café do Fogo. A terceira maravilha é o Monte Nhô Checo, com o seu miradouro homónimo, de onde se descortina uma vista deslumbrante sobre o mar e a serra. As restantes completam este património natural: a Floresta de Monte Velha, a maior mancha verde da ilha – entre a caldeira vulcânica do Pico do Fogo e o litoral dos Mosteiros, formando um cinturão fértil entre os 800 e os 1800 metros de altitude – em contraste com a aridez circundante; o Monte Sum-

bangó, cone de materiais piroclásticos de beleza cénica única, que divide a memória e a pertença entre São Filipe – de onde herdou um dos nomes – e a localidade de Sumbango, que lhe dá o apelido; e a Praia Laranja, refúgio natural e lugar ideal para escapar à azáfama quotidiana. Os poetas falam em “espaço de clima singular na costa vulcânica da ilha”.

Mané de Tchinina: a voz literária dos Mosteiros

Há nos Mosteiros um escritor que começa a traçar a sua própria senda no universo literário. Fala-se aqui de Mané de Tchinina, nome literário de Manuel António Andrade Gomes. Ele destaca-se entre os escritores contemporâneos pela avidez

na recolha, preservação e divulgação da tradição oral e de lendas, sempre com a valorização da memória coletiva e do património imaterial dos Mosteiros como pano de fundo.

Entre as suas obras, merece especial relevo A Lenda e a Feitiçaria na Ilha do Fogo (2019), onde reúne histórias, crenças, episódios de bruxaria e lendas transmitidas oralmente de geração em geração. No seu cardápio literário não falta, pois, um esforço consciente de manter viva a herança cultural da região.

João-di-Lelé: o herói desportivo dos Mosteiros

Aprendemos que, em cada um dos 22 municípios de Cabo Verde, existe um herói

no desporto. Nos Mosteiros, esse lugar de destaque pertence a João-di-Lelé, um exímio executante e um dos melhores futebolistas da sua geração. Revelou-se imprescindível no futebol do conceelho e, por extensão, da Região Desportiva da ilha do Fogo, tornando-se uma referência à escala nacional. O reconhecido goleador, de nome próprio José Luís Pires Rodrigues, marcou uma época no desporto cabo-verdiano e granjeou admiração, tanto entre adeptos locais como em todo o arquipélago.

Hoje, bem longe dos relevados profissionais, João-di-Lelé reside nos EUA, onde continua a divertir-se com o couro redondo, participando em jogos amigáveis entre a “velha guarda” da diáspora cabo-verdiana.



Manuel Fontes

Texto: Ilda Fortes

A nível literário, Manuel Francisco Fontes tem sido apontado como uma das referências e expoentes máximos do concelho dos Mosteiros. Nasceu a 9 de Julho de 1938, em Nossa Senhora da Ajuda, e faleceu a 29 de Maio de 2023, nos Estados Unidos da América, com 84 anos, vítima de doença.

Manuel Fontes, que era mais conhecido por Pedrinho ou pelo pseudónimo “O Pupilo das Musas”, foi poeta e escritor, mas também um destacado quadro do Ministério da Educação em Cabo Verde, tendo desempenhado várias funções como

Delegado, Director do Ciclo Preparatório e professor de várias disciplinas no liceu dos Mosteiros.

A sua actividade literária incluiu as publicações das obras *Psicografia*, *Rubra Rosa*, *Nas praias da minha ilha* e *Antevisão*. O seu legado tem sido reconhecido pelas autoridades locais mosteirenses, tendo sido um dos homenageados numa das edições do festival Beco Literário, um evento local de promoção da literatura.

Fonte e foto: www.barrosbrito.com



Júlio Correia

Júlio Lopes Correia é uma das personalidades dos Mosteiros mais conhecida, pelo seu percurso a nível político e cultural. Nasceu na localidade de Sumbango, em 1961. Realizou os estudos superiores em Portugal, tendo depois regressado a Cabo Verde, onde foi professor no ensino secundário, ingressando na atividade política.

O seu percurso político inclui a ocupação de cargos a nível do poder local, tendo sido o primeiro presidente eleito da Câmara Municipal dos Mosteiros. Foi ainda deputado nacional e ocupou cargos no governo como ministro.

A nível cultural, é conhecido como compositor e intérprete, e toca violão e piano. Como artista, ganhou projeção ao gravar o álbum *Passadinha*, com os conterrâneos da ilha do Fogo Amadeu Fontes e Braz de Andrade. Ao longo da sua carreira, deu voz a temas que retratam a realidade insular, consolidando-se como embaixador cultural da sua terra natal. Actualmente, reside nos Estados Unidos da América.

Fonte e foto: www.caboverdeamusicasica.online

EDITORIAL

Dar voz aos municípios e às pessoas

A sociedade cabo-verdiana - e os municípios, em particular - tem reclamado com frequência o facto de os temas locais não estarem a merecer o devido tratamento nos órgãos de comunicação social do país, quase sempre arredados numa agenda que normalmente privilegia os assuntos dos grandes centros urbanos e questões de natureza político-partidária que, na maioria dos casos, nada têm a ver com os reais anseios e problemas do dia-a-dia dos cidadãos espalhados pelos 22 municípios e as suas inúmeras aldeias e localidades mais distantes.

Por isso mesmo, o jornal *A Nação* lança hoje a quinta edição do caderno **Município em Destaque**, dedicado a **Mosteiros**. Anteriormente, já lançamos os cadernos do Paul, da Brava, da Boa Vista, de Santa Cruz e de Tarrafal de São Nicolau.

Estamos cientes de que esta iniciativa, pela sua singularidade e exigência, acarreta enormes desafios, mormente para um periódico privado com poucos recursos, mas não nos quedamos perante incertezas nem viramos a cara a esses desafios que vamos enfrentar, contando com a inestimável adesão dos nossos leitores, parceiros e anunciantes.

Assim, o **Município em Destaque** aposta num jornalismo de causas e de serviço público, tendo em vista servir sobretudo o interesse geral dos cabo-verdianos e criar pontes entre o projecto editorial e os cidadãos, suscitando engajamento e empatias com as comunidades locais.

Tudo isso na perspetiva de manter os cidadãos de cada município informados sobre o desenvolvimento local e nacional e estimular a sua participação nas atividades que lhes dizem respeito.

Nesse sentido, ao mesmo tempo que dá voz às pessoas de cada reduto populacional, **Município em Destaque** assume-se como megafone do municipalismo e da necessária proximidade com as populações, as suas dificuldades, os seus sonhos, mas também os seus anseios e vontades para o futuro.

Município em Destaque é, ainda, veículo empenhado na exaltação do municipalismo enquanto instrumento mais directo da proximidade dos poderes públicos com os cidadãos, e meio em que têm expressão garantida todas as diferenças irmanadas do sentido republicano do bem comum, da ousadia de fazer diferente e marcar vidas e futuros com a capacidade criativa de cada um e de todos.

Município em Destaque, expressão das realidades locais e instrumento do direito à palavra das pessoas comuns e dos protagonistas que fazem a história das comunidades, faz-se hoje à rua com a vontade inabalável de servir as comunidades de cada concelho, de cada ilha, de cada cantinho de Cabo Verde.

Contai com isso de nós!

Corridas de Cavalo e do Café

Texto: Paulo Galvão
Estagiário

A nível desportivo, o concelho dos Mosteiros possui algumas particularidades ditadas por aspetos culturais e históricos únicos, como é caso da Corrida do Café, uma tradição que faz jus ao facto de Mosteiros produzir um dos melhores cafés do mundo. Várias modalidades desportivas têm atraído muitos admiradores entre a população, destacando-se entre elas as Corridas de Cavalo que, mais recentemente, também ganharam alguma expressão.



Corrida do café



Corrida do Cavalo

O desporto no município dos Mosteiros conta com uma base sólida impulsionada pela Câmara Municipal que tem apostado na construção de infraestruturas e no fornecimento de equipamentos essenciais, permitindo que os grupos desportivos se desenvolvam com maior rapidez.

O município conta também com conselhos municipais de juventude e do desporto que fortalecem os laços com a comunidade local, promovendo o diálogo entre a autarquia e os agentes desportivos locais.

A Divisão da Educação, Desporto e Promoção Cultural (DEDPC) é o órgão da autarquia responsável por propor e executar as políticas municipais nas áreas de educação, desporto e cultura. Neste âmbito, tem sido implementado um programa de diversificação da prática desportiva, com o incentivo para modalidades como o futebol de salão e o basquetebol, entre outras.

Corrida do Café

A Corrida do Café é uma competição única e um grande diferencial do concelho. Este evento celebra não apenas o espírito desportivo, mas também a qualidade e a produção do café na ilha do Fogo e nos Mosteiros em particular, destacando a identidade local em relação a outras ilhas.

A competição tem chamado a atenção de visitantes nacionais e estrangeiros e faz vibrar diferentes gerações, encantando crianças, jovens e adultos. Normalmente, decorre no âmbito da realização do Festival do Café do Fogo.

Anualmente, a competição conta com a participação de cerca de 80 a 120 atletas e inclui provas femininas e masculinas e de veteranos que atraem atletas de outras ilhas e até mesmo do estrangeiro, nomeadamente países como Espanha e Portugal.

Além disso, há categorias infantis, como Sub-8 Sub-12 e Sub-14 que pro-

porcionam o envolvimento das gerações mais novas. Uma das inovações mais recentes e significativas foi a criação da Corrida do Café Paralímpica, que promoveu a inclusão de atletas com deficiência na competição.

Corridas de Cavalo

Mais recentemente, as Corridas de Cavalo, que também contam com participação feminina, ganharam expressão no concelho, sobretudo por altura das Festas do Município.

Estas corridas que, habitualmente têm lugar no antigo aeródromo dos Mosteiros, contam com a participação de cavalos muito conhecidos a nível nacional como Passadinha, Vulcão, Fradu Fra e American Dream, sendo de destacar que Passadinha e Vulcão vêm protagonizando as disputas mais acirradas. Tanto assim é que as últimas quatro edições foram vencidas alternadamente por um destes dois cavalos.

O entusiasmo dos adeptos destes cavalos contribui para um ambiente vibrante e competitivo, alimentado pela torcida dos respectivos apoiantes.

Clubes históricos do concelho

Tal como acontece nas demais ilhas e municípios do país, o futebol é, sem dúvida, a modalidade mais popular nos Mosteiros, onde Cutelinho, Nô Pintcha e Grito Povo, são alguns dos clubes que fazem sobressair o nome do município no contexto desportivo e futebolístico da ilha e do país.

O Nô Pintcha FC, fundado em 1978, é um dos clubes mais antigos e famosos do concelho e com uma longa história e tradição. Está sempre entre os principais concorrentes aos títulos regionais e nacionais.

Um outro clube histórico do concelho é o Grito Povo FC, também fundado em 1978. Apesar da sua longevidade, tem enfrentado desafios recentes, como a

despromoção ao escalão inferior, uma situação que, no entanto, os seus dirigentes e atletas contam ultrapassar com determinação e resiliência.

Por sua vez, o Cutelinho FC, fundado a 8 de Outubro de 1983, conquistou o seu primeiro título em 2002, ao vencer o Torneio de Abertura da ilha. Na temporada mais recente, disputou o título de forma renhida com o Botafogo, mas acabou por perder. Apesar disso, o clube mantém-se competitivo e determinado na luta pelos troféus.

Estádio Municipal

O principal palco das competições regionais de futebol é o Estádio Municipal Francisco José Rodrigues, inaugurado em 2010. Trata-se de uma infraestrutura multiuso, com capacidade para cerca de 1000 pessoas e que, normalmente, é a “casa” do Cutelinho e Nô Pintcha FC. É um dos quatro estádios sob a gestão da Associação Regional de Futebol do Fogo (ARFF).

Terra da Talaia Baxu e do café

Texto: Adeline Furtado
Estagiária

Mosteiros assinala o dia do município a 13 de Agosto e a data é normalmente celebrada com uma série de actividades. Para além das festividades do município, o concelho possui um vasto património histórico-cultural, como o famoso café e a Talaia Baxu, que têm sido reconhecidos como tendo potencial para a dinamização do turismo e da economia local.



Oferta cultural

As Festas do Município dos Mosteiros são o ponto alto da agenda cultural do concelho. Habitualmente, o programa inclui a tradicional Feira Agro Cultural, enquanto o Festival de Praia Lantcha encerra as celebrações. Ao longo da semana, realizam-se actividades culturais, desportivas, sociais e políticas, bem como inaugurações.

A 13 de Agosto, o município assinala o seu dia com uma Sessão Solene. Um dos momentos mais aguardados é a Corrida de Cavalos. O programa inclui ainda noites de baile popular, com artistas locais e convidados, assim como a Gala do Emigrante, Taça João de Lelé, provas de atletismo e natação, jogos de mesa, entre outros.

Turismo cultural

Tendo em conta a riqueza do património histórico-cultural, as autoridades têm trabalhado no sentido da sua valorização e preservação. O objectivo é criar as bases para

a promoção de um turismo assente nas raízes culturais. Neste âmbito, visando reforçar a identidade cultural do município e promovê-lo enquanto destino turístico, têm sido implementados projectos em áreas distintas.

Talaia Baxu: património musical

A Talaia Baxu, género musical e dançante nascido nos finais do século XIX no concelho de Mosteiros, é uma das mais fortes expressões culturais da ilha do Fogo. Com raízes populares, tornou-se símbolo identitário da comunidade, reflectindo sentimentos de saudade, quotidiano e histórias do povo.

Artistas como Minó de Mámá, Botista Lima, Bina Manzinha, José Laço e o grupo Os Apolos deram visibilidade ao estilo, que ganhou espaço internacional a partir da década de 1970. Hoje, músicos como os Mendes Brothers e Bocarron continuam a difundir o legado.

Em 2023, foi instituído o Dia Nacional da Talaia

Baxu, celebrado a 1 de fevereiro, data de nascimento da cantora Bina Manzinha, em reconhecimento à importância histórica e cultural deste género musical.

Centro Cultural de Talaia Baixo

O Centro Cultural de Talaia Baixo é uma das estruturas emblemáticas dos Mosteiros. Foi criado pela Câmara Municipal, com o objetivo de valorizar e preservar a cultura e história do género musical, incentivando a sua prática e composição, principalmente entre os jovens.

No entanto, o espaço tem enfrenta desafios de adaptação. O Governo comprometeu-se a apoiar a autarquia no redesenho do espaço, para o tornar mais adequado para actividades culturais e conferências.

Museu do Café

Outro marco é o Museu do Café do Fogo, inaugu-

rado a 18 de Maio de 2021, que materializa a primeira fase de um projeto mais amplo de valorização deste produto local. Instalado no antigo centro de saúde de Mosteiros, o museu expõe peças ligadas à história e cultura do café e pretende afirmar-se como ponto turístico de referência internacional. O município, conhecido como "Casa do Café do Fogo", tem apostado em parcerias, incluindo com o Museu do Café de São Paulo, para integrar o circuito mundial de festivais dedicados a este produto.

Sabores do café e do milho

A gastronomia dos Mosteiros mantém uma ligação profunda à terra. O milho é o ingrediente central em pratos como a cachupa, a djagacida (feita com feijão, couve e peixe ou carne), o rolom e a feijoada de feijão congo.

No pequeno-almoço tradicional, não podem faltar o café acompanhado de cachupa ou djagacida refoçada, batata-doce assada, queijo de terra, batanquinha e camoca.

O café, considerado um dos melhores do mundo, ocupa lugar de destaque na gastronomia local. O café do morgadio de Monte Queimado já foi distinguido várias vezes a nível internacional, sendo uma das maiores propriedades de produção de café da ilha do Fogo.

Apesar dos indícios de uma diminuição da produção do café no concelho, há quem ainda invista no setor. É o exemplo da Fogo Coffee Spirit Ltda., que planeia investir 52,5 mil contos na revitalização da produção, com a plantação de 200 mil árvores, indústria de torrefação e pontos de venda, visando reforçar a exploração do café como marca turística local.



Museu do Café do Fogo


HISTÓRIA EM DESTAQUE

Um município pequeno, marcado pela resiliência

Texto: Ilda Fortes

Apesar de ser um dos municípios mais pequenos de Cabo Verde, tanto em área geográfica como em população, Mosteiros assume-se como um concelho com uma grande importância para a ilha e para o país. A sua história é marcada pela resiliência e resistência das suas gentes, que se empenham em explorar as potencialidades do município, com destaque para a cultura do café, cuja história se confunde com a do próprio concelho.

As raízes administrativas do território dos Mosteiros remontam ao início do século XX. Em 1917, através do Decreto nº 3108B (Carta da Província de Cabo Verde), foi criado o Concelho Irregular dos Mosteiros, com sede na povoação da Igreja, atualmente cidade dos Mosteiros, e que incluía a freguesia de Nossa Senhora da Ajuda. Contudo, devido à insuficiência de estrutura administrativa e pessoal qualificado, foi extinto em 1923.

Em 1935, foi estabelecido o Posto Administrativo dos Mosteiros, que vigorou até 1962, quando foi extinto. Uma nova tentativa ocorreu em 1974, quando o Governo da Província criou o concelho dos Mosteiros, mas a sua implementação não chegou a ocorrer.

A persistência culminou na efetiva criação do município em 1991, por meio da Lei nº 23/IV/91, de 30 de Dezembro, que entrou em vigor em 2 de Janeiro de 1992. A antiga povoação de Igreja foi elevada à categoria de vila e estabelecida como sede do novo município. É ela que serve de sede à freguesia única, Nossa Senhora da Ajuda, cuja data de celebração, 15 de Agosto, coincide com o dia do município.

Geografia e clima peculiares

O município dos Mosteiros fica localizado a cerca de 50 quilómetros de São Filipe, pela via sul, que passa pelo município de Santa Catarina,



e a aproximadamente 35 km pelo norte. É limitado ao sul por Santa Catarina do Fogo, a oeste e noroeste por São Filipe, sendo banhado pelo Oceano Atlântico a norte e leste.

No que se refere ao território, ocupa cerca de 85 km², distribuídos por 17 localidades, equivalente a cerca de 18 % da ilha do Fogo e aproximadamente 2 % do território nacional. Neste âmbito, Mosteiros é um dos municípios com menor extensão territorial do país, ocupando uma área muito reduzida. A nível da demografia, dados de 2016 indicam que o município tem uma população residente de 9336 habitantes, correspondendo a cerca de 26 % da população da ilha, sendo a maioria jovens.

Em termos geográficos, é caracterizado por um relevo acidentado, montanhoso e fértil, resultado de lavas vulcânicas. A nível climático, possui algumas particularidades devido aos diversos microclimas no seu território.

Na parte baixa, junto ao mar, predominam terrenos de lava vulcânica, vestígios da erupção de 1951 do Vulcão do Fogo. Na zona alta, o clima é mais fresco e a paisagem é dominada pela fruticultura e pelos cafezais.

Café e vinho como motores do desenvolvimento local

Devido à peculiaridade do seu clima, a economia do município dos Mosteiros é, tradicionalmente, agrícola. A história do município está, irremediavelmente, ligada à cultura do café que, a par do vinho, são considerados os principais motores do desenvolvimento local.

A história do café no concelho remonta ao século XVIII, quando foi introduzida a cultura do café da espécie “*coffea arábica*”, com produção 100% biológica, na localidade de Monte Queimado, aproveitando as potencialidades do solo vulcânico e do microclima das encostas do concelho.

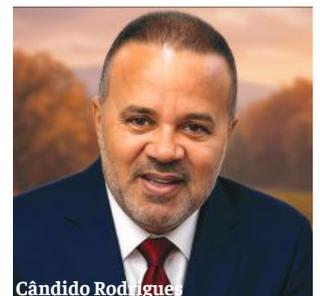
A qualidade do café produzido começou a ser reconhecida no início do século XX, com prémios internacionais em 1917 e 1918, em feiras agrícolas na cidade da Praia, e em 1934 na Exposição Colonial na cidade do Porto, em Portugal, sendo considerado o melhor café do império português. A partir daí, ganhou fama mundial e, em 1954, recebeu mais uma distinção na Índia.

Hoje, a produção do café no concelho é mais reduzida, mas a sua qualidade continua a ser reconhecida a nível nacional e internacional, e tem-se procurado preservar a sua história.

Défice de transportes condiciona desenvolvimento

Historicamente, os mosteirenses têm apostado na exploração do potencial do vinho e do café locais, não obstante os constrangimentos para a comercialização

devido às limitações em termos de transportes. Para o mosteirenses Cândido Rodrigues, a situação agravou-se com o encerramento do porto e do aeródromo local, há cerca de 30 anos. “Mosteiros tinha uma dinâmica em termos de pequenos negócios e havia uma grande movimentação de produtos agrícolas. Depois, ficou dependente de São Filipe em termos de transportes e os investimentos foram afetados”, ressalta. Apesar disso, realça o “espírito de solidariedade” dos emigrantes, que investem na ilha, contribuindo assim para o desenvolvimento da economia local.



Cândido Rodrigues

Onde o património natural molda a identidade cultural

Texto: Ilda Fortes

Fotos: Câmara Municipal dos Mosteiros

O município dos Mosteiros é um dos cartões-postais da ilha do Fogo, onde a identidade cultural e a natureza se fundem. O território é envolto pela geografia vulcânica, caracterizada pela natureza exuberante e pela resiliência histórica. Esses elementos criam um rico património natural que molda a identidade cultural e as tradições do município.

Entre o mar e as montanhas, Mosteiros tem peculiaridades geográficas e climáticas e uma impressionante diversidade de paisagens exuberantes, onde vales profundos e solos férteis negros se cruzam com terrenos acidentados e montanhosos. É neste âmbito que se enquadra o projeto das “7 maravilhas naturais” dos Mosteiros, cuja lista inclui praias de areais negros, montes, florestas com vegetação ancestral, cafezais e grutas. Um dos pontos mais emblemáticos é a Floresta de Monte Velha, que se destaca como o maior perímetro florestal da ilha do Fogo e um dos maiores do país.

Café: o orgulho geocultural

A cultura do café tem moldado a história económica e muitas das tradições culturais do município, com forte impacto na identidade cultural da região. Cultivado em solos vulcânicos a altitudes elevadas, o Café do Fogo é o orgulho geocultural do concelho. O produto, orgânico, é caracterizado pelo sabor intenso e pela baixa acidez, fruto de técnicas artesanais transmitidas por várias gerações.

A sua fama, com distinções a nível internacional, nasceu em Monte Queimado, cujas terras conservam equipamento, maquinaria e utensílios das décadas



de 1930 e 1940. Esse legado material sustenta um núcleo museológico que narra os processos, as pessoas e o tempo do café. O Museu do Café é um dos principais projetos do concelho a nível cultural, com o objetivo de preservar e valorizar a história, a memória e identidade local, e o impacto da cultura do café na notoriedade do município.

Eventos que celebram raízes e futuro

A identidade e riqueza cultural do concelho dos Mosteiros têm sido potenciadas com a realização de uma série de eventos, que cruzam tradição e modernidade, celebrando as raízes e tradições culturais, com uma perspetiva de as potenciar como polos de atração turística e de desenvolvimento económico.

Um dos mais emblemáticos é o Festival do Café do Fogo, que é um encontro cultural, social e económico. Instituído em 2014, o evento é realizado

anualmente, com o objetivo de celebrar a tradição da cultura do café na região e ocorre durante a época de colheita do café, normalmente em abril. A iniciativa reúne produtores, empresários, especialistas e público em geral, com atividades culturais e desportivas, workshops e conferências, onde se destaca a tradicional Corrida do Café. O evento tem-se assumido como uma importante plataforma para valorizar e promover o café como bem cultural e marca dos Mosteiros, atraindo muitos visitantes.

Além do café, o género musical Talaia Baxu, é uma das mais icónicas expressões culturais do concelho e da ilha. Historicamente, acredita-se que tenha surgido nos Mosteiros, sendo o seu nome uma referência à localidade de Atalaia. O género tem sido gravado por artistas da ilha, que mantém viva a tradição. O vigor cultural dos Mosteiros estende-se também ao artesanato, com a rea-

lização de feiras locais, e à literatura, através do “Beco Literário”.

Um município devoto

No ciclo festivo do concelho, não faltam as tradições das Festas das Bandeiras. A principal festa da região é a celebração da padroeira local, Nossa Senhora da Ajuda, a 15 de Agosto, que coincide com o Dia do Município. Durante as celebrações, são realizadas as Festas do Município, nas quais missas, cânticos e cortejos religiosos convivem com um programa

diversificado de atividades culturais e desportivas.

Sendo um município devoto, Mosteiros celebra vários santos populares ao longo do ano, embora algumas festas tenham perdido expressão nos últimos anos. De referir as celebrações de São Sebastião (20 de janeiro), São José (19 de março), Santa Cruz e Bandeira de Deus (3 de maio), São Filipe (11 de maio), Nossa Senhora de Fátima (13 de maio) e Santa Tita (22 de maio), Santo António (13 de junho), São João Baptista (24 de junho), São Pedro (29 de junho), São Paulinho (julho), Nha Sant’ Ana (último domingo de julho) e Nossa Senhora da Conceição (8 de dezembro).

Em resumo, o concelho dos Mosteiros é um território com fortes tradições, onde a natureza vulcânica, o café emblemático, a religiosidade, as festas populares e a cultura se entrelaçam em narrativas que celebram o passado, reinventam o presente e projetam o futuro.



Depósito crescente

5.0 Especial Independência



Para continuar a celebrar com quem confia em nós, **lançamos uma nova campanha, o Depósito 5.0 Especial Independência, com taxas crescentes até 5% a.a.**

Um depósito a prazo com uma taxa progressiva que cresce com o tempo — tal como o país que celebramos.

Constituição: 09 de julho a 31 de agosto | Prazo: 3 anos | Montantes: de 50.000 a 15.000.000 CVE | Exclusivo para fundos frescos e limitado ao stock disponível.

BAI Cabo Verde A independência celebra-se com vitórias. As vitórias conquistam-se **aqui**.

www.bancobai.cv

Classificados



ANÚNCIO DE CONCURSO PÚBLICO Concurso Público Nº 02_DGPOG-CHGOV/2025

1. Entidade Adjudicante

A Chefia do Governo, comunica os interessados que se encontra aberto, a partir da data de publicação do presente anúncio, o concurso público referência Nº02_DGPOG-CHGOV/2025.

2. Entidade responsável pela condução do procedimento

A **Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão (DGPOG)**, sito na Avenida Cidade Lisboa, Várzea, Cidade da Praia, Código Postal nº304, contacto (238) 333-1319 - 2610379.

3. Objeto do Concurso

O presente procedimento tem por objeto aquisição de 5 (cinco) viaturas elétricas e 3 (três) a combustão para a Chefia do Governo e 1 (um) viatura elétrica para o Ministério da Coesão Territorial.

4. Prazo de Execução do Contrato

O contrato inicia a sua vigência após a assinatura do contrato e mentem - se em vigor até à conclusão da entrega e aceitação das viaturas.

5. Obtenção dos documentos

Os Documentos do presente procedimento estarão disponíveis na Plataforma Eletrónica da Contratação Pública (PECP), através do site <https://www.mf.gov.cv/web/ecompras>.

6. Requisitos de admissão:

Podem ser admitidos as empresas nacionais que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 70.º do Código de Contratação Pública.

7. Prazo e modo de apresentação de propostas

As propostas devem ser entregues em versão eletrónica, através da Plataforma Eletrónica da Contratação Pública, até às **23:59 horas, do dia 25 de agosto de 2025**.

8. Prazo de manutenção das propostas

Os concorrentes ficam vinculados à manutenção das propostas pelo prazo de **60 (sessenta)** dias contados da data limite para a sua entrega.

9. Critério de adjudicação

A avaliação é feita, segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa.

10. Ato público de abertura de propostas

Procede-se em ato público, à abertura dos invólucros recebidos na Plataforma Eletrónica da Contratação Pública, pelas **09:00 horas do dia 26 de agosto de 2025**, na sala de reunião da DGPOG, no Palácio do Governo sito em Várzea, Cidade da Praia, podendo no mesmo intervir todos os concorrentes e os representantes dos concorrentes devidamente credenciados.

11. Identificação do autor do anúncio: DGPOG da Chefia do Governo.

12. Lei aplicável ao procedimento

Aplica-se o Código da Contratação Pública (CCP) Lei nº 88/VIII/2015, de 14 de abril e o Regime Jurídico dos Contratos Administrativos (RJCA) Decreto-Lei nº 50/2015, de 23 de setembro.

A Diretora Geral
/Dr.ª Elisângela Vieira/
Praia, 06 de agosto de 2025



MOAVE - Moagem de Cabo Verde, SA

Nota imprensa

Face à violência das chuvas que recentemente caíram nas ilhas de São Vicente, Santo Antão e São Nicolau, a MOAVE - MOAGEM de Cabo Verde expressa a sua mais sincera solidariedade com a população afetada, em especial com as famílias enlutadas e com todos os que sofreram perdas materiais, devido a esta calamidade.



SOCIEDADE INTERBANCÁRIA E SISTEMAS DE PAGAMENTOS

A SISP – Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, S.A vem por este meio tornar público que pretende alienar, pela melhor proposta apresentada, as seguintes viaturas:

MATRICULA	MARCA	MODELO	ANO FABRICO	KM	CENTRO
ST-23-SI	Renault	Kangoo	2018	95000	Sal/Espargos
ST-36-TI	Renault	Kangoo	2018	84100	Sal/Espargos
ST-22-SI	Renault	Kangoo	2018	70500	Praia
ST-40-SZ	Renault	Kangoo	2018	58686	Praia
ST-26-SI	Renault	Kangoo	2018	110930	Praia

As condições do concurso devem ser consultadas no site da SISP, www.sisp.cv, ou solicitada através do email concurso_alienacao@sisp.cv.

As propostas deverão ser entregues até 24/08/25, inclusive.



EMPRESA NACIONAL DE AEROPORTOS E SEGURANÇA AÉREA- SA
SEDE – AEROPORTO INTERNACIONAL AMÍLGAR CABRAL
ILHA DO SAL – REPÚBLICA DE CABO VERDE

ANÚNCIO DE CONCURSO

A ASA- Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A. pretende selecionar e admitir 10 candidatos para a participação na **FORMAÇÃO DE CONTROLADORES DE TRÁFEGO AÉREO** - Curso inicial de Controladores de Tráfego Aéreo, Curso de Controlo de Aeródromo, Curso de Controlo de Aproximação por Vigilância e Curso de Controlo de Área por Vigilância.

- Os candidatos deverão preencher os seguintes requisitos:
 - Habilitações literárias no mínimo o 12º ano de escolaridade;
 - Idade mínima de 21 anos (a completar até 31 de dezembro de 2025) e máxima de 29 anos;
 - Disponibilidade para participar na formação (mínimo 30 semanas);
 - Ter domínio da língua Inglesa - Oral e Escrita, nível B2;
 - Ter nacionalidade cabo-verdiana;
 - Ter disponibilidade para trabalhar em regime de turnos, incluindo aos finais de semana e feriados, com cobertura de 24 horas diárias, todos os dias da semana;
 - Disponibilidade imediata para trabalhar em qualquer Órgão do Controlo de Tráfego Aéreo do País.

- O presente concurso rege-se pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª (OBJETO)

- O concurso público tem como finalidade a seleção de 10 candidatos para ingressar na Formação de Controladores de Tráfego Aéreo - Curso inicial de Controladores de Tráfego Aéreo, Curso de Controlo de Aeródromo, Curso de Controlo de Aproximação por Vigilância e Curso de Controlo de Área por Vigilância.
- Tem ainda por objeto a contratação, como Controladores de Tráfego Aéreo da ASA, os formandos que terminarem com sucesso a Formação de Controladores de Tráfego Aéreo - Curso inicial de Controladores de Tráfego Aéreo, Curso de Controlo de Aeródromo, Curso de Controlo de Aproximação por Vigilância e Curso de Controlo de Área por Vigilância.

Cláusula 2ª (PRINCÍPIOS)

O concurso obedece aos princípios da publicidade, transparência, concorrência, rigor, mérito, igualdade de condições e de oportunidade para todos os candidatos, da objetividade, neutralidade e imparcialidade.

Cláusula 3ª (BREVE DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO DE CONTROLADOR DE TRÁFEGO AÉREO)

O Controlador de Tráfego Aéreo no desempenho das suas funções é responsável pela prestação de serviços de Controlo de Tráfego

Aéreo designadamente:

- Assegurar a segurança das aeronaves e dos seus ocupantes sob a sua direta responsabilidade;
- Planear, dirigir e coordenar o fluxo de tráfego aéreo na área da sua responsabilidade (FIR/UIR, TMA, e área de manobra e vizinhança do aeródromo) de modo a manter um fluxo seguro, ordenado e expedito do tráfego aéreo;
- Evitar colisões entre aeronaves e obstáculos na área de manobra, utilizando meios convencionais e eletrónicos de comunicações e vigilância segundo conceitos de CNS/ATM, da ICAO e AAC (radar, ADS/CPDLC, fitas de progresso de voo, lanternas de sinais, artificios pirotécnicos etc.);
- Manter como mínimo o nível 4 (quatro) de proficiência em língua inglesa como definido pela ICAO.

Cláusula 4ª (CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE DOS CANDIDATOS PARA A FORMAÇÃO)

Para que um candidato seja elegível para a formação terá que cumprir os seguintes requisitos:

- Habilitações literárias no mínimo o 12º ano de escolaridade;
- Idade mínima de 21 anos (a completar até 31 de dezembro de 2025) e máxima de 29 anos;
- Disponibilidade para participar na formação (duração mínima 30 semanas);
- Ter domínio da língua Inglesa - Oral e Escrita, nível B2;
- Ter nacionalidade cabo-verdiana;
- Ter disponibilidade para trabalhar em regime de turnos, incluindo finais de semana e feriados, com cobertura de 24 horas diárias, todos os dias da semana;
- Disponibilidade imediata para trabalhar em qualquer Órgão do Controlo de Tráfego Aéreo do País.

Cláusula 5ª (APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURA)

O período para apresentação das candidaturas decorrerá entre as **05h00 (horário de Cabo Verde) do dia 25 de agosto de 2025 até as 23h59 (horário de Cabo Verde) do dia 08 de setembro de 2025**, impreterivelmente.

Cláusula 6ª (DOCUMENTAÇÃO REQUERIDA)

- Para a realização da candidatura, será necessário o preenchimento do formulário de candidatura através do link <https://>



www.senasa.es/cabo_verde, conforme as datas de início das candidaturas, referenciadas na Cláusula 5ª.

2. Devem ser apresentados os seguintes documentos, quando solicitados aos candidatos antes da formação:
 - Documento de identificação válido (Bilhete de Identidade, Cartão - Nacional de Identificação ou Passaporte);
 - Certificado do 12º ano de Escolaridade;
 - Certificado de Aptidão médica;
 - Currículo Vitae;
 - Registo Criminal;
 - Cadastros da Polícia Nacional e Judiciária.
3. Se em qualquer fase, durante o processo, se constatar que foram fornecidos dados falsos, o candidato será excluído do processo.

Cláusula 7ª

(FASES DO PROCESSO DE SELEÇÃO)

1. O processo de seleção para a formação decorrerá nas seguintes fases:
 - 1.1 Verificação e validação das candidaturas para admissão ao processo de seleção:
 - Os candidatos serão classificados como “admitidos ao processo de seleção” ou “não admitidos ao processo de seleção”, dependendo de cumprirem ou não os requisitos do processo;
 - Serão admitidos os primeiros 170 candidatos que apresentem candidatura válida e que cumpram integralmente os critérios de elegibilidade definidos no presente procedimento;
 - A lista dos candidatos admitidos será disponibilizada no website do SENASA.
 - 1.2. Testes do processo de seleção:
 - Fase 1 - Teste de Inglês;
 - Fase 2 – Teste psicotécnico e de personalidade;
 - Fase 3 - Teste oral em inglês e entrevista de personalidade.
2. Detalhes do processo de seleção
 - 2.1 Local e data dos testes do processo de seleção:
 - Serão identificados locais nas ilhas de Sal, Santiago, São Vicente e Madrid para a realização dos testes de inglês e psicotécnicos (Fase 1 e 2);
 - Os candidatos devem indicar, no ato de candidatura, o local de exame escolhido para a realização das provas e receberão as instruções com a data, a hora e o local dos exames;
 1. - As indicações acerca do local do exame serão disponibilizadas nas listas de admissão, publicadas no website do SENASA https://www.senasa.es/cabo_verde.
 - 2.2 Apresentação dos candidatos ao processo de seleção:
 - Os candidatos devem apresentar-se para as provas no dia e hora indicados;
 - Os candidatos que não comparecerem no local do exame, no dia e hora indicados, serão excluídos do processo de seleção.
 - 2.3 Identificação dos candidatos e apresentação dos documentos:
 - Todos os candidatos devem identificar-se devidamente antes

do início do teste, apresentando o bilhete de identidade, cartão nacional de identificação ou passaporte válido;

- Serão solicitados aos candidatos os documentos necessários para a realização dos testes.

2.4 Os candidatos que não apresentarem os documentos solicitados válidos serão excluídos do processo de seleção.

2.5 Testes do processo de seleção:

- Todas as fases do processo de seleção serão eliminatórias, significando que a avaliação do candidato como “NÃO APTO” em qualquer uma das fases do processo será fator eliminatório no processo de seleção;

1. - As listas com os candidatos “APT”, assim como o dia, hora, informação sobre o local e instruções para o próximo teste serão publicados no website do SENASA https://www.senasa.es/cabo_verde;

- Cada uma das provas serão realizadas em dias diferentes, com exceção da prova oral de inglês e da entrevista de personalidade (Fase 3), que terão lugar no mesmo dia e será em formato online.

2.6 Conteúdo dos testes:

- Fase 1 - Teste de inglês, concebido para avaliar o nível de gramática e conhecimento da língua inglesa, de acordo com os níveis padrão internacionais B2 – C1. (Presencial);

- Fase 2 - Teste psicotécnico e de personalidade, os candidatos serão submetidos a um conjunto de testes que determinarão as capacidades dos candidatos para realizar o Trabalho de Controlador de Tráfego Aéreo, tais como a capacidade de concentração, memória, capacidade espacial, atenção e velocidade perceptiva. (Presencial);

- Fase 3 - Teste oral em inglês e entrevista de personalidade tem como objetivo avaliar o grau de adaptação dos candidatos às características e requisitos pessoais dos Controladores de Tráfego Aéreo de Torre. (Online).

3. Os exames nas fases acima indicadas, não serão realizados em dias consecutivos, de modo que o teste seguinte só será agendado, quando os resultados do teste anterior forem conhecidos.

Cláusula 8ª

(MODALIDADE DE FORMAÇÃO)

A formação será realizada através da modalidade online e presencial em Espanha, Cidade de Madrid.

Cláusula 9ª

(DURAÇÃO E LOCAL DE FORMAÇÃO)

A Formação de Controladores de Tráfego Aéreo - Curso inicial de Controladores de Tráfego Aéreo, Curso de Controlo de Aeródromo, Curso de Controlo de Aproximação por Vigilância e Curso de Controlo de Área por Vigilância, terá a duração de, aproximadamente 30 semanas e, será realizada online e nas instalações do SENASA, em Madrid, com início previsto para o mês de outubro de 2025.



Cláusula 10ª

(ACORDO DE FORMAÇÃO)

A ASA e os 10 candidatos celebram um acordo considerando que:

- A ASA poderá, a todo o momento, por razão exclusiva do seu interesse ou conveniência, fazer cessar ou suspender as ações de formação objeto do acordo, sem se constituir, pelo facto, e, qualquer obrigação de compensação ou indemnização ao formando, devendo, para o efeito, fazer-lhe uma comunicação simples subscrita pela Direção de Recursos Humanos;
- Se o motivo da cessação do acordo de formação entre a ASA e o formando decorrer do absentismo injustificado do formando, de abandono deste das ações de formação, ou outro que seja imputável, o mesmo constitui-se na obrigação de indemnizar a ASA pelo valor de 100% valor da formação;
- Em caso de recusa ou impossibilidade, por parte do formando selecionado para a celebração do contrato de trabalho, o mesmo deverá indemnizar a ASA pelos encargos decorrentes das ações de formação ministradas no montante de 100% do valor da formação.

Cláusula 11ª

(SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO)

1. Durante a formação, os formandos são submetidos à avaliação teórica e prática sobre as matérias que constituem o conteúdo programático da formação com a classificação de 0 a 100%.
2. Finda a formação procede-se à classificação dos formandos, da seguinte forma:
 - Para o Curso de Controlo de Aeródromo atribui-se uma ponderação de 20% para a Formação Básica de teoria e de 80% para Formação de Habilitação de Torre ADC;
 - Para o Curso de Controlo de Aproximação por Vigilância e Curso de Controlo De Área por Vigilância atribui-se a ponderação de 100%.
3. A pontualidade e assiduidade serão controladas através de lista de presenças diárias a serem assinadas pelos formandos, refletindo o seu incumprimento na avaliação final.

Cláusula 12ª

(CLASSIFICAÇÃO FINAL)

1. Finda cada formação procede-se à classificação final dos formandos, a qual resulta da ponderação em 90% (avaliação operacional) e 10% (pontualidade e assiduidade).

Cláusula 13ª

(CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE PARA A CONTRATAÇÃO)

1. A ASA contratará os formandos desde que cumpram os seguintes requisitos/documentação:
 - Idade entre os 21 anos e os 30 anos;
 - Certificado da Formação de Controladores de Tráfego Aéreo Curso inicial de Controladores de Tráfego Aéreo, Curso de Controlo de Aeródromo, Curso de Controlo de Aproximação

- por Vigilância e Curso de Controlo de Área por Vigilância;
- Certificado Médico de Classe 3 Válido;
- Certificado de proficiência em língua inglesa, com nível mínimo 4;

2. Os custos inerentes aos exames e a documentação exigida é da responsabilidade do formando.

Cláusula 14ª

(TERMO DE COMPROMISSO)

O termo de compromisso consiste em um acordo entre a ASA e os formandos prevendo períodos mínimos de permanência e eventuais compensações em caso de saída precoce:

- A ASA compromete-se a assegurar os custos da formação, apoio logístico e subsídios associados;
- Em contrapartida ao investimento da ASA, o(a) Formando(a) compromete-se, caso venha a ser contratado(a) pela ASA, a manter vínculo contratual por um período mínimo de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de início do contrato de trabalho;
- Caso o(a) Formando(a), por sua iniciativa, venha a rescindir o contrato de trabalho antes do término do período estipulado, 60 (sessenta) meses compromete-se a restituir à ASA o valor proporcional ao tempo não cumprido;
- Estão isentos da compensação os casos de cessação contratual por:
 - Iniciativa da ASA sem justa causa;
 - Situações de força maior comprovadas como doença grave;
 - Acordo mútuo entre as partes com dispensa expressa de compensação.

Cláusula 15ª

(REGIME DE CONTRATO, REMUNERAÇÃO, DISPONIBILIDADE E LOCAL DE TRABALHO)

- Regime de contrato alinhado às práticas vigentes na empresa;
- Remuneração atrativa, nos termos da tabela salarial vigente na ASA e demais regalias vigentes na empresa;
- Os candidatos devem ter disponibilidade imediata para integrar na equipa da ASA;
- O local de trabalho será em qualquer das estruturas da ASA.

Cláusula 16ª

(CONTATOS DO CONCURSO)

Para quaisquer questões relacionadas com este processo, queira contactar qualquer um dos seguintes endereços eletrónicos:

- infocontrol@senasa.es
- recrutamentodrh@asa.cv

Cláusula 17ª

(VALIDADE DO CONCURSO)

O concurso é válido por um período de 3 (três) anos, a partir da seleção final dos candidatos na formação.

Ilha do Sal, 13 de Agosto de 2025

ASA - AEROPORTOS E SEGURANÇA AÉREA
DIREÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
Tel.: (238) 2419200
Fax: (238) 2411323
P.O. Box Nº 58


Direção de Recursos Humanos





Ministério
da Educação

Inspeção-Geral da Educação

AVISO

Nos termos do parágrafo único do artigo 63º do Decreto-Legislativo nº 8/97, de 8 de Maio (que altera o Estatuto Disciplinar dos Agentes da Administração Pública), é citado o arguido, **Waldir Monteiro Varela**, Professor do Ensino Básico Nível I, em exercício de funções na Delegação do ME de Santa Catarina - Santiago, ausente em parte incerta, de que tem um prazo de trinta dias contados a partir do oitavo dia posterior à data de publicação deste aviso, para se defender em processo disciplinar que corre os seus termos na Inspeção Geral da Educação, por presumível abandono de lugar.

Inspeção Geral da Educação, 24 de julho de 2025.

O Instrutor

/Manuel Jesus Furtado Correia Barros /

Palácio do Governo, CP no 111 Várzea, Cidade da Praia,
República de Cabo Verde [Tel. 3331165 / 3331218



Ministério da Agricultura
e Ambiente
Direção Nacional do Ambiente

ANÚNCIO

“COLONIAL AMBIENT HOTEL”

ILHA DO FOGO

A Direção Nacional do Ambiente torna público que no âmbito do Decreto – Lei 27/2020, de 19 de março, que estabelece o regime jurídico de Avaliação de Estudos de Impactes Ambientais dos projetos públicos ou privados suscetíveis de produzirem efeitos no ambiente, no seu artigo 15º - participação pública, encontra-se à disposição do público em geral o Estudo de Impacte Ambiental do projeto denominado “ **COLONIAL AMBIENT HOTEL**” do **proponente GRUPO ZEBRA TRAVEL** para conhecimento, consulta e comentários dos interessados. O referido Estudo encontra-se dentro das horas normais de expediente, de 31 de julho a 11 de setembro nos seguintes locais:

– Localizado em Chã de Areia;
- Câmara Municipal de Santa Catarina do Fogo;
- Delegação do Ministério da Agricultura e Ambiente Fogo.

Obs: Os comentários, questões ou outros contributos escritos poderão ser entregues pessoalmente na Direção Nacional do Ambiente/Delegações ou enviados para o contato eletrónico: rosiana.semedo@maa.gov.cv com conhecimento de Celestino.Barbosa@maa.gov.cv

Cidade da Praia, 07 de agosto de 2025

A Diretora Nacional do Ambiente

- www.maa.gov.cv;
- Página de Facebook do Ministério da Agricultura e Ambiente;
- Direção Nacional do Ambiente

/ Ethel Fernandes Rodrigues /



Anúncio de concurso público nº 07/CMS/2025 Contratação de uma empresa de auditoria financeira externa

- Entidade Adjudicante:** Câmara Municipal do Sal
- Órgão competente para a decisão de contratar e órgão competente para autorizar despesa:** Câmara Municipal do Sal
- Entidade responsável pela condução do procedimento** Direção de Contratação Pública da Câmara Municipal do Sal e o Gabinete de Auditoria Interna
- Financiamento:** As despesas inerentes à celebração do contrato são financiadas e cabimentadas pelo Orçamento Municipal.
- Objeto do Concurso:** contratação de uma empresa de auditoria financeira para auditar as contas da CMS, designadamente, os balancetes, a conta de gerência, a contabilidade e todos os processos de pagamentos realizados pela CMS.
- Local da execução do contrato:** Espargos – Sal
- Obtenção dos documentos do concurso:** O documentos relativo ao presente concurso, designadamente o caderno de encargos, pode ser obtidos através da Secretaria da Câmara Municipal do Sal, entre as 8H00 às 16H00 ou através do Portal – Ecompras a partir da data deste anúncio até ao último dia para apresentação da proposta.
- Requisitos de admissão:** Podem ser admitidos os interessados com nacionalidade, sede ou estabelecimento principal na República de Cabo Verde que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo [70.º] do Código da Contratação Pública.
- Modo de apresentação das propostas:** As proposta devem ser entregues na sede da Câmara Municipal do Sal, Largo do Hotel Atlântico, cidade Espargos, ilha do Sal, Cabo Verde ou por correio registado com aviso de receção para o endereço: Câmara Municipal do Sal, CP 141, Cidades Espargos ilha do Sal, Cabo Verde.
- Língua em que devem ser redigidas as propostas, bem como os documentos que as acompanham:** língua portuguesa
- Data de apresentação de propostas:** Os interessados devem entregar as propostas até o dia 08 de setembro de 2025.
- Prazo de manutenção das propostas:** Os concorrentes ficam vinculados à manutenção das propostas pelo prazo de 60 dias.
- Critério de adjudicação:** O critério de adjudicação é o *do preço mais baixo*.
- Ato público:** O ato público de abertura das propostas tem lugar no Paços do Concelho, Câmara Municipal do Sal, salão nobre, dia 9 de setembro de 2025, 10H00 podendo no mesmo intervir todos os concorrentes e os representantes dos concorrentes devidamente credenciados para o efeito.
- Lei aplicável ao procedimento:** lei nº 88/VIII/2015 de 14 de abril e Regime jurídico de Contratos administrativos (RJCA) Lei nº 20/2015 de 23 de setembro.

Sal, Espargos, 08 de Agosto de 2025.

Presidente da Câmara Municipal do Sal

/Julio António Lopes dos Reis/

Programme CVE/389
Programme Eau et Assainissement

**AVIS D'APPEL À MANIFESTATIONS D'INTÉRÊT N° CVE/389-25
8244**

Titre : Recrutement d'un consultant individuel pour organiser, réaliser et faciliter les activités de formation en IEC dans 52 écoles du programme PromoSan

Montant maximal : 28 000 EUR - Délai d'exécution de 06 mois

LuxDev, l'agence luxembourgeoise pour la Coopération au développement lance un Appel à manifestations d'intérêt (AMI) pour l'acquisition de services de **Recrutement d'un consultant individuel pour organiser, réaliser et faciliter les activités de formation en IEC dans 52 écoles du programme PromoSan** pour le compte du programme CVE/389 financé avec des fonds des gouvernements de la République du Cabo Verde et du Grand-Duché du Luxembourg.

Les opérateurs économiques invités à manifester leur intérêt à fournir les services précités sont spécialisés dans l'organisation, mise en œuvre et facilitation d'actions de formation éducative.

À titre indicatif, les opérateurs économiques intéressés devront démontrer leur capacité technique et leur expérience en organisation, mise en œuvre et animation d'actions de formation à visée éducative, avec un minimum de trois (3) ans d'expérience avérée, de préférence dans les domaines de la sensibilisation et du changement de comportement liés à l'eau, à l'hygiène et à l'assainissement, ainsi qu'une bonne maîtrise des méthodologies et techniques d'Information, Éducation et Communication (IEC) associées aux thématiques précitées.

Le début des services est prévu pour septembre 2025 et pour une durée de 06 mois. Les opérateurs économiques doivent être disponibles pour la période prévue et disposés à intervenir dans la région du Cabo Verde. Le budget maximum disponible pour le marché est estimé à 28 000 EUR (hors taxes).

Les opérateurs économiques intéressés sont invités à fournir la documentation nécessaire et suffisante pour répondre aux critères de sélection. Le dossier, incluant les critères de sélection et le formulaire de manifestation d'intérêt, est disponible sur simple demande à l'adresse indiquée ci-dessous.

E-mail : nathaly.santos@luxdev.lu
c/c : adilson.goncalves@luxdev.lu

La liste restreinte des candidats invités à soumettre une offre sera établie à partir d'un minimum de trois et un maximum de huit candidats évalués qualifiés, classés si nécessaire selon les critères de sélection.

Les manifestations d'intérêt, en français ou portugais, doivent parvenir par le **02.09.2025 à 10h00** (heure locale- Cabo Verde) au plus tard à l'adresse suivante:

Lien vers la boîte de dépôt :

https://luxdev1-my.sharepoint.com/:f/g/personal/nathaly_santos_luxdev_lu/EkdmDloEgnlJnB5fJOuHwmQBi2_iV-yEEAY-1D-CacsXgOA

Les demandes de clarifications sont à adresser à l'adresse e-mail ci-dessus.

Uniquement les candidats retenus sur la liste restreinte seront invités à soumettre une offre.

Les opérateurs économiques intéressés par cet AMI peuvent aussi consulter le site Web de LuxDev : www.luxdev.lu (Avis d'appel d'offres : Services - Statut : Information - Région : Afrique).

ANÚNCIO

“IMPLEMENTAÇÃO DE ATIVIDADES EDUCATIVAS E CULTURAIS EM COSTA DE FRAGATA”

ILHA DO SAL

A Direção Nacional do Ambiente torna público que no âmbito do Decreto – Lei 27/2020, de 19 de março, que estabelece o regime jurídico de Avaliação de Estudos de Impactes Ambientais dos projetos públicos ou privados suscetíveis de produzirem efeitos no ambiente, no seu artigo 15º - participação pública, encontra-se à disposição do público em geral o Estudo de Impacte Ambiental do projeto denominado “ **IMPLEMENTAÇÃO DE ATIVIDADES EDUCATIVAS E CULTURAIS EM COSTA DE FRAGATA**” do proponente **FRAGATA BEACH LDA** para conhecimento, consulta e comentários dos interessados. O referido Estudo encontra-se dentro das horas normais de expediente, de 18 de agosto a 16 de setembro nos seguintes locais:

tério da Agricultura e Ambiente;
- Direção Nacional do Ambiente
- Localizado em Chã de Areia;
- Câmara Municipal do Sal;
- Delegação do Ministério da Agricultura e Ambiente Sal.

Obs: Os comentários, questões ou outros contributos escritos poderão ser entregues pessoalmente na Direção Nacional do Ambiente/Delegações ou enviados para o contato eletrónico: rosiana.semado@maa.gov.cv com conhecimento de Celestino.Barbosa@maa.gov.cv

Cidade da Praia, 20 de agosto de 2025

W.A. Diretora Nacional do Ambiente:


/ Ethel Fernandes Rodrigues /

- www.maa.gov.cv;
- Página de Facebook do Minis-



REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE SOTAVENTO

ANÚNCIO

2.ª Publicação.

Ação Especial de Revisão e Confirmação da Sentença Estrangeira n.º 92/202

Requerente: Maria Liberdade Tavares Varela.

Requerido: David Gene Howell, maior, nascido a 22 de março de 1970, filho de David G. Howell e Marsha Ann Howell, natural dos Estados Unidos, residente em parte incerta dos Estados Unidos da América.

A Dr. Samyra Oliveira Gomes dos Anjos, Juiz Desembargadora do Tribunal da Relação de Sotavento.

Faz saber que, no processo e no Tribunal acima indicados, **correm éditos** contados da segunda e última publicação do anúncio, citando o requerido, **David Gene Howell**, maior, nascido a 22 de março de 1970, filho de David G. Howell e Marsha Ann Howell, natural dos Estados Unidos, residente em parte incerta dos Estados Unidos da América, para no prazo de **10 (dez) dias**, que começa a correr depois de finda a dilação de **45 (quarenta e cinco) dias**, querendo, deduzir oposição ao presente pedido de **Revisão e Confirmação de Sentença Estrangeira (divórcio decretado pelo Tribunal de Sucessão e Família de Norfolk Massachusetts/EUA)**, pelos factos e fundamen-

tos constantes na Petição Inicial, depositada nesta Secretaria para levantamento nas horas normais do expediente.

Mais ainda, fica advertido o requerido de que é obrigatória a constituição de Advogado nesta ação, que no caso de se opor deverá pagar o preparo inicial, no prazo de **cinco dias** a contar da data da apresentação da oposição na Secretaria, no montante de **13.000\$00**, sob pena do seu pagamento, acrescido de uma taxa de sanção igual ao dobro da sua importância (**26.000\$00**), nos termos da conjugação dos artigos 5º, 55º, al. b), 61º, al d) e 66º, do CCJ, com a advertência de que a falta deste pagamento (**39.000\$00**), implica a imediata instauração de execução especial para sua cobrança coerciva, nos termos do CCJ, e que, querendo, poderá requerer o benefício da Assistência Judiciária.

Para constar se passou o presente e mais dois de igual teor, que serão legalmente afixados.

Cidade de Assomada, aos 24 dias do mês de julho de 2025.

as do mês de ju-
A Juiz Desembargadora,
/Dr. Samyra Oliveira Gomes dos Anjos/
A Ajudante de Escrivão,
/Jaslene Cinto Barros Montelreu/

PALACIO DA JUSTICA - AVENIDA DA LIBERDADE/ASSOMADA

TEL. N.º 3338914



TRIBUNAL DA COMARCA DE SÃO FILIPE FOGO
JÚZIO CÍVEL
ANÚNCIO JUDICIAL
= N. °48/EP/TJCSF/2024/25

FAZ SABER que neste juízo correm termos uns autos de Ação Ordinária de Petição de Herança nº 168/2025, movido pelos autores: **AUTORES: DOMINGAS ANDRADE SILVA E JOVITA VIEIRA DE ANDRADE RODRIGUES**, maiores, naturais de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Concelho de São Filipe, residentes em E.U.A, representado pelo mandatário Judicial **Dr. Marcelo Pina Araújo**, com escritório e residência na cidade da praia. contra os REUS: **LAURA JOSE MENDES VIEIRA DE ANDRADE**, maior, residente e parte incerta de Dakar Senegal e contra todos **OS TERCEIROS INTERESSADOS**.

Por esta via são citados os réus- **LAURA JOSÉ MENDES VIEIRA DE ANDRADE**, e **TODOS OS TERCEIROS INTERESSADOS**, com as seguintes advertências legais.

Para no prazo de **VINTE DIAS**, depois os decorridos outros **QUARENTA E CINCO DIAS**, a contar da **segunda** e última publicação do anúncio, para contestar, querendo. os presentes autos, movidos neste Tribunal pelos Autores supra, pelos Fundamentos constantes do duplicado da petição inicial respetiva que se encontra neste cartório para lhe ser entregue logo que for solicitado, advertindo -lhe de que a falta da contestação, **importa**, a confissão dos factos articulados pelos autores. **b) De que toda a sua defesa deve ser deduzida na contestação** (art. 449º e do CPC); **c) De que é obrigatória** a constituição de advogado. **d) De que, caso contestar a acção, deverá pagar** a prepare inicial de **10.000\$00** dentro do prazo de **CINCO DIAS**, sob pena de efetua-lo acrescido da taxa de justiça de igual ao dobro dobra da sua importância (art.58º, 61º e 66º do CCJ); **e) De que, querendo e necessária** for, poderá requerer o benefício de Assistência Judiciária (arts. 5º e 55, da LAJ); **e f) De que goza ainda da faculdade de requerer á Ordem dos Advogados de Cabo Verde, através da sua sede na Praia, o benefício de Assistência Judiciária no que toca a Assistência Judicial por Advogado, dentro do prazo de DOIS DIAS** úteis, a contar da citação, apresentando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica, e podendo aquela instituição ser contactada por telefone e por fax.

Cidade de São Filipe, aos 29 julho de 2025

O Juiz de Direito,
Paulo Jorge Santos Aires

Ajudante Escriva,
Emanuela Baptista Lopes de Pina



Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



EXTRATO

CERTIFICO, narrativamente para efeitos de **primeira publicação** nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei número 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 13 de Agosto de 2025, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número 12, de folha 43 a 44 verso, uma escritura de **Justificação Notarial**, na qual o senhor **Manuel Jesus dos Santos** e a senhora **Marisia Cândida Andrade Luís dos Santos**, ambos naturais da freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paul, ilha de Santo Antão, casados entre si, sob o regime da comunhão geral de bens, residente em França e Praia de Gi, Paul, respetivamente, se declaram, donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrem, dos seguintes prédios: **Um** - rústico de sequeiro com plantação de café, medindo **943,48 m2**, situado em Lombinho de Neve, Paul, confrontando do Norte e Este com Manuel Jesus dos Santos, Sul com rocha e Oeste com caminho, Rosarinha Benrós, ribeira e José Francisco, inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Santo António das Pombas sob o número **1745/0/0**, com o valor matricial de oitenta mil escudos; **Dois** - rústico de sequeiro com plantação de café e árvores de fruto, medindo **2824,88 m2**, situado em Lombinho de Neve, Paul, confrontando do Norte com António Spencer Andrade, Sul e Este com rocha e Oeste com caminho, Rosarinha Benrós, ribeira e José Francisco, inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Santo António das Pombas sob o número **1747/0**, com o valor matricial de oitenta mil escudos, todos omissos no registo predial. Que, os referidos imóveis vieram à posse dos justificantes, do seguinte modo: matrizes, respetivamente, números, **1745/0 e 1747/0**, por compra feita a **Isabel Macedo Lima e Candida Macedo Lima**, em 15 de Junho de 1996, altura em que procederam ao registo das suas transmissões junto dos serviços competentes. Que, no entanto, não ficaram a dispor de título formal suficiente que lhes permite fazer os respetivos registos na Conservatória, mas desde logo entraram na posse e fruição dos imóveis, posse essa que detém sem interrupção ou ocultação de quem quer que seja, há vinte e seis anos. Que a sua posse, foi adquirida e mantida, sem violência e sem a menor oposição, ostensivamente, com o conhecimento de toda gente, de boa fé, usufruindo de todas as utilidades dos imóveis, de forma pacífica, contínua e pública, em nomes próprios e com o aproveitamento de todas as utilidades dos imóveis, quer usufruindo como tal os imóveis, quer suportando todos os encargos daí decorrentes, pelo que adquiriram os seus direitos de propriedade por usucapião, o que invocam para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

Os interessados querendo podem impugnar esta escritura no prazo de 45 dias a contar da data da segunda publicação.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paúl, 14 de Agosto de 2025.

Artº.20.4.2.....1.000\$00
Imposto de Selo200\$00
Total.....1.200\$00
(Importa em mil e duzentos escudos).
Processo nº **993578**.
Conta reg. sob o nº **202511541**.



DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, Largo Cândido Oliveira - Cidade das Pombas, CP *, Cabo Verde, Telefone +(238) 223 16 83/VOIP (333) 2160, Email: Conservatoria.Cartorio Paul@gov.cv



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA BOA VISTA
JÚZIO CÍVEL

= ANÚNCIO JUDICIAL =

Processo: Ação Declarativa Comum Ordinária nr. 66/2024-2025.

Autores: LUIS DOS REIS SPENCER e MARIA LADISMA GOMES TOMAR SPENCER.

Réus: 1º réu - **GIANNINO MARIANI**, cidadão de nacionalidade italiana, residente em parte incerta; 2º ré - **PARAÍSO BOAVISTA EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA**, com sede em Sal Rei, ilha da Boa Vista, representado pelo 1º réu.

-0-

FAZ-SE SABER que no processo e Juízo acima referidos, são **citados** os réus **supra identificados**, para no prazo de **VINTE DIAS**, finda a dilação de **TRINTA DIAS**, contados da data da segunda e última deste anúncio, contestarem, querendo, os supracitados autos, **que se encontra disponível na secretaria do Juízo Cível deste Tribunal**. Com as advertências de que a falta de contestação implica a condenação

no pedido formulado pelo autor; de que é obrigatória a constituição de advogado; que deverão no prazo de **Cinco Dias**, a contar da apresentação da contestação, efetuarem o pagamento do preparo inicial no valor e, não o fazendo no prazo legal, serão notificados para o fazer acrescido de taxa de justiça igual ao dobro da sua importância, e que a falta deste pagamento implica a instauração de execução para a sua cobrança coerciva, e que podem requerer o benefício da assistência judiciária.

FAZ-SE SABER, ainda, de que goza da faculdade de requerer a delegação da OACV, da cidade do Mindelo, sita à rua Senador Vera Cruz, o benefício da assistência judiciária, no prazo de dois dias úteis, a contar da citação.

Sal Rei, aos 31 de julho de 2025.

O Juiz de Direito,
Dijet Kark Fortes Neves/
O Ajudante de Escrivão,
João Santos Silva

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**EXTRATO**

Certifico narrativamente para efeitos de segunda publicação, nos termos do nº 3 do artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei número 45/2014 de 20 de Agosto, que no dia dezoito de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina, perante mim, Lic. Jandira dos Santos Cardoso, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número **89**, a folhas **79 a 80 vº**, foi lavrada uma escritura pública de **Justificação Notarial**, em que **Jacinta Tavares Duarte**, solteira, maior, contribuinte fiscal número 167446835, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina, residente em Portugal, declara ser dona e legítima possuidora com exclusão de outrem, do **prédio rústico** com a área de **150m2 (cento e cinquenta metros quadrados)**, situado em Achada Galego, freguesia e concelho de Santa Catarina, inscrito na matriz predial da freguesia de Santa Catarina sob o número **95813/0**, confrontando do Norte, Sul, Este e Oeste com Tereza Vieira Ribeiro, com o valor matricial de **quatrocentos mil escudos**.

Que o prédio se encontra descrito na Conservatória dos registos de Santa Catarina, sob o número 29/20140213, com aquisição registada a favor dos Senhores **Alfredo Brito Ribeiro, Jorge Manuel Ferreira Ribeiro, Magda Vieira Martins Ribeiro e Maria Teresa Rendal Ferreira**, sob a cota F-3, Ap. 3/24-11-2020.

Que o dito prédio lhe veio a posse por compra feita ao Senhor Alfredo Brito Ribeiro, no dia vinte e seis de março de dois mil e quatro, pelo preço de duzentos mil escudos, sem que, no entanto, ficasse a dispor de título formal que lhe permita o respetivo registo na Conservatória dos Registos da Região de Segunda Classe de Santa Catarina, mas desde logo entrou na posse e fruição do prédio, posse essa que é exercida sem interrupção ou ocultação de quem quer que seja.

Que a posse foi adquirida e mantida, sem violência, sem oposição, sem interrupção e ostensivamente com conhecimento de toda agente, desde o ano de dois mil e quatro, portanto, **há mais de vinte anos**, agindo sempre por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, com aproveitamento de todas as utilidades do prédio, usufruindo e suportando os respetivos encargos, pelo que, adquiriu o direito de propriedade por usucapião, o que invoca para efeitos de inscrição no registo predial.

Mas, se informa que, nos termos do número 2 do artigo 101º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, interpor recurso hierárquico ou impugnação judicial da referida escritura de Justificação Notarial, no prazo de quarenta e cinco dias a contar da segunda publicação do extrato no jornal.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Santa Catarina, ao dezanove de novembro de dois mil e vinte e quatro.



Emol:1.000.00
Imp.de selo:200.00
Total:1.200.00 (mil e duzentos escudos)
Conta nº: 825732/2024

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

Notário p/s: **Felismino Monteiro Benchimol****EXTRATO**

CERTIFICO, para efeito da **segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia sete de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Cartório Notarial, sito na Cidade de João Teves, perante mim, **Felismino Monteiro Benchimol**, Conservador Notário P/S no Cartório Notarial de São Lourenço dos Órgãos, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número 19/A, a folhas 112 a 113 e verso, a seguinte habilitação:

Que têm pleno conhecimento do facto a seguir mencionado determinante da seguinte habilitação:

Que no dia **nove** do mês de **setembro** do ano **mil novecentos e noventa e nove**, faleceu em França, sem testamento ou disposição de última vontade o Sr. **José Borges Moreira**, no estado de casado com Fátima Tougha, sob regime de comunhão de adquiridos, natural que foi da freguesia de Santa Catarina e com última residência em França.

Que lhe sucedeu como seus únicos herdeiros, os filhos legítimos:

a) Olivia Borges, no estado de solteira, maior, natural de França, residente em França; **b) Nadia Borges**, no estado de solteira, maior, natural de França e de nacionalidade Cabo Verdiana, residente em França; **c) Claudia Bernardette Borges Moreira**, no estado de solteira, maior, natural de França e de nacionalidade Cabo Verdiana, residente em França.

Que não há outras pessoas que segundo a lei prefiram os mesmos herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão.

Nos termos do número 5 do artigo 86ºA e 87º do Código Notariado, podem os interessados, querendo impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de São Lourenço dos Órgãos sete de agosto de dois mil e vinte e cinco.

CONTA:

Artº.20.4.2..... 1.000\$00
Imposto de Selo..... 200\$00
Total..... 1.200\$00
(Importa em mil e duzentos escudos)
Reg. sob o nº 989508 /2025

O Notário, P/S
/ Felismino Monteiro Benchimol /

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA PRAIA
1º JUÍZO DE FAMÍLIA E MENORES**ANUNCIO**

Faz saber que pelo 1º Juízo de Família e Menores, nos Autos de Ação de Divórcio Litigioso, registado sob o nº **48/2025**, que a autora, **Maria Arlinda Delgado Sousa**, casada, natural de Cabo Verde, filha de Félix João e de Lúcia Maria, move contra o réu, **Luciano José Ramos**, maior, casado, natural de São Nicolau Cabo Verde, filho de José Júlio Ramos e de Maria José Duarte, com última residência conhecida em Espanha, atualmente ausente em parte incerta, é este réu citado, para no prazo de **DEZ DIAS**, que começa a correr depois de finda dilação fixada em **TRINTA DIAS**, a partir da primeira e segunda publicação deste anúncio, contestar a supracitada Ação, advertindo-lhe que, a não contestação não implica confissão dos factos cujo pedido consiste no decretamento do divórcio entre a autora e o réu, com o fundamento nos factos que constituam violações essenciais dos deveres conjugais.

Mais faz saber ao citado, que é obrigatório a constituição de advogado caso decida contestar e, que após a apresentação da contestação, deverá no prazo de **CINCO DIAS**, efetuar o preparo inicial, sob pena da cobrança deste acrescido da taxa de justiça de igual ao dobro ou de ser instaurada a execução especial para a cobrança coerciva, nos termos do artº. 66º do C. Custas Judiciais.

Ainda fica informado que, preenchidos os requisitos legais, poderá gozar do benefício de assistência judiciária na modalidade de dispensa total ou parcial de preparos e do pagamento de custas ou o seu diferimento ou pagamento em prestações, devendo o pedido ser formulado em requerimento autónomo dirigido ao juiz do tribunal onde corre ou vai correr o processo e que a mesma goza da faculdade de requerer à Ordem dos Advogados de Cabo Verde, telefone nº 261 97 65, email ordemadvogados@cvtelecom.cv, com sede na Cidade da Praia ou à sua Delegação, o benefício de assistência judiciária no prazo máximo de **Dois Dias**, a contar da data da citação, apresentado desde logo os elementos de insuficiência económica.

1º Juízo e Família e Menores na Praia, aos 16 de junho do ano de 2025.

Campus de Justiça Palmarejo tel. Nº 5162338 CP 250 e 99

1º Juízo de Família e Menores na Praia, aos 16 de junho do ano de 2025.
O Escrivão de Direito,
/ Ariana Silva Lopes /
/ Ernesto Veiga /



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA PRAIA
3.º JUÍZO CÍVEL

Campus de Justiça- Palmarejo – Praia
C.P. nº 99 – Tel.: 3336418 - 3336434 e Fax: 2613880
Terceirocivil@gmail.com

ANÚNCIO Nº34/2025

O Dr. Raimundo Martins Tavares, Juiz de Direito, colocado no 3.º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca da Praia.

FAZ SABER que pela Secretaria do 3.º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca da Praia, nos autos de **Inventário Facultativo n.º 02/2020**, que corre por óbito do inventariado Joaquim Roque da Silva e no qual desempenha as funções de cabeça-de-casal a senhora Maria Aulina Soares da Rosa, são **citados** os interessados **Dirce Helena Gonçalves da Silva**, nascida a 09 de fevereiro de 1985, residente nos Estados Unidos da América e **Keven Joraias Neves Roque da Silva**, nascido a 22 de Setembro de 1989, residente em França, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 956.º n.º 1 e 959.º do Código de Processo Civil para, querendo, no prazo de **20 (vinte) dias**, que se contará depois de finda a dilação de **35 (trinta e cinco) dias**, contados da segunda e última publicação do anúncio, deduzirem oposição ao inventário, impugnar a sua própria legitimidade ou

a das outras pessoas citadas e a competência da cabeça de casal.

Faz-se ainda saber aos citados, de que não é obrigatória a constituição de advogado nestes autos; que com a oposição, se a deduzirem, deverão no prazo de **05 (cinco) dias**, efetuar o pagamento do preparo inicial, sob pena da cobrança do mesmo igual ao dobro nos termos do art.º 66º n.º 1 do Código das Custas Judiciais e que poderão requerer o benefício de assistência judiciária, sendo em requerimento autónomo dirigido ao juiz deste Juízo.

O duplicado da petição inicial encontra-se na secretaria do juízo á disposição dos mesmos para quando quiserem, fazerem o seu levantamento.

Para constar se lavrou este anúncio que será entregue ao mandatário para efeito de 1.ª e 2.ª publicação.

Secretaria do 3.º Juízo Cível da Praia, aos dois dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco.



Ministério da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



EXTRATO

Certifico narrativamente para efeitos de segunda publicação, nos termos do nº 5 do art. 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no sete de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Cartório Notarial de Santa Catarina, perante mim, Lic. Jandira dos Santos Cardoso, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número **92**, a **folhas 75 a 75vº**, foi lavrada uma escritura pública de **Habilitação Notarial**, por óbito **Viriato António Semedo Furtado**, falecido no dia trinta de dezembro de dois mil e dez, em França, onde teve a sua última residência, natural que foi da freguesia e concelho de Santa Catarina, Ilha de Santiago, no estado de solteiro.

Que o falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e deixou como única e universal herdeira legitimária a sua filha **Glwadys Semedo**, solteira, maior, natural e residente em França.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, preferam á indicada herdeira, ou com ela possam concorrer na sucessão a herança do referido **Viriato António Semedo Furtado**.

Está conforme o original.

Mas se informa que, nos termos do número 5 do artigo 86º A e do 87º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros. Cartório Notarial de Santa Catarina, aos sete de agosto de dois mil e vinte e cinco.

Emol:.....1.000.00

Imp. de selo: 200.00

Total:.....1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Conta nº: 989510



DGRNI, Cartório Notarial da Região de 2ª Classe de Santa Catarina, Palácio da Justiça RC/Direito - Avenida da Liberdade - Assomada, CP*, Cabo Verde, Telefone +(238) 265 54 99 / VOIP (333) 6932, (333) 6933, Email: Cartoriosantacatarina@gov.cv



Ministério da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



EXTRATO

CERTIFICO, para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 – 1ª Série, que no dia vinte e nove do mês de Julho do ano dois mil e vinte e cinco, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, perante mim, Lic. Manuel António Pina Rodrigues Rosa, Conservador/Notário por substituição, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número sessenta e nove, de folhas vinte e dois verso a vinte e três verso, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

Que, no dia dezanove do mês de Agosto do ano dois mil e dez, na cidade de Brockton, condado de Plymouth, Estados Unidos da América, onde teve a sua última residência habitual em 19 Vrie Ave, Brockton, Plymouth, Massachusetts 02302, faleceu **TEREZA LOBO SOUSA VIEIRA FONTES**, que também usava **TEREZA LOBO DE PINA**, natural que foi da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, no estado de casado com Olímpio Vieira Fontes, sob o regime da comunhão de adquiridos. Que, a falecida não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros legitimários os seus filhos, a saber, **1. Maria Augusta Sousa Vieira Fontes**, casada com Augusto de Pina Barros, sob o regime da

comunhão de adquiridos, segundo declararam; **2. Maria Alina de Pina**, casada com Adriano Alves Lopes, sob o regime da comunhão de adquiridos, segundo declararam; **3. José António de Pina**, casado com Francisca Maria de Fátima Duarte Fernandes de Pina, sob o regime da comunhão de adquiridos; e **4. António Carlos de Pina**, solteiro, maior; todos naturais da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, residentes nos Estados Unidos da América.

Que, não existem outras pessoas, que segundo a lei, preferam aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão à herança da referida **Tereza Lobo Sousa Vieira Fontes**, que também usava **Tereza Lobo de Pina**.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, aos vinte e nove de Julho de dois mil e vinte e cinco.
Art. 20.º 4.2.....1.000\$00
Selo do acto.....200\$00
Soma: 1.200\$00
Processo n.º 983552
Conta sob o n.º 202524487



DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de 2ª Classe de São Filipe, Avenida Amílcar Cabral - São Filipe - Fogo, CP 13, Cabo Verde, Telefone +(238) 281 11 54, +(238) 281 11 54/VOIP (333) 8101, Email: Conservatoria.Cartorio Fogo@gov.cv



Ministério da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



EXTRATO

CERTIFICO, para efeito de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50- 1ª Série, que no dia vinte e oito do mês de julho do ano dois mil e vinte e cinco, no Segundo Cartório Notarial de São Vicente, sito em Monte Sossego, perante, Dr. Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva, em substituição do Notário, Dr. Manuel António Pina Rodrigues Rosa, conforme Despacho nº 09/2024, de vinte e sete de fevereiro, da Diretora Geral dos Registos e Notariado e Identificação, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número sessenta e quatro, de folhas sessenta e quatro verso à sessenta e cinco verso, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

Que, no dia trinta de agosto do ano dois mil e vinte e quatro, no Hospital Dr. Baptista de Sousa, em Mindelo, São Vicente, onde teve a sua última residência habitual em Fonte Francês, cidade do Mindelo, faleceu **Martinho João Delgado**, natural que foi da freguesia de São Pedro Apostolo, concelho da Ribeira Grande, ilha de Santo Antão, no estado de solteiro.

Que, o falecido não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última

vontade, tendo deixado como herdeiros legitimários, os seus filhos, a saber: **a) Anilton Alves Delgado; b) - Airon Alves Delgado; c) - Janine Alves Delgado; e d) - Marisia Alves Delgado**, todos solteiros, maiores, naturais da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, residentes em São Vicente.

Que, não existem outras pessoas, que segundo a lei, preferam aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão à herança do referido **Martinho João Delgado**.

ESTÁ CONFORME.

Segundo Cartório Notarial de São Vicente, em Monte Sossego, aos treze dias do mês de agosto do ano dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.º 4. 2. -----1.000\$00

Selo do ato. -----200\$00

Soma: -----1.200\$00

Processo n.º 982736

Conta n.º 202513503

O Notário por Substituição,

Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva

DGRNI, Segundo Cartório Notarial de São Vicente, Rua Abílio Duarte nº 9º, Monte Sossego, São Vicente, CP *, Cabo Verde, Telefone +(238) 231 31 00 / VOIP (333) 3108, (333) 3110, Email: SegundocartorioSV@gov.cv

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

1.º Cartório Notarial da Praia
Notária: Heleny Patrícia Silva Varela**EXTRATO**

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos da **Segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia **13.08.2025**, de folhas **08 a 09** do livro de notas para Escrituras Diversas número **357**, deste Cartório Notarial, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiros por óbitos de **Liticia Tavares Da Costa Monteiro Gomes** e **Joana Gomes Tavares** nos termos seguintes:

Primeira Habilitação

1. Que no dia **seis de janeiro de dois mil e vinte**, em Ponta D'Água, Praia, freguesia de Nossa Senhora da Graça, faleceu **Liticia Tavares Da Costa Monteiro Gomes**, aos quarenta e nove anos de idade, no estado civil de casada com Jorge Monteiro Gomes, no regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina de Santiago, filha de Joana Gomes Tavares e João Mendes Da Costa, que teve a sua última residência em Lisboa, Portugal.

2. Que a falecida não fez testamento, nem qualquer outra disposição de última vontade, e deixou como únicos herdeiros, **os filhos: a) Lenilton Jorge Tavares Gomes, b) Cláudio Alex Tavares Gomes, c) Joceane Euridice Tavares Monteiro e d) Samory Samuel Tavares Monteiro**, solteiros, maiores, naturais da freguesia de Nossa Senhora da Graça, Concelho da Praia, residentes em Portugal.

Segunda Habilitação

1. Que no dia vinte e três de julho de dois mil e vinte e dois, em seu domicílio, na freguesia de Nossa Senhora da Graça, faleceu **Joana Gomes Tavares**, aos oitenta anos de idade, no estado civil de viúva, natural que foi da freguesia e concelho de São Salvador do Mundo, que teve a sua última residência em Ponta D'Água, Praia.

2. Que a falecida não fez testamento, nem qualquer outra disposição de última vontade, e deixou como únicos herdeiros, **os filhos: a) Gracelinda Gomes Da Costa**, casada com Marco António Fernandes Sanches Tavares, no regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça concelho da Praia, residente na Suíça; **b) Victorina Gomes Da Costa**, casada com Paulo Cesar Centeio Varela Freire, no regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente na Suíça; **c) Hirondina Gomes Da Costa**, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Portugal e **os netos: a) Lenilton Jorge Tavares Gomes, b) Cláudio Alex Tavares Gomes, c) Joceane, Euridice Tavares Monteiro e d) Samory Samuel Tavares Monteiro**, identificados na primeira habilitação, por direito de representação da mãe **Liticia Tavares Da Costa Monteiro Gomes**, filha pré-falecida da autora da sucessão.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei prefiram os mencionados herdeiros ou com eles possam concorrer a sucessão de **Liticia Tavares Da Costa Monteiro Gomes e Joana Gomes Tavares**.

Os interessados, querendo, podem proceder a impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo Decreto-lei n.º 9/2010, de 29 de março:

Primeiro Cartório Notarial da Região de Piorneira Classe da Praia, em 13 de agosto de 2025.

CONTA: 993466/2025
Art. 20.º 4.21.000\$00
Selo do Acto200\$00
Total.....1.200\$00.
Importa o presente em mil e duzentos escudos.

A Notária,
Heleny Patrícia S. Varela
Heleny Patrícia Silva Varela

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**EXTRATO**

CERTIFICO, para efeito de **segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 1ª Série, que no dia treze do mês de Agosto do ano dois mil e vinte e cinco, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, perante mim, Lic. Manuel António Pina Rodrigues Rosa, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número. sessenta e nove, de folhas trinta a trinta e um, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

Que, no dia três do mês de Julho do ano dois mil e catorze, em Boston, Suffolk, Estados Unidos da América, onde teve a sua última residência habitual em 47 Cameron Street, Boston, Suffolk, Massachusetts 02125, faleceu **ANA PIRES**, natural que foi da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, no estado de solteira.

Que, a falecida não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros legítimos os seus filhos: a saber, **1. Guilherme Pires**, divorciado, segundo declaram, residente em Lém de Meio; **2. José Pires Barbosa Centeio**, casado com Aida do Canto Centeio, sob o regime da comunhão de adquiridos, residente nos Estados Unidos da América; **3. Ivo Pires**, já falecido e abaixo melhor identificado; **4. Tito Lívio Pires**, casado com Guilhermina Antunes dos Ramos Pires, sob o regime da comunhão de adquiridos, residente nos Estados Unidos da América; e **5. Maria Dalila Pires Silva**, divorciada, segundo declaram, residente nos Estados Unidos da América, todos naturais da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, ilha do Fogo.

Que, entretanto, no dia vinte e sete do mês de Setembro do ano dois mil e vinte e um, em Boston, Massachusetts, Estados Unidos da América, onde teve a sua última residência habitual em 688 Columbia Road, Boston, Suffolk, Massachusetts 02125, faleceu **IVO PIRES**, natural que foi da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, no estado de solteiro.

Que o falecido não deixou descendentes nem ascendentes vivos, e nem fez testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, tendo deixado como herdeiros legítimos, os seus irmãos uterinos, a saber, **1. Guilherme Pires; 2. José Pires Barbosa Centeio; 3. Tito Lívio Pires e 4. Maria Dalila Pires Silva**, todos acima devidamente identificados.

Que, não existem outras pessoas, que segundo a lei, prefiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão à herança dos referidos **Ana Pires e Ivo Pires**.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São mil e vinte e cinco.

Art. 20.º 4.2.... 1.000\$00
Selo do acto.....200\$00
Soma:..... 1.200\$00

...pc, aos treze
O Notário,
Manuel António Pina Rodrigues Rosa
Manuel António Pina Rodrigues Rosa
São Filipe

Processo n.º 992698
Conta sob o n.º 202525629



EXTRATO

CERTIFICO narrativamente para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de agosto, B.O. n.º 50 - 1ª Série, que foi outorgada no dia 14-08-2025, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, no livro de notas para escrituras diversas n.º 82, de folhas 50 a 51, a escritura de Habilitação de Herdeiros, na qual foi declarado:

Primeira Habilitação: Que tem pleno conhecimento de que no dia vinte e um de outubro de dois mil e catorze faleceu no Hospital de Santo André - Brasil, **João Baptista Morais Chantre**, no estado de casado com Maria Teresa de Oliveira Lima, filho de Manuel Jesus Chantre e de Maria do Espírito Santo Morais Chantre, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora do Rosário do concelho da Ribeira Grande, com última residência em Santo André- São Paulo - Brasil, tendo deixado como únicos herdeiros legitimários os seus filhos:

1 - António Pedro da Fonseca Lima Chantre, casado, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário do concelho da Ribeira Grande, residente em Estados Unidos da América; **2- Ana Maia de Oliveira Lima Chantre**, divorciada, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário do concelho da Ribeira Grande, residente em Estados Unidos da América; **3- João Manuel de Morais**, casado, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário do concelho da Ribeira Grande, residente em Luxemburgo; **4- Vicente Manuel de Morais Lima Chantre**, casado, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário do concelho da Ribeira Grande, residente em Estados Unidos da América; **5- Antão Miguel de Morais Lima Chantre**, casado, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário do concelho da Ribeira Grande, residente na Cidade da Praia; **6- Jovina Maria de Oliveira Lima Chantre**, divorciada, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário do concelho da Ribeira Grande, residente na Cidade da Praia; **7- Filomena Lucette Almeida Chantre**, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário do concelho da Ribeira Grande, residente em Luxemburgo.

Segunda Habilitação: Que tem pleno conhecimento de que no dia um de dezembro de dois mil e vinte e quatro, faleceu a caminho do Hospital de São Vicente, **Maria Tereza de Oliveira Lima Chantre**, no estado de viúva, filha de Miguel António Lima e de Bárbara Oliveira Gomes, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora do Rosário do concelho da Ribeira Grande, com última residência na Cidade do Mindelo - São Vicente, tendo deixado como únicos herdeiros legitimários os seus filhos os acima identificados, com exceção de **Filomena Lucette Almeida Chantre**.

Que os falecidos não deixaram testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, tendo deixado como únicos herdeiros os seus filhos os acima mencionados.

Que, não há quem com os indicados herdeiros possa concorrer à sucessão na herança dos falecidos, **João Baptista Morais Chantre e Maria Tereza de Oliveira Lima Chantre**.

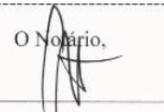
Mais se informa que, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º -A e do artigo 87.º do Código do

Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, aos 19-08-2025.

Reg. sob o n.º 993677/2025

O Notário,

António Alexo Martins



EXTRATO

CERTIFICO narrativamente para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de agosto, B.O. n.º 50 - 1ª Série, que foi outorgada no dia 11-08-2025, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, no livro de notas para escrituras diversas n.º 82, de folhas 46 a 46 verso, a escritura de Habilitação de Herdeiros, na qual foi declarado:

Que têm pleno conhecimento de que no dia vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e três, faleceu em Venteira, Amadora - Portugal, **Pedro Manuel Mota**, no estado de casado, com Maria de Monte dos Santos Mota, filho de Manuel Ernesto Mota, com última residência em Casal de Cambra, Sintra - Portugal, tendo deixado como únicos herdeiros legitimários os seus filhos:

1 - Marlene Maria Santos Mota, solteira, maior, natural de Portugal, residente em Sintra - Portugal;

2- Ana Luisa dos Santos Mota, solteira, maior, natural de Portugal,

residente em Barreiro - Portugal.

Que falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, tendo deixado como únicos herdeiros os seus filhos acima mencionados.

Que, não há quem com os indicados herdeiros, possa concorrer à sucessão na herança do falecido, Pedro Manuel Mota.

Mais se informa que, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º -A e do artigo 87.º do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar a referida 925197739329 escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira

Grande - Santo Antão, aos 20-08-2025.

Reg. Sob o n.º991956/2025

O Notário,

António Alexo Martins



EXTRATO

CERTIFICO, para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 - 1ª Série, que no dia treze do mês de Agosto do ano dois mil e vinte e cinco, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, perante mim, Lic. Manuel António Pina Rodrigues Rosa, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número sessenta e nove, de folhas trinta e dois a trinta e três, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

Que, no dia quatro do mês de Julho do ano dois mil e vinte e cinco, a caminho do Hospital, em Almada, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, onde teve a sua última residência habitual em Renque - Curral Grande, faleceu **IZABEL ALVES**, natural que foi da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, no estado de solteira.

Que, a falecida não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como único herdeiro legitimário, o

seu filho: **João Alves Gomes Timas**, solteiro, maior, natural da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, residente em Tira Chapéu, cidade da Praia, ilha de Santiago.

Que, não existem outras pessoas, que segundo a lei, prefiram ao mencionado herdeiro ou que com ele possam concorrer na sucessão à herança da referida **Izabel Alves**.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, aos treze de Agosto de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.º 4.2.....1.000\$00

Selo do acto.....200\$00

Soma:1.200\$00

Processo n.º 993199

Conta sob o n.º 202525719

O Conservador do Notário,

/Manuel António Pina Rodrigues Rosa/

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**EXTRATO**

Certifico narrativamente para efeitos de primeira publicação, nos termos do nº 5 do artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei número 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia vinte de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina, perante mim, Lic. Jandira dos Santos Cardoso, Notária p/s, no livro de notas para escrituras diversas número **93**, a folhas **2 a 3**, foi lavrada uma escritura pública de **Habilitação Notarial**, por óbitos de:

Primeira Habilitação: Joaquim Lopes, falecido no dia cinco de fevereiro de dois mil e quinze, em França, onde teve a sua última residência, natural que foi da freguesia e concelho de Santa Catarina, no estado de casado com Ana Almada Gomes, sob o regime de comunhão geral de bens. Que o falecido não deixou testamento, ou qualquer declaração de última vontade e deixou como herdeiros legítimos os seus filhos; **a) - Lucia Almada Gomes Lopes**, a data do óbito casada com Francisco Varela Cabral, sob o regime de comunhão de adquiridos, atualmente viúva; **b)-Jacinta Gomes Lopes** casada com Vitorino Pereira da Veiga, sob o regime de comunhão de adquiridos; **c) - Francisco Gomes Lopes**, casado com Ana Graciete Horta Correia, sob o regime de comunhão de adquiridos; **d) - José Maria Gomes Lopes**, solteiro, maior; **e) - Maria de Jesus Gomes Lopes Semedo Cabral**, casada com João Semedo Cabral, sob o regime de comunhão de adquiridos. Todos naturais das freguesias e concelho de Santa Catarina, Ilha de Santiago, residentes em França.

Segunda habilitação: Ana Almada Gomes, falecida no dia doze de novembro de dois mil e vinte e dois, em França, onde teve a sua última residência natural que foi da freguesia e concelho de Santa Catarina, no estado de viúva. Que a falecida não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, e deixou como únicos e universais herdeiros os seus filhos: **a) - Lucia Almada Gomes Lopes; b) - Jacinta Gomes Lopes; c) - Francisco Gomes Lopes; d) - José Maria Gomes Lopes; e) - Maria de Jesus Gomes Lopes Semedo Cabral**. Todos acima melhores identificados.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram aos indicados herdeiros, ou com eles possam concorrer na sucessão à herança dos referidos **Joaquim Lopes e Ana Almada Gomes**.

Está conforme o original.

Mas se informa que, nos termos do número 5 do artigo 86º A e do 87º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

Cartório Notarial de Santa Catarina, aos vinte de agosto do ano dois mil e vinte e cinco.

Emol:1.000.00

Imp. de selo: . 200.00

Total:.....1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Conta nº. 997807



DGRNI, Cartório Notarial da Região de 2ª Classe de Santa Catarina, Palácio da Justiça RC/Direito - Avenida da Liberdade - Assomada, CP *.

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**EXTRATO**

CERTIFICO, para efeito de **primeira publicação** nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia 05 de Agosto de 2025, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número 12, de folhas 39 frente a 39 verso, uma escritura de **habilitação de herdeiros**, na qual foi declarado o seguinte:

Que, no dia dezasseis do mês de Agosto do ano dois mil e três, na freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paul, faleceu **António Augusto Oliveira**, natural que foi da freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paul, ilha de Santo Antão e com última residência habitual em Cidade das Pombas, Paul, no estado de solteiro.

Que, o falecido não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros legítimos: **os seus filhos**, a saber: **a) António Pedro Fernandes Oliveira**, à data do óbito, casado com Maria Olinda Rocha Fernandes, sob o regime da comunhão geral de bens, sendo atualmente, viúvo, residente em Chã de João Vaz, Paul; **b) Maria do Céu Apolónia Fernandes de Oliveira**, divorciada, residente em Chã de Alecrim, ilha de São Vicente; **c) José Manuel Fernandes de**

Oliveira, solteiro, maior, residente em Cidade das Pombas, Paul; e **d) Olinda Maria do Rosário Fernandes de Oliveira**, solteira, maior, residente em França. Todos naturais da freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paul, ilha de Santo Antão.

Que, não existem outras pessoas, que segundo a lei, prefiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão à herança do referido **António Augusto Oliveira**.

Mais se informa que, nos termos do nº 5 do artigo 86-A e do artigo 87 do Código Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do 06 de Agosto de 2025.



Artº.20.4.2.....1.000\$00

Imposto de Selo200\$00

Total1.200\$00

(Importa em mil e duzentos escudos).

Processo nº 989011.

Conta reg. sob o nº 202511347.

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, Largo Cândido Oliveira - Cidade das Pombas, CP *, Cabo Verde, Telefone +(238) 223 16 83/VOIP (333) 2160, Email: Conservatoria.CartorioPaul@gov.cv

**FARMÁCIAS DE SERVIÇO****QUINTA - 21 de Agosto**

FARMÁCIA 2000
Achadinha Baixo - T: 261 56 55

JOVEM
Mindelo - T: 232 45 30

SEXTA - 22 de Agosto

MODERNA
Plateau - T: 261 27 19

MINDELO
Mindelo - T: 232 74 65

SÁBADO - 23 de Agosto

CENTRAL
Plateau - T: 261 11 67

AVENIDA
Monte Sossego - T: 232 45 88 / 231 17 17

DOMINGO - 24 de Agosto

SANTO ANTÓNIO
ASA - T: 262 11 86

LEÃO
Mindelo - T: 232 66 04

SEGUNDA -25 de Agosto

AFRICANA
AV. Amílcar Cabral - T: 261 59 55

NENA
Mindelo - T: 232 22 92 / 231 86 11

TERÇA - 26 de Agosto

AVENIDA
Fazenda - T: 261 36 90

HIGIENE
Mindelo - T: 231 00 06

QUARTA - 27 de Agosto

SANTA ISABEL
Largo Europa - Tel: 262 37 47

JOVEM
Mindelo - T: 232 45 30